

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

ROGÉRIO FERNANDES MACEDO

O GOVERNO LULA E A MISÉRIA BRASILEIRA.



ARARAQUARA – SP.

2012

ROGÉRIO FERNANDES MACEDO

O GOVERNO LULA E A MISÉRIA BRASILEIRA.

Trabalho de Doutorado, apresentado ao Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais.

Orientadora: Dra. Maria Orlanda Pinassi.

ARARAQUARA – SP.

2012

ROGÉRIO FERNANDES MACEDO

O GOVERNO LULA E A MISÉRIA BRASILEIRA.

Trabalho de Doutorado, apresentado ao Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais.

Orientadora: Dra. Maria Orlanda Pinassi.

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: **Maria Orlanda Pinassi. Livre Docente.**
Universidade Estadual Paulista, (UNESP/Ar).

Membro Titular: **Adilson Marques Gennari. Pós-Doutor.**
Universidade Estadual Paulista, (UNESP/Ar).

Membro Titular: **Lalo Watanabe Minto. Doutor**
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Mar).
Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC/SP).

Membro Titular: **Marcelo Micke Doti. Pós-Doutor.**
Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos
(IBEC/SP).

Membro Titular: **Paulo Alves de Lima Filho. Pós-Doutor.**
Faculdade de Tecnologia (FATEC/Mococa).
Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos
(IBEC/SP).

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP– Campus de Araraquara

*Aos trabalhadores
estigmatizados pela
miséria do capital.*

A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome.

(MARX, Karl, 2004, p.24).

AGRADECIMENTOS

Tecer agradecimentos a todos que estiveram envolvidos com esta pesquisa é, desde já, uma tarefa difícil de executar, pois a memória impõe com seus lapsos barreiras intransponíveis que, geralmente, criam injustiças insuperáveis. Assim, optei por ser breve.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Maria Orlanda Pinassi, pela dedicação, comprometimento e, sobretudo, o companheirismo. Intelectual exigente que é responsável por dimensões de grande importância em minha formação teórica. Sua orientação sempre me trouxe à materialidade do presente, o que se mostrou de grande valia. Também quero agradecer a todos os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos - Ibec - na figura do professor Dr. Paulo Alves de Lima Filho, o qual foi um interlocutor presente e sério, responsável pelo início de minha caminhada, tornando-se um grande companheiro. Agradeço também ao professor Dr. Marcelo Micke Doti por estar presente em todas as etapas fundamentais de minha trajetória teórica. Sua colaboração foi relevante e me trouxe elementos inestimáveis à reflexão. Muito obrigado. Um especial agradecimento à minha banca, Professores Adilson Marques Gennari, Lalo Watanabe Minto, Marcelo Micke Doti e Paulo Alves de Lima Filho. Finalmente, gostaria de agradecer à minha companheira, Roziane Ferreira da Silva Cerqueira, pela dedicação, confiança, companheirismo e amor. Espero saber retribuir à altura. Em tempo, um muito obrigado aos meus amigos e à minha família, que se empenharam em toda minha caminhada, até o presente momento.

RESUMO

Palavras chave: capital, miséria, revolução, contrarrevolução, crise, Lula, assistencialismo, política, trabalhadores, burguesia.

Esta pesquisa tem como objetivo tecer uma crítica ao governo Lula e sua abordagem da miséria brasileira. Para tanto, concentra-se na articulação entre política assistencial via Bolsa Família à classe trabalhadora, por um lado, e política econômica dedicada à vultosa remuneração às burguesias nacionais e estrangeiras, por outro. Igualmente, destina-se atenção à concepção difundida pelo presidente Lula, além dos representantes do Banco Mundial, segundo os quais a articulação acima referida seria uma “revolução silenciosa”. A realização dessa pesquisa contou com o referencial teórico fundado no materialismo histórico, a partir do qual se edificou o campo categorial necessário ao cumprimento dos objetivos listados.

Abstract

Keywords: capital, misery, revolution, counterrevolution, crisis, Lula, welfare, politics, workers, bourgeoisie.

This research aims to make a criticism of the Lula government and its approach to the Brazilian poverty. To do so, it focuses on the articulation between, on one hand, welfare policy Family Grant to the working class and, second, economic policy dedicated to pay big money to domestic and foreign bourgeoisies. Also, is intended to design widespread attention by President Lula, in addition to representatives of the International Monetary Fund, according to which the link above would be a quiet revolution. The realization of this research was the theoretical framework based on historical materialism, from which the field is built categorical necessary to achieve the objectives listed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	15
1.1. A dialética entre produção de riqueza e de miséria.....	16
1.2. O reconhecimento mundial de Lula.....	19
1.3. A “revolução silenciosa” de Lula.....	22
1.4. A revolução burguesa conservadora.....	30
CAPÍTULO II.....	45
2.1 A liquidação das condições imprescindíveis à revolução burguesa conservadora.....	46
2.2. Os determinantes externos.....	47
2.3. Os determinantes internos.....	67
2.4. A democracia conservadora: a transição tutelada.....	83
CAPÍTULO III.....	88
3.1. O governo Lula e a miséria brasileira: o programa Bolsa Família.....	89
3.2. Bolsa Família e a herança de FHC.....	91
3.3 A institucionalidade exigida.....	98
3.4. Bolsa às famílias <i>extremamente</i> pobres e aos <i>pobres</i>	101
3.5. Orçamento e abrangência da Bolsa Família.....	103

3.6. A participação do programa Bolsa Família na redução da miséria.....	110
3.7. A questão do salário mínimo e do crescimento econômico.....	116
CAPÍTULO IV.....	120
4.1. A “revolução silenciosa” do governo Lula.....	121
4.2. A miséria para além da Bolsa Família e do CadÚnico.....	125
4.3. A miséria segundo os parâmetros da Constituição de 1988.....	129
4.4. A “revolução silenciosa” e o Estado brasileiro.....	132
4.5. A “revolução silenciosa” contra os trabalhadores.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a pretensão de tecer uma crítica ao governo Lula e sua forma de abordar o tema da miséria brasileira. Como eixo condutor tem-se a avaliação do conteúdo de sua autodenominada “revolução silenciosa”¹. Para tanto, dividiu-se a tese em quatro capítulos.

No primeiro, discorreu-se sobre o atual momento histórico, no qual a dialética entre produção de riqueza e de miséria proporciona um cenário preocupante, para não dizer irremediavelmente trágico. Depois, apresenta-se a tese de Lula e do Banco Mundial, segunda a qual em seus governos ele realizou uma autêntica “revolução silenciosa”, capaz de mudar a situação do Brasil, levando esse país ao usufruto pleno das possibilidades presentes no século XXI. Esta será avaliada à luz da revolução burguesa conservadora de 1930. Com isso, tenta-se iniciar a reflexão sobre o real conteúdo e sobre a viabilidade histórica da "revolução" do governo Lula.

Em seguida, no segundo capítulo, serão tratados os fatores históricos que determinaram o momento da gestação e da atuação do governo Lula, desde o último quartel do século XX à primeira década do XXI. A exposição se inicia pelo cenário externo, onde se configura a mais profunda crise enfrentada pela humanidade, qual seja: a crise estrutural do capital. Depois, concentra-se a análise no golpe civil-militar de 1964, como resultado conservador da revolução de 1930, e em suas características que se desdobrariam pelas décadas futuras. Em seguida, aborda-se como esses fatores determinariam a transição tutelada ao período democrático, bem como a gestação e atuação do Partido dos Trabalhadores e de Lula nas décadas vindouras.

Na seqüência, no terceiro capítulo, tratar-se-á da “revolução silenciosa” propriamente dita, concentrando atenção na sua forma de lidar com a miséria, tão

¹ O termo “revolução silenciosa” será apresentado neste texto sempre entre aspas, justamente por se encontrar em avaliação.

presente na vida das maiorias trabalhadoras no Brasil. Como nesse aspecto a atuação do governo Lula se restringe basicamente à execução da estratégia Bolsa Família, dedicaremos atenção à demonstração de toda a estrutura desse programa assistencial, bem como de seu vínculo com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em tempo, a pesquisa avalia a participação da Bolsa Família na melhora observada dos índices de pobreza.

Finalmente, no quarto capítulo, aborda-se o conteúdo da chamada “revolução silenciosa” de Lula. Primeiramente, no que se refere à situação deplorável da classe trabalhadora brasileira, evidenciando sua profunda miserabilidade, necessariamente mantida. E, em segundo lugar, demonstrando a quem realmente se destina a “revolução silenciosa” operada pelo governo Lula. Com essa reflexão, a pesquisa oferece uma colaboração teórica à imprescindível e necessária reversão da tragédia que se desdobra sobre a classe trabalhadora, no Brasil e no mundo.

CAPÍTULO I

1.1. A dialética entre produção de riqueza e de miséria.

Conforme dados oferecidos pelo Banco Mundial (2011), desde 1969 até 2009, o Produto Interno Bruto mundial², que corresponde à soma de todos os PIBs, abandona o patamar de US\$ 2,64 trilhões para alçar ao de US\$ 58,25 trilhões. Ou seja, aos preços atuais, um aumento de 22 vezes em um lapso de tempo de 40 anos. Em face dessa significativa riqueza global do capital, é particularmente em 2009 que a humanidade se depara com um cenário dramático, tal como explicitado no relatório *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo - La inseguridad alimentaria en crisis prolongadas*, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO. Ali, pode-se ler: “Tomando como base los últimos datos disponibles, se calcula que el número total de personas subnutridas en el mundo alcanzó los 1.023 millones en 2009” (FAO/SOFI, 2010, p.08).

Tal como a anterior, essa cifra é impressionante. Todavia, sua extensão poderia ser redimensionada à luz das considerações oferecidas por Fred Magdoff (2008), professor da Universidade de Vermont, nos Estados Unidos, tal como segue:

As Nações Unidas calculam que, dos mais de 6 bilhões de pessoas que vivem no mundo atualmente, cerca de 1 bilhão sofre de fome crônica. Mas este número, que é apenas uma estimativa grosseira, deixa de fora os que sofrem de deficiências vitamínicas e nutrientes e de outros tipos de subnutrição. O número total de pessoas sem uma alimentação estável, que se alimentam mal ou têm deficiência de nutrientes fundamentais, está provavelmente mais perto dos 3 bilhões – quase metade da humanidade. A gravidade desta situação avalia-se facilmente pela estimativa das Nações Unidas, feita há mais de um ano, de que morrem diariamente cerca de 18 000 crianças em consequência, direta ou indireta, da subnutrição.” (ASSOCIATED PRESS *apud* MAGDOFF, 2008, s/p).

² Segundo o Banco Mundial, o cálculo do PIB global considera: “(...) la suma del valor agregado bruto de todos los productores residentes en la economía más todo impuesto a los productos, menos todo subsidio no incluido en el valor de los productos. Se calcula sin hacer deducciones por depre” (Banco Mundial, *grifo nosso*, 2011). Vale também registrar que tais números são tomados a preços atuais.

Nota-se que o fenômeno possui dimensões não apreendidas de forma precisa pelas estatísticas, pois não são contabilizadas as pessoas, cujo estado de fome implica em deficiências severas de nutrientes específicos. Aqui, é de grande proveito remeter à diferenciação entre fome *crônica e oculta*, tal como formulada por Josué de Castro (1965; 1965a), desde a década de 1940, quando estabeleceu o seguinte: enquanto a *fome crônica* indica que o indivíduo ingere menos energia do que a quantidade mínima necessária à manutenção de seu organismo, a *fome oculta* implica na carência severa de nutrientes específicos (sais minerais, vitaminas, proteínas, gorduras, etc.), embora o indivíduo disponha de energia em quantidade superior ao mínimo anteriormente referido³. A partir desses conceitos, pode-se compreender que “A calamidade da fome se reveste dos mais insólitos e espetaculares disfarces nas diferentes regiões do mundo” (CASTRO, 1965a, p.459), imprimindo uma imprecisão significativa às estatísticas, podendo o limite inferior estabelecer 1 bilhão de famélicos, enquanto o superior, 3 bilhões. Alternativamente, se somados os fenômenos das *fomes crônica e oculta*, o caráter dramático da atualidade viria ao primeiro plano, onde figuram, por um lado, forças produtivas capazes de criar anualmente US\$ 58,25 trilhões (BANCO MUNDIAL, 2011) em mercadorias e, por outro, aproximadamente 3 bilhões de pessoas padecendo de fome.

Neste cenário, a relevância da apropriação privada do produto do trabalho social como determinante desse fenômeno é demonstrada por Ladislav Dowbor (2009). Ele assevera que, dentre a burguesia mundial, os “(...) 20% mais ricos se apropriam de

³ A *fome oculta* dispara uma série significativa de doenças, às quais raramente são atribuídas ao problema da fome. Sobre isso, diria Josué de Castro: “O número das carências é muito grande. A intensidade em que se apresentam é variável e a possibilidade de suas combinações, quase infinita. As mais comuns são as que resultam do suprimento inadequado das proteínas, de certas gorduras, dos sais minerais e de determinadas vitaminas. Este é o complexo domínio da fome oculta. Da fome de princípios específicos, que ocorre muitas vezes no meio da abundância dos demais, dificultando sobremodo a sua identificação.” (CASTRO, 1965a, p.83).

82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6% [da referida renda global].” (DOWBOR, grifo nosso, 2009). Essa concentração aumenta, quando se considera um núcleo ainda menor de burgueses, de modo que os “(...) três homens mais ricos do mundo detêm riqueza equivalente (cerca de 600 bilhões de dólares) à população dos 48 países mais pobres, onde habitam 600 milhões de pessoas, nada menos do que 10% da população mundial.” (SANTOS, grifo nosso, 2011).

Essa realidade transforma aquela imprecisão estatística, em face da complexidade do fenômeno da fome, em uma vantagem política às burguesias mundiais, que ao longo do século XX trataram o tema com bastante reserva. O fundamento objetivo de tal postura foi identificado, já em 1951, no imediato pós-guerra mundial, pelo próprio Josué de Castro:

“Quanto ao tabu da fome, havia razões ainda mais fortes do que os preconceitos de ordem moral. Razões cujas raízes mergulhavam no escuro mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade.” (CASTRO, 1965a, p.49).

A despeito dessas minorias dominantes globais empenhadas no imperialismo⁴ serem as exclusivas beneficiárias dos fatos expostos e embora a opulência vigore em

⁴ Sobre imperialismo, ver: BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista** - Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 383p. HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). 346p. LENIN. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 2.ed. São Paulo: global, 1982. 127p. LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 226p. MAGDOFF, Harry e SWEEZY, Paul. **O fim**

meio à tragédia humana generalizada, isso não significa que a burguesia mundial se desinteresse completamente em minorar os problemas decorrentes da forma de ser do sistema produtivo. Desde os primórdios da constituição do modo de produção capitalista, mesmo dentro do processo radical da revolução industrial inglesa, os estratos de classe dominantes articulavam saídas jurídicas, amparadas na atuação do Estado, para diminuir o ritmo do avanço da miséria. Exemplo disso foi a *Speenhamland Law*, da qual a intenção era

“(...) reforçar o sistema paternalista da organização de trabalho, nos moldes (...) dos Tudors e dos Stuarts. Os juízes de Berkshire, num encontro (...) em Speenhamland (...) em 6 de maio de 1795 (...) decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim, ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima *independente dos seus proventos*. (...). Na verdade, ela introduziu uma inovação social (...) que (...) era (...) o ‘direito de viver’ e, até ser abolida, em 1834, (...) impediu (...) o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo. Com efeito, nada poderia ser mais óbvio do que (...) o sistema de salários exigir (...) a abolição do ‘direito de viver’ (POLANYI, 1980, *grifo do autor*, p.90).

Como se pode depreender da passagem, a mercantilização da força de trabalho submeteria às suas exigências a garantia jurídica formal de renda, ofertada pelo Estado. Assim, evidenciam-se as barreiras e as dificuldades que, em meio à gestação do capitalismo, impossibilitariam a criação de uma renda mínima ao trabalhador.

1.2. O reconhecimento mundial de Lula.

Em plena transição do século XX ao XXI, a burguesia global, frente à dimensão colossal alcançada pela produção miserabilizante do capital, opera-se uma espécie de reedição do “direito à vida”, criando formas de distribuir renda por intermédio de

da prosperidade: a economia americana na década de 1970. São Paulo: Campus, 1978. 152p.
MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo.** São Paulo: Hucitec, 1978. 232p.

políticas públicas assistenciais. Interessante apontar que o Brasil desempenhou nessa matéria um papel relevante ao criar um amplo programa público denominado Bolsa Família. Considerado pelas autoras SILVA e LIMA (2010) e por WEISSHEIMER (2010) como o maior programa de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família, como carro chefe da estratégia Fome Zero, traria ao Brasil e ao governo Lula prestígio inédito.

De fato, a partir de 2003, as manifestações de reconhecimento viriam de várias personalidades assentadas nos diferentes patamares da estrutura hierárquica do capital. Assim, se vê, por exemplo, nas palavras de Kofi Annan (LULA, 2003), Secretário-geral da Organização das Nações Unidas - ONU - na ocasião da doação feita pelo Brasil de recursos ao Fundo Mundial de Combate à Fome e à Miséria. A solenidade ocorreu na sede da ONU, em Nova Iorque, em setembro de 2003:

“A eliminação da pobreza está no topo da nossa agenda. E isso também é muito importante e está embutido dentro das Metas do Milênio. Então, nós esperamos muito continuar a desenvolver um trabalho com o Presidente do Brasil e jamais poderíamos ter encontrado um parceiro melhor do que ele.” (ANNAN *apud* LULA, 2003, p.02).

Frente à escalada mundial da miséria, tornou-se indispensável às burguesias mundiais estabelecer de fato uma agenda para abordar o problema, principalmente por conta das tensões sociais decorrentes da contradição entre produção de riqueza e pobreza, assim como em seu tempo apontou Josué de Castro:

“(…) [o] sinistro papel que a fome desempenha no caos econômico e político de nossos dias faz com que seja este fenômeno olhado hoje com um pouco mais de atenção pelos estudiosos dos problemas sociais, preocupados principalmente pelo sentimento de revolta que a fome gera entre os povos famintos em face da relativa opulência dos povos ricos.” (CASTRO, 1965a, p.460).

Estando tais tensões amplificadas no presente, é importante aos representantes das burguesias mundiais contarem com a experiência brasileira, acumulada junto à criação e à gestão do programa Bolsa Família: principalmente quando os recursos responsáveis por sua manutenção são diminutos. Tal afirmação se assenta nas declarações de Robert Zoellick, ex-presidente do Banco Goldman Sachs e, a partir de 2007, presidente do Banco Mundial. Em visita ao Brasil, em abril de 2009, Zoellick defendeu ser a experiência brasileira a prova de que *“(...) se pode fazer verdadeira diferença com programas modestos [, os quais utilizam] recursos equivalentes a menos de 1,5% ou 1% do PIB (...)”* (ZOELLICK, *grifo nosso*, 2009. s/p.). Na mesma declaração, acrescentou que o programa, com sua modéstia, deveria servir de exemplo para o mundo e, referindo-se de forma mais abrangente aos dois mandatos do governo Lula, defendeu que o Brasil está em melhor situação para enfrentar cenários de crises econômicas *“(...), pois nos últimos 10 anos fez muito para desenvolver reservas internacionais, melhorou a produtividade, tem o tipo de programa que mencionei (social) (...)”*. (ZOELLICK, *grifo nosso*, 2009. s/p.).

A preocupação do Banco Mundial em estreitar a troca de experiências é tão presente que o banco determinou a instalação no Brasil de um escritório específico para acompanhamento das etapas de execução do programa e, além disso, designou Bénédicte de La Brière como responsável pelas relações institucionais com toda a área social do governo Lula. Após tal interação, o Bolsa Família recebeu duas linhas de financiamentos: uma de US\$ 572,20 milhões⁵, em 2004, e outra de US\$ 200,00

⁵ Sobre este primeiro financiamento, de 2004, consultar Banco Mundial. **BR Bolsa Família 1st APL**. Junho de 2004. Disponível em: <http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=104231&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&Projectid=P087713>. Acesso em: 22/02/2012.

milhões⁶, em 2010: último empréstimo com pagamento previsto para começar em 2015 e durar trinta anos.

De acordo com La Brière (2007): "(...) o Banco aprendeu muito com nossos parceiros no Brasil nesse processo. Hoje ajudamos outros países a entender e adaptar as experiências do Bolsa Família e de outros programas". (LA BRIÈRE, *grifo nosso*, 2007, s/p.). Pode-se dizer que o arranjo se mostrou politicamente proveitoso, justamente articulando baixa destinação orçamentária e política de distribuição de renda. Ao menos no que diz respeito à classe trabalhadora brasileira, há de se avaliar como o maior programa de distribuição de renda do mundo participou positivamente da elevada aprovação do governo Lula ao término, tanto do primeiro, quanto do segundo mandato, a saber, 60% de aprovação, em dezembro de 2007 (IBOPE, 2007) e 87%, em dezembro de 2010 (IBOPE, 2010).

1.3. A “revolução silenciosa” de Lula.

Os resultados positivos do Programa Bolsa Família foram difundidos nos fóruns internacionais e adquiriram amplo reconhecimento:

“O sucesso motivou adaptações em quase 20 países, como Chile, México e outros países no mundo inteiro como Indonésia, África do Sul, Turquia e Marrocos. Mais recentemente, a cidade de Nova York anunciou o programa "*Opportunity NYC*", de transferência condicional de renda, modelado no Bolsa Família e no equivalente mexicano. Esta é uma das raras ocasiões em que um país desenvolvido está adotando e aprendendo com experiências do chamado mundo em desenvolvimento.” (LA BRIÈRE, 2007, *grifo da autora*, s/p.).

⁶ Sobre este segundo financiamento, de 2010, consultar Banco Mundial. **Second Bolsa Família**. Novembro de 2010a. Disponível em: <http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=64283627&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&Projectid=P101504>. Acesso em: 22/02/2012.

Acenando no mesmo sentido do Banco Mundial, Dominique Strauss-Kahn, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional - FMI, na ocasião de sua visita ao Brasil, em março de 2011, elogiou o Bolsa Família, defendendo que o crescimento econômico só se basta quando ele retira as pessoas da pobreza, tal como faz “(...) o programa Bolsa Família, um ótimo exemplo para o resto do mundo (...)”. (STRAUSS-KAHN, *grifo nosso*, 2011, s/p.). Como tais palavras representavam naquele momento a opinião do FMI frente ao programa em questão, vale observar que nada mudou quando Strauss-Kahn foi substituído por Christine Lagarde na diretoria-gerencial do fundo. A instituição continuou sustentando a mesma concepção, inclusive na ocasião de sua visita ao Brasil, ocorrida entre os dias 01 e 02 de dezembro de 2011. Consta de sua declaração o seguinte: “Destaco os programas Bolsa Família no Brasil e Oportunidades no México, que conseguiram interromper a transmissão da pobreza de geração para geração e agora servem como modelos para o resto do mundo.” (LAGARDE, *grifo nosso*, 2011, s/p.).

Claro deve estar que se o combate à miséria não estivesse articulado com vultosos benefícios às burguesias imperialistas em geral, e à brasileira em particular, o tom da conversa seria outro, completamente distinto. Como não é o caso, o empenho do governo Lula acumula o reconhecimento de alguns expoentes do mais elevado escalão do capital: George W. Bush, ex-presidente dos Estados Unidos por exemplo, declarou (BUSH, 2005) em sua vinda ao Brasil que estava impressionado com o comprometimento de Lula em face do que denominou "sentimento do povo" (BUSH, 2005), referindo-se às políticas assistenciais.

Igualmente, em abril de 2009, já próximo ao final do seu segundo mandato, Lula, na reunião do grupo dos vinte países mais poderosos do mundo – o G-20 – pelo seu esmero em articular a “revolução silenciosa”, viu-se alvo dos elogios do presidente

Barack Obama, que declarou ao mundo suas impressões sobre o estadista brasileiro, nos termos que se seguem: *“Esse é o cara”*; *“Eu adoro esse cara. Ele é o político mais popular da terra”* (OBAMA, *grifo nosso*, 2011). Evidentemente, Lula teve sua notoriedade multiplicada, a partir do que se amplificaram as possibilidades de divulgação das políticas assistenciais, tão necessárias às burguesias mundiais.

Importa ainda observar que, não obstante, tal empenho se realiza em larguíssima medida dentro dos dois mandatos do “político mais popular da terra”, ou seja, entre 2003 e 2010, mas ele transborda esse período e alcança o exercício da presidência de Dilma Rousseff. É ainda do próprio Obama que ela colherá declarações positivas. Em sua estadia ao Brasil, datada de 2011, ele fará menção à algumas das dimensões daquela “revolução silenciosa”:

“Na última década, o progresso feito pelo povo brasileiro inspirou o mundo. Pois hoje metade deste país é considerado classe média. Milhões foram retirados da pobreza. Pela primeira vez a esperança está voltando a lugares onde antes prevalecia o medo.(...) A cada dia que passa, o Brasil é um país com mais soluções. Na comunidade global, vocês passaram de alguém que conta com a ajuda de outros países para agora ajudar na luta contra a pobreza e a doença onde quer que elas existam. (...). Durante muito tempo o Brasil foi o ‘país do futuro’ e disseram para que ele esperasse pelos dias melhores que viriam em breve. Meus amigos, este dia finalmente chegou. Este não é mais o ‘país do futuro’, as pessoas do Brasil devem saber que o futuro já chegou e está aqui agora. É hora de tomar posse dele.(...) Vocês são a prova de que justiça social e inclusão social podem ser melhor conquistadas por meio da liberdade e que a democracia é a maior parceira do progresso humano.(...) Esse é o exemplo do Brasil. Brasil, um país que prova que uma ditadura pode se tornar uma próspera democracia. Brasil, um país que mostra que a democracia entrega liberdade e oportunidade a seu povo. Brasil, um país que mostra que um grito por mudanças vindo das ruas pode mudar uma cidade, mudar um país, mudar o mundo.” (OBAMA, 2011, s/p.).

Pois bem, depois dessas considerações, Obama tentou demover os brasileiros de que *“(...) com a força de nosso amor e nossa vontade podemos mudar nosso destino. E também o destino de muitos outros”* (OBAMA, 2011, s/p.). Sem mais delongas,

encerrou com o recorrente “*Muito obrigado. E que Deus abençoe nossas duas nações.*” (OBAMA, 2011, s/p.). De fato, fica bem demarcado a partir dos pronunciamentos alinhavados, o prestígio alcançado pelo PT, Lula e, mais recentemente, Dilma. Todos, em virtude da criação e gestão do Bolsa Família, responsabilizados pelo “grande exemplo”, em proporcionar o “modelo para o resto do mundo”, “a inspiração do mundo” que se deve preocupar cada vez mais com o “sentimento do povo”. Considerada a contradição sem paralelos entre riqueza e miséria, parece que as personalidades acima aludidas reconhecem que o maior exemplo do governo Lula é ter criado uma forma institucional, pública, de baixo custo e, sobretudo, politicamente eficiente, de lidar, nas condições atuais, com a realidade trágica dos trabalhadores.

Vale observar o que consta nos objetivos do programa, expostos pela Secretária-geral, Ana Fonseca (2003), no dia do lançamento do Bolsa Família, na cidade de Brasília, tal como segue:

“Todos temos a certeza que a erradicação da pobreza exige uma combinação de medidas que gerem novas dinâmicas de desenvolvimento. A pobreza não é um fenômeno estático, e muito menos pode ser vencido individualmente. Superá-la requer a construção de um *locus* emancipatório e é isso que o Bolsa Família agora reforça.” (FONSECA, 2003, p.04).

Como se pode notar, Ana Fonseca (2003) defende a criação de medidas geradoras de dinâmicas de desenvolvimento de combate à pobreza associadas à criação de um *locus* emancipatório, do qual o próprio programa Bolsa Família faz parte. Há de se questionar se essa articulação pode ser significativamente positiva às maiorias trabalhadoras, em um cenário no qual o baixo custo desse programa, aventado pelo presidente do FMI, Robert Zoellick, como uma vantagem, reflete na verdade a

insuficiente dotação de recursos a ele destinados. Claramente, isso impacta de modo negativo qualquer possibilidade significativa que porventura haja no Bolsa Família.

Essa afirmação está embasada no estudo (FATTORELLI e ÁVILA, 2011) da destinação orçamentária federal brasileira para o ano de 2012. Ali, podem ser cotejados os 2,5% do orçamento atribuídos à rubrica Assistência Social - dentro da qual não consta apenas o Bolsa Família - com os 47,1% presentes na rubrica Pagamento de Juros e Amortizações, da dívida pública: ou seja, trata-se de uma postura política determinada do governo petista, que torna a remuneração ao capital financeiro uma prioridade que paira sobre todas as outras. Portanto, é preciso analisar com mais vagar a supracitada combinação entre dinâmicas de desenvolvimento econômico e *locus* emancipatório. Parece que a positividade do Bolsa Família está reduzida ao mínimo capaz de, além de manter vivas as pessoas que usufruem dele, amainar as tensões sociais correspondentes ao dramático quadro socioeconômico. Em outras palavras, o exemplo para o mundo, replicado pelo Banco Mundial, FMI e elogiados por Bush e Obama, pode estar relacionado mais às positivities políticas derivadas às burguesias do que aos trabalhadores.

Em meio a essa postura frente ao orçamento público brasileiro, é intrigante notar como o tema da revolução volta à baila. É do conhecimento de todos o quão freqüente o termo é utilizado para uma gama enorme de fatos: dentre eles, destacam-se a "*revolução*" da educação, a "*revolução*" da cultura, a "*revolução*" feminina, a "*revolução*" verde, a "*revolução*" informacional, a "*revolução*" institucional, para fazer menção a apenas alguns exemplos. Alargando tal escopo, a atuação do governo Lula em seus dois mandatos foi qualificada como uma "*revolução silenciosa*" por Bénédicte de La Brière (2007), representante do Banco Mundial no Brasil. No mesmo tom, o próprio presidente Lula (2009) difundiu sua "*revolução silenciosa*", atribuindo a ela a elevação

da autoestima do povo brasileiro, sobre a qual se sustentaria a grande transformação, que faria do país uma grande nação. Foi exatamente isso que consta em seu pronunciamento, em 05 de novembro de 2009, em Londres, em um encontro denominado “*Investing in Brazil Summit: Identifying Opportunities in the New Economic Climate*”, organizado, pelos jornais Valor Econômico e *Financial Times*. Consta desse discurso, o seguinte:

“Bem, eu precisava começar dizendo isso porque tem uma revolução silenciosa no Brasil e, possivelmente, nem todo mundo entenda que é a recuperação da auto-estima coletiva de uma sociedade. Isso é muito forte. (...) Nós, brasileiros, estamos assim. Nós cansamos de ser país do futuro, nós cansamos de tantas promessas do século XX, e nós agora não queremos perder nenhuma oportunidade do século XXI. Eu estou convencido de que o século XXI é o século do Brasil, e nós temos que começar ontem, para que a gente possa desfrutar desse espaço que o mundo está vivendo e o Brasil, dentro dele, está vivendo um momento quase mágico, pela expectativa que nós mesmos temos de nós.” (LULA, 2009, p.05).

Pode-se perceber que Lula defende ser o Brasil o país do futuro, cuja mágica do momento vivido sob seus dois mandatos seria responsável por lançar a nação, pelos braços da elevada autoestima do povo, a um padrão de sociabilidade capitalista inédito. Ainda nesse discurso, ele fala sobre o papel do Estado, em face da tão aclamada regulação do mercado sobre a economia, tal como segue:

“Ora, o mercado pode resolver uma parte substancial das coisas de um país, mas tem coisas que o mercado não consegue resolver porque não é papel do mercado. O mercado não faz política social, isso é o Estado que tem que fazer. O mercado não faz uma política como o Luz para Todos ou cria um Bolsa Família, isso tem que ser política de Estado. (...) Por isso mesmo, desde o primeiro momento do meu governo trabalhamos para mostrar que era possível combinar crescimento econômico com distribuição de renda. Graças ao programa Bolsa Família, hoje considerado um dos mais bem-sucedidos programas de transferência de renda pelos organismos internacionais” (LULA, 2009, p.11-12).

Esse pronunciamento é relevante porque esclarece algumas dimensões do modelo para o resto do mundo, tal como o denomina Christine Lagarde (2011). Lula, depois de atribuir às forças do mercado poderes substanciais, capazes de resolver muitas coisas, reserva ao Estado papel determinado, a saber, o de combinar crescimento econômico com distribuição de renda, realizada por políticas assistenciais, como o Bolsa Família. Frente a tal argumentação, vale se perguntar como pode a atuação dos estratos das classes dominantes no Estado alterarem o padrão de apropriação da riqueza no Brasil, se a própria destinação orçamentária revela, como se viu, orientação oposta (FATTORELLI e ÁVILA, 2011), destinada à remuneração do capital financeiro, cuja dinâmica se constitui como óbice profundo à emancipação política brasileira⁷.

Embora essa seja uma forma de abordar o fenômeno da miséria, as políticas assistenciais não conseguem desviar a atenção dos estratos dominantes em relação à sua vinculação orgânica às necessidades das burguesias financeiras, tal como se pode depreender do trecho que segue, ainda do discurso de Lula aos banqueiros, em Londres:

“Um dirigente tem que fazer, e pagar o preço ou colher o preço, se as coisas derem certo. Então essa crise, que chegou muito forte depois da queda do *Lehman Brothers*, não precisaria ter chegado a essa profundidade se os governantes tivessem tomado as medidas na hora certa, no momento certo. É para isso que existe governo. De vez em quando alguém me pergunta: “Ô Lula, mas você era sindicalista, pô! Você agora está aí, os bancos estão ganhando muito dinheiro, e você não fala nada.”. Eu falo sempre: graças a Deus, os bancos estão ganhando dinheiro, porque quando eles quebram dão um prejuízo desgraçado. Então, eu quero que os bancos ganhem muito dinheiro mesmo para não quebrarem, porque o prejuízo é infundável e está aí essa crise econômica para mostrar o que aconteceu.” (LULA, 2009, p.11-12).

⁷ Sobre isso, ver: MAGDOFF, Harry. Ajuda e comércio. In: _____. **A era do imperialismo**. Cap. 4. São Paulo: Hucitec, 1978. p.123-190.

Essa defesa proferida diretamente à burguesia financeira global reverbera de forma negativa aos trabalhadores brasileiros, pois corrobora para a manutenção daquele padrão desigual e concentrado de apropriação da riqueza, institucionalizado na dotação orçamentária; nunca é demais lembrar: 2,5% à assistência social e 47,1% ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, ou seja, à remuneração direta ao capital financeiro. Acrescentam-se aqui algumas observações sobre a matéria, para se ter idéia da ordem de grandeza desses recursos. O orçamento total para 2012 é (FATTORELLI e ÁVILA, 2011) de R\$ 2,15 trilhões. Destinar por ano 47,1% à remuneração do capital financeiro implica subtrair R\$ 1,01 trilhões das destinações sociais. Para fazer algumas comparações, melhor seria converter tal cifra em dólares. Utilizando a cotação do dia 04 de maio de 2012, qual seja, R\$1,92 o dólar⁸, obtém-se US\$ 528,54 bilhões. Com esse montante, importa visitar os dados do Banco Mundial, referentes ao ano de 2010. Assim, pode-se notar que, apenas em 2012, o Brasil remeterá via orçamento público ao capital financeiro aproximadamente o PIB da Suíça (US\$ 527,91 bilhões) do ano de 2010. Ou ainda, mais do que o PIB de 2010 da Arábia Saudita (US\$ 434,66 bilhões). Por último, o montante remetido supera a soma dos PIBs dos países do Mercosul⁹, excetuando o Brasil, a saber, US\$ 426,11 bilhões.

Tal remessa se prestará à realização das necessidades expansivas e cumulativas daquela pequena platéia de Londres, para quem Lula discursava e rogava a Deus para que ganhem muito dinheiro. Não à toa o reconhecimento mundial ao redor do PT, de Lula e agora Dilma, pois sua forma de governar conseguiu ganhos políticos

⁸ Cotação retirada de: BANCO CENTRAL. **Cotação de moedas**. 04-05-2012. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>. Acesso em: 04-05-2012.

⁹ Os PIBs considerados são do ano de 2010: Argentina (US\$ 368,73 bilhões); Uruguai (US\$ 39,05 bilhões); Paraguai (US\$ 18,33 bilhões). Os dados podem ser acessados em: BANCO MUNDIAL. **GDP**. 2010. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?order=wbapi_data_value_2010%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-last&sort=desc&display=default. Acesso em: 04-05-2012.

importantes, associando baixa distribuição de renda, o baixo custo do Bolsa Família, com remunerações inauditas ao capital monopolista, notadamente o financeiro. Essas duas dimensões são partes integrantes dos desenvolvimentos em curso, denominados de “revolução silenciosa” (LAGARDE, 2011; LULA, 2009). Frente ao cenário exposto e às considerações feitas, convém qualificar melhor essa "revolução" defendida por Lula. É preciso perguntar: qual é o conteúdo dela? Quem está se beneficiando com ela? Quais são os riscos envolvidos? Para qual fração da sociedade? E, finalmente, o processo pode ser de fato denominado "revolução"?

Para obter tais respostas, reportar-se o raciocínio ao passado para delinear algumas particularidades da revolução brasileira, responsáveis pelo seu desfecho histórico, em 1964. Com isso, pretende-se apresentar um campo categorial que será importante para avaliar a “revolução silenciosa” do governo Lula.

1.4. A revolução burguesa conservadora.

Utilizando uma perspectiva mais universal, pode-se remeter à definição apresentada por Florestan Fernandes:

“Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.” (FERNANDES, 1975, p. 203).

Considerada essa definição, há de se asseverar que a revolução brasileira surgiu a partir de condicionantes e em um tempo histórico específicos, não simultâneo às revoluções marcadamente radicais, quais sejam, a francesa, a inglesa e a estadunidense. Isso ocorre porque o processo de universalização do capital é marcado, conforme Sodré (1997), por uma heterocronia, precisamente porque

“O capital é, na verdade, uma categoria histórica. Aparece quando determinadas condições existem e geram essa categoria. Tais condições ocorrem em épocas diferentes para cada país ou nação. Não ocorrem ao mesmo tempo em todas elas. E não ocorrem porque o desenvolvimento histórico é desigual: é a lei do desenvolvimento desigual. Algumas áreas conhecem a etapa capitalista antes de outras (...)” (SODRÉ, 1997, p.57).

Assim, é preciso demarcar brevemente que a revolução burguesa brasileira se gestará tardiamente e terá seu ápice apenas no ano de 1930. A explicação desse fato está na multiplicidade de fatores que a condicionam, gestados em meio à especificidade de um país de extração colonial. Ora, o Brasil surgiu (PRADO, 1970; SODRÉ, 1968) em 1500 para o capital, no interior do seu processo de universalização, comandado por forças sociais vinculadas às suas duas dimensões principais, respectivamente, a comercial e a usurária. A partir desse momento, o Brasil passa a integrar externamente o circuito da acumulação primitiva, tão bem apreendida e apresentada por Karl Marx, em seu capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, em *O capital*, de 1867¹⁰. Tal acumulação contava com uma rede de relações, dentro da qual vigia uma apropriação profundamente desigual da riqueza.

“(...) a conexão dos senhores com o capital mercantil se dava em dois pontos relativamente débeis, o da negociação dos produtos e o da negociação dos escravos, que o expunham à ganância dos agentes diretos desse capital e o tornavam, gostasse ou não, um ‘parceiro menor’ na repartição e no desfrutamento do butim colonial.” (FERNANDES, 1976, p.18).

¹⁰ Sobre o processo da acumulação primitiva, ver: MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In.: _____. **O Capital**: crítica da economia política do capital. Vol. I, Livro I, Tomo 2, 2.ed., Capítulo XXIV de, São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). p. 261-294.

O fato do senhor de engenho, dentro do circuito da acumulação primitiva, ser um parceiro menor e não ter meios de romper com essa forma desigual de apropriação, não significa que internamente ele estava impedido de exercer seu poder de controle sobre as levadas de trabalhadores escravizados. De fato, a produção estava fortemente assentada na escravidão, a qual se fundava na “(...) *apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanentemente exercida através dos castigos mais atrozes, [e que] atua como uma mó desumanizadora e desculturadora de eficácia incomparável.*” (RIBEIRO, 2006, *grifo nosso*, p.106). Essa mó¹¹ desumanizadora e desculturadora, que alicerçava a acumulação primitiva - destinando a ela significativas riquezas -, fazia parte de um padrão de exploração do trabalho fortemente miserável. Sobre ele, discorre Ribeiro:

“(...) sem qualquer gozo ou orgulho do corpo, vivia sua rotina. Esta era sofrer todo o dia o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma das mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinquenta chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado com ferro em brasa, tendo um tendão cortado, viver peado com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha ou, de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso. Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios suplicados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. (...) A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista.

¹¹ O termo mó nomeia a pedra central de um moinho, onde se tritura, por exemplo, o milho para transformá-lo em farinha. No sentido apresentado por Darcy Ribeiro indica a desconstrução da identidade daqueles que foram escravizados. Para saber outros significados para o termo, ver: **DICIONÁRIO. Priberam da Língua Portuguesa**. 2012. Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/>. Acesso em: 02-02-2012.

Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos.” (RIBEIRO, 2006, p.107-108).

Nota-se que além de descrever o cotidiano miserável do escravo¹², Ribeiro (2006) sugere ao final da passagem que os elementos dessa dura realidade são projetados ao futuro, delineando a forma de ser do Brasil, com reverberações negativas até o presente momento, representadas na predisposição para torturar, seviciar e machucar. Em relação a esse prolongado efeito da colonização na história brasileira, concordaria Fernandes (1976), nos seguintes termos: “*No conjunto, a colonização formava, aí, a realidade-matriz, profunda e duradoura*” (FERNANDES, *grifo nosso*, 1976, p.13). Acrescendo à dimensão negativa apontada por Ribeiro, Fernandes (1976) apresenta o elemento historicamente positivo da escravidão, quando ela se torna a base da cafeicultura, já no século XIX. Dirá:

“O desenvolvimento tardio da escravidão acaba por convertê-la em um dos fatores da ‘acumulação originária’ na cena histórica brasileira. Não se trata pura e simplesmente, de constatar que a escravidão desaparece e é enterrada com ‘a crise do regime escravocrata e senhorial’. *Ela alimentou essa crise, inclusive no plano construtivo, já que sem a persistência da escravidão e a transferência do excedente econômico que ela gerava para as cidades (segundo ritmos históricos lentos) a ‘história ocorrida’ seria inexecutável.*” (FERNANDES, 1976, *grifo nosso*, p.14).

¹² Tal submissão desumana se funda no seguinte interesse: “De outro lado, embora o senhor comprasse o escravo, o que ele queria era a *energia humana*, não como simples variedade ou equivalente da ‘energia animal em geral’, porém como uma modalidade de energia que podia ser concentrada e utilizada intensivamente, através da organização social do trabalho escravo, como se o organismo humano fosse uma máquina.” (FERNANDES, 1976, p.15). A possibilidade de utilização total do valor-de-uso do escravo implicava em uma espécie de mercado mortuário, pois alimentado pela morte desses escravizados: “O inconveniente de que essa máquina não só se desgastava mas também percia durante o processo de produção apenas intensificava o circuito da circulação [de escravos], tornando tal rede de negócios uma inexaurível mina de ouro.” (FERNANDES, 1976, *grifo nosso*, p.16).

Em outras palavras, o caráter positivo aludido consiste na escravidão prover a acumulação interna, pois “*A expansão da economia de plantação através do café iria mostrar a magnitude das diferenças e o que representa economicamente, para o senhor, ‘dispor livremente’ do produto do trabalho escravo.*” (FERNANDES, *grifo nosso*, 1976, p.27). De fato, dentro do século XIX, afastada desde 1822 a apropriação metropolitana portuguesa, parte importante do excedente passaria à acumulação interna. A partir da junção da cafeicultura e escravidão surgirão as bases econômicas, políticas, sociais e culturais, que lentamente trariam mudanças importantes ao país. Sobre isso, acrescenta Florestan Fernandes,

“(…) a emancipação nacional condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinamismos coloniais, que não poderiam ser destruídos sem criar impossibilidades quer para a eclosão modernizadora, quer para a expansão inicial de um mercado especificamente moderno e do capitalismo comercial que ele implicava, quer para a consolidação de uma economia urbano-comercial capitalista nas cidades e sua irradiação para o campo.” (FERNANDES, 1976, p.13).

Contraditoriamente, a escravidão passaria a determinar a emancipação política brasileira, sua conversão de colônia ao império e deste à república propriamente dita.

Outra mudança importante está apontada abaixo:

“(…) sem o trabalho escravo, não teríamos a forma de revolução urbano-comercial que é típica da evolução da economia brasileira ao longo do século XIX. Se essa revolução culmina (...) sob o trabalho livre, isso não significa outra coisa se não que a diferenciação alcançada sob o trabalho escravo pela economia interna exigia outra forma de trabalho” (FERNANDES, 1976, p. 23).

Nota-se que o eixo estruturante das transformações republicanas é movido pela escravidão e com ela, e a partir dela, a oligarquia “(...) se converteu no pião da transição para o ‘Brasil moderno’.” (FERNANDES, *grifo do autor*, 1975, p.210). Marcado pelo conservadorismo, o processo da revolução brasileira projetará ao século XX as linhas mestras da forma de ser da oligarquia. Em decorrência, essa lograria “(...) a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa.” (FERNANDES, *grifo nosso*, 1975, p.209). Esses desdobramentos conservadores se deram porque o grosso da burguesia

“(...) vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural - qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica - e quer vivesse na cidade ou no campo sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (...). *Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entenhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunstanciais, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, dilatados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história.*” (FERNANDES, 1975, *grifo nosso*, p.205).

Circunscrita à estreiteza de sua origem, a burguesia, que paulatinamente se consolidava e se diferenciava da oligarquia, não se deparava - nem construía - condições concretas para operar uma ruptura radical com as oligarquias, o que impedia sensivelmente a radicalização de sua atuação no interior do processo revolucionário. Conseqüentemente,

“O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* (...) Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens

que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (...) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.” (FERNANDES, 1975, *grifo do autor*, p. 205).

Sob tais óbices, embora transformado em republicano, “(...) *o Brasil continuaria sob o regime colonial, com um povo simplesmente agrícola e coletor de matérias-primas para a Europa, que lhes reverte fabricadas com um lucro enorme (...)*” (SODRÉ, 1967, *grifo nosso*, p.188). Assim, a república se tornaria uma “(...) *cômada ficção, e o país se transformara, realmente, numa ‘modesta fazenda senhorial, bem ordenada’*”. (SODRÉ, 1968, *grifo nosso*, p.307). Suas dimensões “(...) *embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança.*” (PRADO JÚNIOR, 1966, *grifo nosso*, p.141).

Não obstante tais elementos conservadores, o processo da revolução continuou transformando o país, de modo que, “(...) *apesar de todos [os] aspectos negativos, o processo de industrialização representa abertura para um novo sistema econômico.*” (PRADO JÚNIOR, 1972, *grifo nosso*, p.90-91). De fato, embora houvesse essa interação entre transformação e conservação, a revolução brasileira se encaminharia para os acontecimentos de 1930, momento a partir do qual se aceleram as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, que concorreriam à consecução de um país predominantemente urbano e industrial.

A especificidade conservadora desse quadro revolucionário conduziria, também, a uma situação específica no âmbito das relações internacionais¹³, pois, tal como

¹³ A dificuldade da situação pode ser medida pela continuidade da apropriação desigual do excedente aqui produzido, corroborando para uma situação interna financeira problemática e para o enrijecimento da relativa subalternidade do país em face dos credores estrangeiros. O relato a seguir é do presidente

ocorrera internamente, o conservadorismo burguês reverberaria externamente como uma

“(...) longa e difícil acomodação de uma estrutura econômica ainda profundamente colonial, embora os fatores de progresso estivessem evidentes, ao surto do imperialismo, que, por toda a parte, rompia as barreiras e transpunha os obstáculos que se antepunham ao seu pleno desenvolvimento.” (SODRÉ, 1968, p.297-298).

Do exterior, as forças imperialistas agravam o cenário brasileiro, na medida em que, frente a elas e internamente, “(...) *as classes burguesas lutam por suas ‘vantagens relativas’ e pelo ‘equilíbrio do poder’ pura e simplesmente (...)*” (FERNANDES, 1980, *grifo nosso*, p.02). Relativamente enclausuradas em seu país pela composição com as oligarquias, a burguesia passaria também a compor com as forças imperialistas, estreitando cada vez mais os caminhos da revolução. Assim, o seu desenvolvimento se via “(...) *imprensado entre o atraso nas relações vigentes no campo e intensidade da ação imperialista.*” (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.120).

Nessas condições, do ponto de vista ideológico, “*O idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo*

Epitácio Pessoa (1919-1922) sobre a condição das finanças brasileiras: “Do ponto de vista financeiro, realmente, o quadro é grave: ‘Quando assumi o governo, em 1919, era tal o estado do Tesouro que, ao aproximar-se o fim do primeiro mês, verifiquei com terror que não tinha com que pagar a tropa e o funcionalismo público.’” (PESSOA *apud* SODRÉ, 1967, p.255). Esta situação perdurou por muito tempo, deparando-se o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) com evidências desconcertantes da situação a que fora levada a revolução burguesa no Brasil, tal como segue: “Realizada a operação [o *Funding Loan*, de 1931, sob a coordenação do Ministro Oswaldo Aranha] com os credores externos, pretendeu o Governo Provisório conhecer em detalhes a situação da dívida externa brasileira. ‘Foi impossível, porém, - escreve um comentador - a realização desse propósito. Não se achavam os arquivos, na repartição encarregada dos contratos dos empréstimos federais. Das operações feitas e ainda em circulação, estavam colecionados apenas 8 contratos! Os valores reais das remessas eram também ignorados. O Tesouro fazia habitualmente as transferências pelas notas fornecidas pelos próprios agentes dos banqueiros interessados. Não havia contabilidade regular da dívida externa federal. A situação relativa aos Estados e Municípios era semelhante ou mesmo pior.’¹³” (BOUÇAS *apud* SODRÉ, 1967, p.282).

democrático-burguês mais ou menos congruente.” (FERNANDES, 1975, *grifos do autor*, p.296). O contexto evoluirá para uma importante ausência de “(...) *autonomia para conduzir e completar a revolução nacional (...)*”. (FERNANDES, 1975, *grifo nosso*, p. 298). Tal ausência, sob as condições analisadas, redundaria na “(...) *execução sempre parcial e defectiva das tarefas peculiares à revolução burguesa (...)*.” (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.77). O processo seria marcado pela incompletude sistemática da revolução burguesa, determinada também pela postura da burguesia brasileira¹⁴ em face das forças imperialistas. Sobre esse aspecto, Fernandes (1980) defende que o poder burguês se tornaria “(...) *arraigadamente pró-imperialista e, entre a revolução democrática autêntica e a dominação imperialista, opta invariavelmente pela segunda.*” (FERNANDES, 1980, p.168).

Esse amálgama conservador reverberou na forma de ser do Estado que, na revolução, foi utilizado para assegurar “(...) *a consolidação da dominação burguesa ao nível político, de modo a criar a base política necessária à continuidade da transformação capitalista (...)*.” (FERNANDES, 1975, *grifo nosso*, p.302). Mesmo não sendo tal transformação um processo simples, “*O movimento de 1930 e a nova composição do poder permitiu ao Estado efetivar sua participação nas mudanças em curso.*” (SODRÉ, 1997, p.76). Sobre tal participação, de acordo com Francisco de Oliveira (2003), o Estado - principalmente entre 1937 e 1945, sob o Estado Novo¹⁵ - foi utilizado para “(...) *‘institucionalizar’ as regras do jogo*”. (OLIVEIRA, 2003, *grifo*

¹⁴ Essa postura implicaria um poder burguês determinado, o qual “(...) assumiu formas repressivas e tendeu à busca de uma hipotética harmonia entre as classes. Mantido intacto, embora com menor participação no poder, o latifúndio, definindo as formas pré-capitalistas, persistia freando as mudanças: a propriedade da terra permaneceu intocada e a resistência ao imperialismo continuou débil.” (SODRÉ, 1997, p.78).

¹⁵ Algumas das dimensões do Estado Novo, estão presentes em: PANDOLFE, D. C. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. Para uma reflexão sobre o papel de Getúlio Vargas no Estado Novo, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. A época de Vargas. In: _____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia. 1997. p.146-167.

nosso, p.37), impulsionando e formalizando as múltiplas dimensões da relação social capital, em benefício da industrialização e da urbanização correspondente.

Há de se acrescentar que, na perspectiva de Sodré (1997), tais transformações não se processaram sobre ampla base democrática, a qual fora estrangida seja pelas ações “(...) *policiais e repressivas, seja pelos artifícios a que se amoldava uma legislação pretensamente trabalhista, na verdade montada para subordinar o trabalho às condições que o Estado burguês impunha.*” (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.78). Seu caráter antidemocrático constituiu um de seus traços marcantes:

“O movimento de 1930 desvenda o seu conteúdo com o Estado Novo. Com este, a burguesia realizava a sua opção. A correlação de forças externa e internamente, permitiria esse *lance singular*. Sob o pesado disfarce da repressão policial, com o resguardo de um aparelho militar intensamente mobilizado ideologicamente, o Estado passaria, agora, a articular reformas que assegurassem o avanço das relações capitalistas e até o acelerasse. (...) O movimento de 1930, nessa fase final de seu desdobramento, emergindo da confusão aparente, gerada pelo pânico mas também alimentada como forma de intimidação para acobertar o essencial do processo político, *mostrava ser uma etapa da revolução burguesa no Brasil, uma etapa operada - ao contrário dos modelos históricos clássicos - contra o proletariado.*” (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.79).

Desse modo, as burguesias envolvidas com os acontecimentos de 1930, e condicionadas conservadoramente por elementos internos e externos, impeliriam “(...) *uma revolução burguesa contra o povo e não em aliança com ele, como no modelo clássico.*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p.49). A exemplo disso, o Estado Novo, rechaçando os trabalhadores organizados, significou “(...) *uma fase em que a questão nacional é trazida a primeiro plano, com sacrifício da questão democrática.*” (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.79). E é nisso que reside parte importante do seu “(...) *aspecto conservador que, nele, não sendo único, seria preponderante e não cessaria de crescer (...)*” (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.78).

Francisco de Oliveira (2003), em seu livro *Crítica à razão dualista - o ornitorrinco*, apreenderá esse conservadorismo como o caráter produtivo do atraso, ou revolução sem revolução burguesa, ou modernização conservadora, tal como segue:

“(...) forma da modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa. (...) o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter ‘produtivo’ do atraso como condômino da expansão capitalista.” (OLIVEIRA, 2003, p.131).

Nota-se que ao ser o caráter produtivo do atraso a forma específica da modernização conservadora, o autor salienta a preservação do passado, convertido em algo funcional às transformações em curso.

No livro *A revolução brasileira*, de 1966, Caio Prado Júnior apreenderá esse caráter conservador do processo, apontando as múltiplas dimensões da “(...) *insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que assenta a vida do país.*” (PRADO JÚNIOR, 1966, *grifo nosso*, p. 04). Do trecho abaixo, há de se depreender que a revolução brasileira foi um

“(...) destes instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamentos e insatisfações generalizadas e profundas; em atritos e conflitos, tanto efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente. Situação essa que é efeito, e causa ao mesmo tempo, da *inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira, que vinda de longa data (...); da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que assenta a vida do país.* (...) É esse o panorama desalentador (...) para quem vai com sua análise ao fundo das coisas e não se deixa iludir por algumas aparências vistosas que aqui ou acolá disfarça, o que vai por detrás e constitui a substância daquela realidade.” (PRADO JÚNIOR, 1966, *grifo nosso*, p. 04-05).

Em outro trecho da mesma obra, registra o fundamento dessa situação a que chegou a revolução. Dirá:

“E o processo de integração econômica nacional, embora se apresente maduro para sua completa e definitiva eclosão, *se mostra incapaz de chegar a termo e se debate em contradições que não consegue superar. Das contradições que no passado solapavam a economia brasileira, passamos a outras de natureza diferente, mas nem por isso menos graves.*” (PRADO JÚNIOR, 1966, *grifo nosso*, p. 142).

As contradições perpassam a revolução e seguem se transformando, mas mantém seu caráter essencialmente conservador e, a partir disso, vai se constituindo no fundamental do processo. A ausência de uma ruptura severa com o passado aliada à submissão às forças imperialistas foram uma constante, fazendo com que a revolução se realizasse

“(...) sem grandes lances, ascendendo por patamares e marcando sucessividade em suas conquistas. (...) O seu problema essencial consiste na coexistência com o latifúndio feudal, suporte da classe dos senhores de terras, de um lado, e com o imperialismo, de outro lado. *Tem com ambos contradições evidentes mas, na sua debilidade, convive com eles, associa-se a eles, submete-se a eles, na medida em que se vê ameaçada pelo seu inseparável acólito, o proletariado. Aceita, pois, a resistência do Brasil arcaico e hesita romper com ele. É uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas.*” (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.87).

Também Celso Furtado, em 1961, demonstra em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* certos aspectos conservadores da revolução burguesa e alguns desdobramentos aos trabalhadores:

“As conseqüências do tipo de desenvolvimento industrial que tem prevalecido no Brasil são de múltiplas ordens. (...) todo desenvolvimento se faz com *elevado custo social*. (...) Em outras palavras, o desenvolvimento se faz *com um grau de injustiça social*

crescente. (...) Dessa situação resulta uma tendência à concentração de riqueza (...).” (FURTADO, 1963, *grifo nosso*, p.259).

De fato, somada às outras passagens, essa salienta o elevado custo social, a injustiça social crescente e a concentração de riqueza, todos elementos sempre presentes na história brasileira, que foram transformados por intermédio do conservadorismo na essência da revolução. Apesar de ser a república um importante avanço quando comparada à colônia e ao império, a correlação de forças entre as classes e as frações de classes sociais não pendeu para os trabalhadores, determinando assim o crescimento da injustiça social dentro do processo da revolução burguesa. Caio Prado Júnior expressaria essa dimensão nos seguintes termos: a revolução burguesa “(...), *pela maneira como se realiza, ou se realizou até hoje, se anula em boa parte e se auto-limita, encerrando-se em estreitas perspectivas.*” (PRADO JÚNIOR, 1966, *grifo nosso*, p.141). Dentro de tal estreiteza, defende Sodré que a revolução se viria impossibilitada de “(...) *realizar os seus destinos, compreendido nisso o bem-estar de seu povo (...)*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p.36). De outra forma, imposta a incompletude como particularidade do processo, delineia-se um cenário em que “*Por trás desta estrutura com aparência de progresso - progresso de fachada - permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome.*” (CASTRO, 1965, *grifo nosso*, 270). Aqui, vale pensar novamente na questão da miséria brasileira, pois o presente estudo indica que todas as suas dimensões foram conservadas, com o agravante de “*Em certos períodos e sob certos aspectos, esta situação parece até se agravar em face do surto de desenvolvimento industrial por que atravessa o país.*” (CASTRO, 1965, *grifo nosso*, p.274).

Partindo desse quadro, é importante considerar que o Brasil burguês acomodou a miséria em meio à sua modernização conservadora (OLIVEIRA, 2003), responsável por

toda sorte de injustiças sociais (FURTADO, 1963). Sugere-se, assim, que a partir desses desenvolvimentos, configurou-se um país capitalista que não foi capaz “(...) *de liquidar sua forma particular miserável. E falamos de miséria como categoria total: econômica, política, cultural, social.* [Em outras palavras,] (...) *a particularidade das revoluções burguesas conservadoras está na sua impossibilidade de saltar à liquidação da miséria através do capitalismo*”. (LIMA FILHO, *grifo do autor*, 2010, p.09). Esse fato torna-se mais evidente quando avaliado à luz do desfecho da revolução de 1930.

“(...) Entre 1930 e 1943, passando pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra Mundial, e compactuando com a ‘guerra fria’, opera-se uma fase de acentuado reforço e de novo impulso acelerador do capitalismo e da burguesia para, depois de 1954, conciliar a alavanca do núcleo de capitalismo estatal com uma forma de capitalismo estatal monopolista, sob controle das forças conservadoras internas e das forças neocolonialistas externas. *O ‘desenvolvimento’, então adotado como norma de ação, vai desembocar, finalmente, na ditadura esboçada com o golpe militar de 1964 e consolidada em 1968, propiciando o chamado ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, com a participação ativa e decisiva das multinacionais (...)*”. (SODRÉ, 1997, *grifo nosso*, p.88).

Dessa passagem, pode-se observar que, depois de recompostos, os principais estratos de classe vencidos em 1930 retornariam ao palco da história por meio do golpe civil-militar de 1964. Desse modo, delineou-se um panorama no qual as pretensões nacionalistas, autonomistas, populares e democráticas foram deixadas de lado, liquidando as condições concretas necessárias à reversão da miséria brasileira. Esse expediente seria fortalecido pela ditadura, transcorrida entre os anos de 1964 e 1985. Portanto, pode-se asseverar que não se liquidou a miséria, mas sim as poucas condições, vigentes na revolução, que seriam necessárias à sua extinção. Frente a esse raciocínio, e considerando o tempo presente, convém perguntar se Lula, ao contrário de Vargas, conseguiria dar conta dessa tarefa. Convém questionar, na atual quadra histórica, a

possibilidade da realização de uma "revolução" burguesa silenciosa, capaz de construir um sólido programa revolucionário de reversão da miséria brasileira. Esses questionamentos orbitam em torno da seguinte preocupação: considerando que a revolução teve um desfecho conservador, desdobrado em vinte anos de ditadura civil-militar, que aprofundou a miséria brasileira, questiona-se se o governo Lula foi capaz de, a partir desse cenário de terra arrasada, edificar novamente as condições objetivas à continuidade da revolução brasileira e do combate à miséria?

CAPÍTULO II

2.1. A liquidação das condições imprescindíveis à revolução burguesa conservadora.

Neste momento, objetiva-se evidenciar os determinantes, externos e internos, do surgimento do PT, seu processo de gênese e desenvolvimento, bem como sua postura política frente à ditadura e seus desdobramentos futuros. Dessa forma, esperamos obter melhores condições para avaliar a assim chamada “revolução silenciosa” e como ela se realiza em meio à dialética entre produção de riqueza e de pobreza tão marcante na atualidade, tal como se apresentou no início do primeiro capítulo da presente pesquisa.

O Partido dos Trabalhadores surge dentro da ditadura civil-militar, iniciada em 1964 e, conforme Sodré (1997), consolidada em 1968. “*Embora o PT tenha sido oficializado em 1980, é evidente que sua formação se inicia em 1978, quando apareceu a sua proposta.*” (SECCO, 2011, *grifo nosso*, p.24). Suas fontes constituintes vieram da igreja progressista, de remanescentes dos grupos da luta armada e do novo sindicalismo:

“Desdobrando aquele tripé, poderíamos dizer que o PT surgiu de pelo menos seis fontes diversas. A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos).” (SECCO, 2011, p.27).

A partir disso, nota-se que ele se forma no campo da oposição à ditadura, a qual, por seu turno, realizou-se na história firmemente contra as pretensões da revolução de 1930. Interessa reforçar que no panorama negativo próprio à ditadura, o surgimento do PT e dos estratos sociais que orbitam em torno dele representou sim um desdobramento positivo. Entretanto, é preciso salientar que a positividade e a negatividade “(...) *de um mesmo fenômeno histórico - e de um mesmo fundamento material - não podem ser*

simples ajuizamentos de fatos isolados, pois necessariamente possuem determinação social e se relacionam contraditoriamente.” (PINASSI, 2010, grifo nosso, p.01).

2.2. Os determinantes externos.

Inicia-se o esforço pela apreensão das condições externas, presentes no momento histórico de surgimento do PT e que se desdobrariam até o presente. Tais condições expressavam profundas instabilidades que levaram a humanidade para o centro da mais significativa crise de sua história. Para abordá-la, é preciso esclarecer (MÉSZÁROS, 2002) que o processo histórico de universalização do capital, considerando o momento a partir do qual ele se configura como um sistema de produção, de reprodução e de controle social¹⁶, realiza-se em duas fases bem demarcadas: a primeira de ascensão, disparada principalmente depois das revoluções burguesas radicais dos séculos XVIII e XIX; e a segunda fase de descenso, iniciada após a transição entre as décadas de 1960 e 1970.

Sobre esse movimento, discorre Pinassi:

“(…) desde finais da década de 1960, o sistema esgota todas as suas possibilidades, digamos civilizatórias, concluindo uma longa fase de ascensão histórica impulsionada com a vitória das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX. Isso quer dizer que, desde as décadas finais do século passado, os novos padrões de expansão e acumulação do capital só conseguem ser ativados, em termos globais, mediante mecanismos absolutamente destrutivos.” (PINASSI, 2009a, p.76).

A autora apresenta dimensões importantes, relativas ao enlace entre descenso, expansão e destrutividade. Elas são interdependentes, pois o descenso histórico resulta

¹⁶ Em outras palavras, estabelece-se a análise a partir do momento em que o capitalismo se encontra relativamente consolidado, a saber, após as revoluções radicais dos séculos XVIII e XIX.

da intensificação global da expansão destrutiva do capital. A destruição demarca uma fase a partir da qual o sistema estaria incapacitado de realizar sua expansão, simultaneamente, à consecução de suas potencialidades civilizatórias¹⁷. Embora a presença de contradições seja uma constante no interior do capital, as burguesias imperialistas em ascensão puderam amenizá-las pelo deslocamento das contradições, direcionadas principalmente aos países de extração colonial. Por meio disso, a relação de subalternidade relativa destes para com as nações imperialistas em geral foi fortalecida, reforçando a estrutura hierárquica internacional do capital:

“Com relação às nações colonizadas, suas condições de dependência econômica e política eram impostas de modo implacável pelas potências imperialistas, graças também à cumplicidade subserviente das classes dominantes nativas. Portanto, as mudanças pós-coloniais não tiveram nenhuma dificuldade em reproduzir, em todas as relações substantivas, os modos anteriores de dominação, ainda que formalmente modificados, mantendo, até o presente, o sistema já muito estabelecido de dominação estrutural e dependência.” (MÉSZÁROS, 2004, p.22).

Constata-se então que após a segunda guerra mundial ocorre em escala global uma reedição das relações desiguais e subalternas, que renovariam a utilização do deslocamento expansivo das contradições, que tendem a se intensificar com a superexpansão ocorrida¹⁸. Dessa forma, há de se ressaltar sua enorme importância, expressa no excerto a seguir, de Robert Brenner (2003):

¹⁷ As potencialidades civilizatórias são a série de positividade que foram proporcionadas pela ascensão do sistema de produção do capital, em face do obscurantismo feudal. Esse processo foi capitaneado pela burguesia, cuja radicalidade pode ser avaliada, dentro desse processo, em: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005, 256p.

¹⁸ Para um panorama amplo sobre essas importantes mudanças do pós-guerra, ver: HOBBSBAWM, Eric. **Revolução social. A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 282-31.

“Durante o longo *boom* pós-guerra, estendendo-se do final da década de 1940 até inícios da de 1970, a maioria das economias capitalistas avançadas experimentou índices historicamente inéditos de crescimento de investimento, produção, produtividades e salários, junto com baixo índice de desemprego e apenas breves e moderadas recessões.” (BRENNER, 2003, p.45).

De fato, os vinte e cinco anos que sucedem a segunda guerra foram de acumulação sem igual, sendo considerados por muitos como anos gloriosos. Diria Michael Moffitt (1984):

“Nos 25 anos que se seguiram, mais aço, automóveis, navios e bens de consumo foram produzidos que em toda a história da Humanidade. Nenhuma recessão séria ou pânico financeiro aconteceu nesse período. Nos países industrializados ocidentais, a renda per capita cresceu substancialmente, criando sociedades de consumo de massa - uma realidade distinta do espetáculo de homens desesperados, à época da depressão, vendendo maçãs pelas esquinas. Os Estados Unidos beneficiaram-se desproporcionalmente (...) e se tornaram a nação mais rica da história do mundo. Em uma geração, Europa e Japão se recuperariam da devastação da guerra para então lutarem, contra a supremacia industrial americana. Mesmo alguns países do terceiro mundo - como o Brasil - tirariam vantagem da economia aberta mundial (...) para se tornarem forças industriais.” (MOFFITT, 1984, p.14).

Esta passagem tenta esclarecer como no pós-guerra foram criadas uma série de mediações imprescindíveis ao deslocamento expansivo. Ela também revela a presença das burguesias dos Estados Unidos no comando majoritário do processo¹⁹. Outra dimensão apontada é a noção de que, não exclusivamente, mas principalmente os Estados Unidos possuíam muitos capitais ociosos, em busca de espaços para se autovalorizarem ampliadamente. No Brasil, esses capitais concorreriam para a

¹⁹ Sobre o comando da burguesia estadunidense, ocorriam profundas divergências dentro dela, precisamente porque havia várias propostas distintas para a destinação dos capitais ociosos, da guerra e do pós-guerra. Evidencia-se, pois, que as burguesias dos EUA possuíam uma profunda heterogeneidade, não sendo um bloco homogêneo. Para uma abordagem introdutória da matéria, ver: BLOCK, F. Bretton Woods y el préstamo británico. In.: _____. **Las Orígenes del Desorden Económico Internacional** - La política monetaria internacional de los Estados Unidos, desde La segunda Guerra Mundial hasta nuestros días. Cap.III, México: Fondo de Cultura, 1980. p.57-110.

industrialização sob a presidência de Juscelino Kubistchek, bem como uma década depois para a consecução do “milagre” econômico. Para tanto, uma variedade de mediações foram criadas. Como elas foram de suma importância à ativação da mais significativa e abrangente crise que o capital pôde edificar, é necessário reservar um pouco de atenção para elas.

Após a segunda guerra, os Estados Unidos se defrontaram com duas necessidades: primeiro, proporcionar ao mundo (BLOCK, 1980) os dólares necessários à compra de mercadorias imprescindíveis à reconstrução das nações destruídas pela guerra e, segundo, atuar nesse rumo, atendendo às obrigações expansivas de certos ramos oligopolistas, produtivos, comerciais e, sobretudo, financeiros. Em face dessa tarefa dupla, a burguesia estadunidense edifica uma série de vias de saídas de capitais, das quais as principais seriam o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional; os planos oficiais de reconstrução, tal como o Plano Marshall; o sistema bancário privado estadunidense; o complexo militar-industrial, por intermédio de guerras e expansão de bases militares e, finalmente, a denominada ajuda externa²⁰.

Cada uma dessas vias seria responsável pelo envio de vultosos capitais ociosos ao exterior. Para se ter uma idéia dos valores, é importante se remeter aos estudos do Michael Moffitt (1984), mas não antes de considerar como parâmetro o fato do PIB

²⁰ Toda a reflexão sobre as vias de saídas de capitais está presente nos seguintes autores: BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista** - Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 383p. BLOCK, F. **Los Orígenes del Desorden Económico Internacional** - La política monetaria internacional de los Estados Unidos, desde la segunda Guerra Mundial hasta nuestros días. México: Fondo de Cultura, 1980. 349p. BRENNER, Robert. O boom e a bolha: Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003. 414p. MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. São Paulo: Hucitec, 1978. 232p. MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo**: de Bretton Woods à beira da insolvência. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 279p. (Coleção O mundo hoje). TRIFFIN, Robert. **O sistema monetário internacional**. São Paulo: Expressão e Cultura. 1972. 235p. WACHTEL. Howard M. **Os mandarins do dinheiro**: as origens da nova ordem econômica supranacional. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988. 214p.

mundial ser em 1969 de aproximadamente US\$ 2,60 trilhões (BANCO MUNDIAL, 2011). A partir disso, pode-se observar que

“Durante a curta existência do plano Marshall, os Estados Unidos enviaram mais recursos ao exterior do que o Banco Mundial e o FMI seriam capazes de enviar juntos. De meados de 1948 até 1952, o plano Marshall proveu mais de US\$ 12 bilhões em empréstimos e concessões à Europa e ao Japão. Em contraste, o FMI e o Banco Mundial, juntos, gastaram, no mesmo período, menos de US\$ 3 bilhões. (...)” (MOFFITT, 1984, p.26-27).

Fora essas mediações, existiam os gastos militares dos Estados Unidos, cujo volume fora aprendido por Fred L. Block (1980). Ele demonstra que tais despesas evoluíram de US\$ 576,00 milhões, em 1950, para US\$ 2,60 bilhões, em 1953: precisamente os anos da guerra da Coreia. Anos mais tarde, os gastos com o conflito do Vietnã, ocorridos entre 1959 e 1975, forçaria um fluxo ainda maior de dólares ao exterior: os valores evoluíram de US\$ 3,10 bilhões, em 1959 para US\$ 5,10 bilhões, em 1974²¹. Em seu livro *A era do imperialismo*, Harry Magdoff (1978) apontaria que entre os anos 1945 e 1967, o somatório entre ajuda econômica e militar dos EUA ao mundo foi de US\$ 117,20 bilhões, dos quais, nos termos do autor, US\$ 45,7 foram para os países desenvolvidos; US\$ 36,90 bilhões para países clientes²² e US\$ 34,60 bilhões para todos os demais países subdesenvolvidos.

²¹ A série oferecida pelo autor não alcança o ano de 1975, quando termina a guerra do Vietnã. Os dados estão presentes em: BLOCK, F. Las raíces del déficit norteamericano. In.: _____. **Las Orígenes del Desorden Económico Internacional** - La política monetaria internacional de los Estados Unidos, desde La segunda Guerra Mundial hasta nuestros días. Cap.VI. México: Fondo de Cultura, 1980. p. 211-243.

²² Sobre os países clientes, discorre: “Países que os EUA consideram como de importância militar especial para sua política de contenção, incluindo os que contribuíram com territórios para bases militares: Grécia, Irã, Turquia, Vietnã, Formosa, Coreia, Filipinas, Tailândia, Espanha, Portugal, Laos.” (MAGDOFF, 1978, p.135).

A esses fluxos, somam-se outros, deslocados para o mundo por meio do sistema bancário privado estadunidense. Entre os anos de 1965 e 1976 sua universalização se tornaria patente:

“Em 1965, bancos americanos tinham em torno de US\$ 377 bilhões em empréstimos nos livros de suas agências domésticas e menos de US\$ 9 bilhões em suas agências estrangeiras. Por volta de 1976, os ativos nos livros das agências no exterior haviam crescido mais de 20 vezes, chegando a mais de US\$ 219 bilhões, enquanto os empréstimos domésticos somente triplicaram. A taxa de aumento de negócios internacionais era tão explosiva que estes logo se tornariam a indústria de crescimento do mundo financeiro.” (MOFFITT, 1984, p.50).

Todas essas formas de saídas de dólares deslocaram importantes somas proporcionando, ainda segundo Block (1978), uma tendência positiva a certos setores da burguesia estadunidense, muitos deles fortemente ancorados nessa expansão²³. Conforme o processo de superacumulação se desdobrava, o cenário mudaria e os envios de dólares ao exterior revelariam sua contratendência negativa.

O problema seria abordado por Robert Triffin (1972) ao defender que os Estados Unidos seriam incapazes de contrabalançar eternamente as saídas com as entradas de dólares. Sua argumentação acompanha o seguinte raciocínio: a ampliação do fluxo de capitais para fora do país sempre foi contrabalançada pelas entradas de dólares, oriundas das vendas de mercadorias às nações arrasadas pela guerra. Contudo, à bonança da superacumulação subjazia enorme preocupação, qual seja, “(...) *o que ocorreria uma*

²³ Essa estratégia, dentro da guerra fria, atendia mais aos interesses solváveis do que aos ideológicos do momento e as discussões deixavam isso claro. A respeito dos transbordamentos de capitais às nações de extração colonial, na América Latina, diria um alto executivo do *National City Bank*: “Para construir um comércio duradouro e proveitoso nos mercados até hoje intocados de outros países, será necessário que ajudemos o desenvolvimento desses países. Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Peru e outras repúblicas sul-americanas possuem recursos naturais no mais alto valor à espera do desenvolvimento. Se nos próximos anos os EUA investirem seus excedentes de capital na edificação da América do Sul, (...) surgirão oportunidades comerciais que nos darão um retorno muitas vezes superior ao investimento original.” (KIES, William *apud* MAGDOFF, 1978, p.75).

vez que os estrangeiros fossem capazes de prover suas próprias necessidades (...)?” (BLOCK, 1980, *grifo nosso*, p.59). A resposta veio na diminuição sensível das entradas de dólares - fruto da menor demanda de mercadorias estadunidense pelos países, agora, recuperados da guerra. A conseqüência é que sem o contrapeso do superávit da balança comercial, a balança de pagamentos passou a acumular déficit. Contraditoriamente, *“O bem sucedido financiamento da reconstrução da Europa pelos EUA tornava os produtores europeus competitivos com os norte-americanos e contribuía para diminuir a repatriação de dólares através de exportações americanas.”* (WACHTEL, 1988, *grifo nosso*, p.66).

Ao problema do déficit, somou-se outro: o mundo passou a conviver com um importante excesso de capitais em dólares, implicando significativa inflação no preço internacional dessa moeda. Quando o dólar se torna a moeda de reserva mundial, sustentado pela expansão massiva e crescente do pós-guerra, o fato dos excessivos fluxos ao exterior gerarem inflação passa a criar instabilidades para todas as burguesias mundiais, as quais conduziam seus negócios, tendo o dólar como referência e reserva de valor (BLOCK, 1980). A trajetória crescente da inflação (desde 1945) força uma desvalorização real do dólar em relação ao ouro, enquanto oficialmente essa paridade era mantida fixa, pelas regras estabelecidas na Conferência de Bretton Woods, em 1944: os negócios internacionais eram feitos (WACHTEL, 1988; MOFFITT, 1984), considerando a paridade estabelecida na Conferência de Bretton Woods, a saber, uma onça de ouro equivaleria a US\$ 36,00. No entanto, no mercado paralelo, a proporcionalidade considerada era muito maior.

Com o dólar supervalorizado oficialmente e desvalorizado extraoficialmente, a situação se torna insuportável e surge uma forte pressão política para que o Tesouro oficialize a paridade do mercado paralelo, o que tornaria muito mais baratas as

mercadorias exportadas pelos Estados Unidos. Esse procedimento foi realizado, em 1971, pelo presidente Richard Nixon. Na oportunidade, tal como o dólar perdeu seu poder de compra com a desvalorização, as reservas mundiais nessa moeda também perderam seu valor proporcionalmente. Essa situação irá disparar uma forte reação do conjunto da burguesia global. Deste momento histórico em diante, ela lançaria mão de uma série de expedientes, para tentar restabelecer os níveis acumulativos, em benefício próprio e contra os trabalhadores.

A superexpansão dos capitais monopolistas estadunidenses saturou o mundo com suas profundas contradições e tensões, transmitidas a todos os países por meio do sistema monetário internacional, dentro do qual o dólar se desvalorizaria sensivelmente. Esses acontecimentos exigiriam da burguesia estadunidense todo o seu empenho para recuperar a sua taxa de lucro. Contudo, isso se daria agora em um cenário, cuja concorrência se tornaria mais presente e intensa. Tanto mais forte seria ela, quanto mais recompostos estivessem os parques produtivos das nações arrasadas pela guerra e mais consolidadas as revoluções burguesas nos países de extração colonial. Essa espiral concorrencial aumentou a voracidade do capital global, o qual, principalmente após a década de 1970, se expande rebaixando mundialmente o padrão civilizatório²⁴. A esse processo, esta pesquisa denomina descivilização, a qual teria no neoliberalismo suas prerrogativas teóricas e práticas. No Brasil, seus desenvolvimentos se expressam na brutalidade da ditadura civil-militar iniciada em 1964.

²⁴ Para uma discussão sobre esse padrão expansivo e destrutivo, ver: MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 104p. Do mesmo autor, ver: MÉSZÁROS, István. **O século XXI - socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2006. 117p. Para se ter um panorama do rebaixamento do padrão civilizatório, ver CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população**, 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1965a. 2V. CHOSSUDOVSKY, Michael. **A Globalização da Pobreza**. São Paulo. Editora Moderna, 1999, 320p. GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome - as Verdadeiras Razões da Fome no Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e terra 1978. 307 p. Uma visão desse fenômeno, tal como ele se desenvolveu no espaço urbano ao cabo do século XX, ver: DAVIS, MIKE. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006, 272p.

À sombra desse retrocesso civilizatório²⁵, transcorrerão as quatro décadas seguintes, ao fim das quais se obtêm aquele panorama explicitado: vale lembrar, em 2009, de uma população total de 6 bilhões, impressionantes 50% padecem de fome oculta (ASSOCIATED PRESS *apud* MAGDOFF, 2008), em um momento cuja soma da produção anual das nações atinge a cifra de US\$ 58,25 trilhões por ano (BANCO MUNDIAL, 2011). Idealmente, a divisão desse PIB mundial proporcionaria a cada pessoa no planeta uma renda de US\$ 9.709,96 por ano, o que equivale à US\$ 809,16 por mês.

Do mesmo modo, a racionalidade do sistema do capital passa a rebaixar também o padrão de vida dos trabalhadores das nações imperialistas²⁶, colocando por terra as promessas de futuro da economia política²⁷.

²⁵ Para uma leitura mais detalhada sobre a referida transformação, mas concentrada na história dos Estados Unidos e suas relações desiguais com o mundo, ver: BLOCK, F. **Las Orígenes del Desorden Económico Internacional**. México: Fondo de Cultura, 1980. MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**: a economia da política externa dos Estados Unidos. Porto: Portucalense. 1972. 232p. MAGDOFF, Harry e SWEEZY, Paul M. **O fim da prosperidade**: a economia americana na década de 1970. Rio de Janeiro: Campus, 1978a. (Contribuições em economia). 152p. Para uma leitura mais ampla de tais transformações em curso, ver: HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 632p.

²⁶ “A tendência devastadora ao desemprego crônico hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas ainda empregadas naqueles países têm de suportar a piora de suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais.” (MÉSZÁROS, 2006, p.27). Essa realidade se intensificou, pois o problema da pobreza nos países imperialistas não deixou de existir, nem nas áureas épocas, do pós-guerra. É o que constata Baran (1972) em um prefácio de 1962 ao seu livro *Economia política do desenvolvimento*: “Nem podemos ignorar, como ‘sem importância’, o fato de que na sociedade que se convencionou chamar de ‘abastada’, aproximadamente um terço das pessoas vive em condições de pobreza abjeta, e que pelo menos um quinto de todas as famílias americanas (e uma proporção duas vezes maior das famílias americanas de cor) habitam cortiços miseráveis, inferiores a qualquer padrão.” (BARAN, 1972, p.28).

²⁷ Esses fatos colocariam por terra a defesa de John Maynard Keynes segunda a qual a humanidade certamente colheria as benesses do capital. É interessante ler a passagem, de seu livro, KEYNES, John Maynard. *Essays in persuasion*. Nova York, Norton & Co. 1963, p. 369-370, que István Mészáros (2004) traria à baila, tal como segue: “Quando a acumulação de riqueza já não for de alta importância social, haverá grandes mudanças no código moral (...). Estaremos então livres, afinal, para descartar todos os costumes sociais e práticas econômicas que afetam a distribuição de riqueza e de recompensas e penalidade econômicas, que agora mantemos a todo custo, por mais desagradáveis e injustos que possam ser em si mesmos, por serem enormemente úteis para a acumulação do capital (...). Prestaremos honras àqueles que podem nos ensinar a aproveitar a hora e o dia com virtude e bondade, as pessoas encantadoras que são capazes de colher um gozo direto das coisas, os lírios do campo que não trabalham nem fiam.” (KEYNES, *apud* MÉSZÁROS, 2004, p.62-63). Sobre tal passagem, comenta Mészáros

“Após mais de um século de promessas de eliminação - ou ao menos uma redução sensível - da desigualdade por meio da ‘taxação progressiva’ e outras medidas legislativas do Estado e, portanto, de assegurar as condições de desenvolvimento socialmente viável em todo o mundo, verificou-se que a realidade é caracterizada por uma desigualdade sempre crescente, não apenas entre o ‘norte desenvolvido’ e o ‘sul subdesenvolvido’, mas também no interior dos países capitalisticamente mais avançados.” (MÉSZÁROS, 2007, p.186).

Interessa apontar que, a partir dos acontecimentos abordados, o caráter incontrolável do capital obriga essas burguesias a participarem desse jogo, mesmo que o rebaixamento da condição de vida de suas maiorias trabalhadoras intensifique as tensões em seus territórios. No passado recente, esse retrocesso civilizatório foi impulsionado pelas forças sociais vinculadas à classe trabalhadora, como ocorrido na Inglaterra, por exemplo e, em geral com a estratégia social-democrata.

“Afim, não se deve esquecer que as primeiras medidas drásticas do monetarismo neoliberal na Grã-Bretanha foram impostas pela maior autoridade econômica do ‘Velho Trabalhismo’, Denis Healy, sob o regime esquerdista de faz-de-conta do primeiro ministro Harold Wilson, bem antes de o Partido Conservador Britânico conseguir abraçar inteiramente a forte liderança de direita de Margaret Thatcher. É de se notar que a vitória eleitoral dela ocorreu depois de o sucessor de Harold Wilson no cargo de primeiro-ministro, James Callaghan, ter-se dirigido a uma platéia de operários com estas palavras brutalmente francas: ‘o partido acabou’. Deste modo, ele indicava a determinação do Partido Trabalhista de seguir um novo curso de liquidação progressiva dos ganhos da classe operária britânica no pós-guerra.” (MÉSZÁROS, 2004, p.15).

De fato, não há melhor exemplo do que aquele proporcionado pelo Trabalhismo britânico, o qual derrubou o reformismo socialdemocrata e passou a se dedicar ao

(2004): “Em todo caso, a ilusória redenção quase religiosa proposta como real não é o verdadeiro propósito do discurso de Keynes. Ele oferece o prêmio moral-religioso da ‘recompensa final’ aos indivíduos (...) com a condição de que troquem a busca de uma possível mudança radical num futuro não tão distante pelo seu *adiamento* para além de qualquer expectativa de vida possível, aceitando assim com santa resignação a ordem estabelecida das coisas.” (MÉSZÁROS, 2004, *grifo do autor*, p.63).

retrocesso civilizatório via neoliberalismo: esse, tido como capaz de criar alguma vantagem para a atuação de suas burguesias no novo cenário concorrencial global, delineado depois dos anos gloriosos.

“Assim, em virtude da lógica interna das premissas sociais adotadas, que emanam da perspectiva do capital e seus interesses autovantajosos como o controlador imutável do metabolismo reprodutivo, não poderia ser nada surpreendente que o reformismo socialdemocrata finalizasse seu curso de desenvolvimento da maneira como efetivamente o fez: transformando-se em ‘Novo Trabalhismo’ (na Inglaterra; e seus equivalentes em outros países) e abandonando completamente toda preocupação até mesmo com a mais limitada reforma da ordem social estabelecida. Ao mesmo tempo, em lugar do liberalismo genuíno, as mais selvagens e desumanas variações do *neoliberalismo* aparecem no palco histórico, varrendo a memória das correções sociais antes defendidas - incluindo até mesmo as ilusórias soluções paternalistas - do passado progressista da crença liberal. E como uma ironia amarga do desenvolvimento histórico contemporâneo, os movimentos socialdemocratas reformistas anteriores do tipo do ‘Novo Trabalhismo’ instalados no governo - não apenas na Inglaterra, mas também em todos os outros lugares do mundo capitalista ‘avançado’ e não tão avançado - não hesitaram em identificar-se sem reservas com a fase neoliberal agressiva da apologética do capital. Essa transformação capitulante demarcou claramente o fim do caminho reformista que desde o início era um beco sem saída.” (MÉSZÁROS, 2007, p.247).

Algumas dimensões expostas são de grande relevância para a pesquisa. Primeiro, o neoliberalismo não esteve só presente na Grã-Bretanha, mas sim no conjunto das nações imperialistas: há de se recordar da experiência dos Estados Unidos, com Ronald Reagan se dedicando ao receituário neoliberal. Igualmente, uma variedade importante de ex-colônias se conduziu ao campo do neoliberalismo²⁸. Segundo, essa experiência colocou por terra as ilusões frente a toda e qualquer reforma dentro da ordem, pois o avanço conservador não poderia deixar em pé nenhum obstáculo, inclusive no campo das conquistas formais dentro do direito burguês. Assim,

²⁸ A experiência neoliberal pioneira foi desenvolvida no Chile. Sobre o assunto, ver: KLEIN, Naomi. **A doutrina de choque e a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008.

“(...) o caráter autofágico do capital vem expor, de modo inédito, suas mais agudas imperfeições e contradições de origem. Ou seja, seus limites absolutos. Isso significa que para o bom desempenho da reprodução material hoje imposta pelo capital, a racionalidade formal jurídica acaba por constituir-se em obstáculo. Nessas condições, o Estado assume e atende, sem maiores mediações, os interesses mais escusos das personificações do capital, numa situação particularmente preocupante em que a irracionalidade do mundo material se reconcilia com uma nova e ainda mais poderosa irracionalidade ideológica.” (PINASSI, 2009a, p. 94).

Nessa perspectiva, as burguesias, sob o novo padrão concorrencial, identificam e derrubam os vários entraves que historicamente regularam juridicamente a relação capital. A realização da citada reconciliação entre irracionalidade material e ideológica²⁹ tornaria cada vez mais difícil o panorama acima exposto. As dimensões próprias a esse cenário foram apreendidas por István Mészáros (2002) e denominadas limites absolutos à expansão do capital³⁰.

O primeiro se vincularia ao “(...) *antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global - irrestritamente transnacional em sua tendência objetiva - e os Estados nacionais necessariamente repressores (...)*” (MÉSZÁROS, 2002, *grifo nosso*, p.222). No quadro exposto anteriormente, esse antagonismo adquire um aspecto verdadeiramente explosivo, que se assentaria no papel crescente da produção bélica, concorrendo para fortalecimento do papel estratégico dos complexos militares-industriais³¹ (MÉSZÁROS, 1989, 2002). Dentro daqueles vinte e cinco anos citados

²⁹ Para uma leitura esclarecedora sobre o processo de universalização do irracionalismo e suas implicações destrutivas, ver: PINASSI, Maria Orlanda. *Metástase do irracionalismo*. In: _____. *Da miséria ideológica à crise do capital - uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do trabalho). 140p.

³⁰ O tema está desenvolvido em: MÉSZÁROS, István. *A ativação dos limites absolutos do capital*. In: _____. **Para além do capital: rumo ao uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 216-344.

³¹ Sobre a relevância do complexo militar-industrial, ver: MÉSZÁROS, István. *O significado do complexo militar-industrial*. In: _____. **Para além do capital: rumo ao uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 685-694. Para uma discussão que se concentre na vinculação entre do

anteriormente, tais complexos foram os mantenedores fundamentais dos níveis de acumulação, por meio da regulação da demanda efetiva (LIMA FILHO, 1993). Isso se deu pela apropriação de parcela significativa dos orçamentos públicos e sua subsequente destinação à produção e reprodução capitalista destrutiva (LIMA FILHO, 1993; MÉSZÁROS, 1989; MÉSZÁROS, 2006). Dada a importância desse fato, vale apontar que

“É deste modo que o capital monopolista, uma vez entronizado pela guerra como dono e senhor quase absoluto do estado, se recusa a voltar aos bastidores de uma política de paz. Fabrica para si a paz armada sob a forma de uma economia permanente de guerra que, concomitantemente, apodera-se e personifica, i.e., militariza, o núcleo de decisões estratégicas do estado (...)” (LIMA FILHO, 1993, p.143).

Assim, será tal militarização parte central do poder burguês destrutivo do pós-guerra. Evidencia-se, pois, que é

“(...) o núcleo industrial bélico que sustenta, que é substrato material, que garante a pretensão à hegemonia mundial dos capitalistas das potências monopolistas. E que ao mesmo tempo, portanto, é o núcleo de reprodução do capital que evolui no sentido de colocar-se no centro das determinações de todos os processos sócio-econômicos dessas sociedades.” (LIMA FILHO, 1993, p.233).

Nessa perspectiva, ao momento que se seguiu imediatamente à “(...) *Segunda Guerra Mundial, o período de expansão capitalista ocidental era inseparável do destino do complexo militar-industrial, com seu dinamismo temporariamente irresistível, mas, em essência, autodestrutivo.*” (MÉSZÁROS, 2002, grifo nosso, p.333). Compondo o quadro da irracionalidade material, é exatamente no aumento da

complexo militar-industrial e produção científica, ver: MÉSZÁROS, István. A ciência à sombra do complexo militar-industrial. In.: _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 274-300.

capacidade de destruição dos complexos bélicos que reside um sério limite, pois sua expansão infinita colocaria em risco a própria existência da espécie humana em si.

A segunda dimensão dos limites é (MÉSZÁROS, 2002) o problema ambiental disparado pelo caráter dissipador e destrutivo da produção capitalista, que afetaria cada vez mais negativamente as condições concretas necessárias ao intercâmbio entre a humanidade e sua natureza inorgânica³². Não só esse aspecto estaria sensivelmente comprometido, mas também todos os aspectos vitais das condições de reprodução do sistema:

“(...) desde a alocação perdulária de recursos (renováveis ou não-renováveis) ao veneno que se acumula em todos os campos em detrimento das muitas gerações futuras; e isso, não apenas sob a forma do irresponsável legado atômico para o futuro (tanto armamentos como usinas de energia), mas também no que diz respeito à poluição química de todo tipo, inclusive a da agricultura. Além do mais, com referência à produção agrícola, a condenação literal à fome de incontáveis milhões de pessoas pelo mundo afora é acompanhada das absurdas ‘políticas agrícolas comuns’ protecionistas, criadas para assegurar o lucrativo desperdício institucionalizado, sem levar em conta as conseqüências imediatas e futuras.” (MÉSZÁROS, 2002, p.222).

Reforça-se aqui esse quadro do desperdício necessário vem acompanhado de forças produtivas suficientemente capazes de prover a satisfação das necessidades médias elementares de toda população mundial, afastando-a dos entraves à sua reprodução. Nessa medida, a natureza com seu ritmo espontâneo “(...) *já não são desculpas convincentes para justificar as condições de vida de milhões e milhões de pessoas que sucumbiram à miséria nas últimas décadas e continuam a perecer ainda hoje pela mesma causa.*” (MÉSZÁROS, 2002, grifo nosso, p. 255).

³² Sobre tal intercâmbio, ver: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, 176p.

A terceira dimensão está vinculada às crescentes transformações ocorridas na família patriarcal, dada a emancipação política das mulheres. A expansão do capital durante o século XX intensificou (HOBSBAWM, 1995) a utilização da força de trabalho feminina, a qual passa a figurar como uma nova força social emancipatória³³. O fato implica (MÉSZÁROS, 2002) correspondente e relativo enfraquecimento do papel conservador do núcleo familiar como produtor, reproduzidor e legitimador das relações hierárquicas e desiguais, crescentemente necessárias à reprodução do sistema. Igualmente, a emancipação das mulheres é um problema enorme e crescente porque

“Não se pode haver nenhum modo de satisfazer a exigência da emancipação feminina (...) sem uma mudança *substantiva* nas relações de desigualdade social estabelecidas. Neste sentido, o movimento feminista, que no início parecia ter um campo limitado, chega a uma audácia que vai muito além dos limites de suas necessidades imediatas (...)” (MÉSZÁROS, 2002, *grifo do autor*, p.223).

Trata-se de um limite porque seu crescimento - e potencial vinculação crescente com os antagonismos de classe - exige respostas que não podem ser (MÉSZÁROS, 2002) ofertadas sob o sistema do capital, sem abrir perspectivas no campo da igualdade substantiva. Essa, por seu turno, em oposição à igualdade jurídica, formal, só é possível em uma sociedade em que a produção e a apropriação são reguladas conscientemente pelos produtores, livremente associados. Em outras palavras, por um lado, o capital vê reduzido o papel da família patriarcal como legitimadora de suas desigualdades

³³ Um panorama histórico das mudanças à família proporcionadas pela expansão capitalista no século XX pode ser obtido nos capítulos a Revolução Social e Revolução Cultural, de: HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

hierárquicas essenciais e, por outro, ele se vê obrigado a confrontar com demandas que têm a potencialidade de consolidar a luta pela igualdade substantiva³⁴.

A quarta dimensão consiste no monumental desemprego crônico, “(...) *que traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva.*” (MÉSZÁROS, 2002, *grifo nosso*, p.225).

“O caso é que, para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o ‘tempo necessário de trabalho’ (ou o ‘custo do trabalho na produção’), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. Ao fazer isso, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada. (...) Aqui a contradição é realmente explosiva. É o que dá um significado real à preocupação, em seu próprio interesse, das personificações do capital com o problema da ‘explosão populacional’. Assim sendo, esta preocupação tem duplo significado: por um lado, indica a incontrolável multiplicação da ‘força de trabalho supérflua’ da sociedade; por outro, mostra a acumulação da instável carga explosiva que invariavelmente acompanha tais fatos.” (MÉSZÁROS, 2002, *grifo do autor*, p.226).

Trata-se de um limite absoluto ao capital porque, sob o novo padrão concorrencial e de acumulação após a década de 1970, abre-se uma profunda e ampla tendência, a da incorporação tecnológica, concorrendo para a substituição crescente de trabalho vivo por morto. Necessariamente, tais mudanças vêm acompanhadas com seu cortejo de tensões sociais, que passam a desfilar pelas décadas seguintes e convertendo-se mesmo na maior fonte de estímulo à contínua implantação da robótica e microeletrônica. Assim, o aumento da composição orgânica do capital entraria em contradição com a constrição da base real produtora de valor. “Sob essas circunstâncias,

³⁴ O tema está desenvolvido com riqueza de detalhes em: MÉSZÁROS, István. A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva. In.: _____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 267-310. Para uma reflexão vinculada à particularidade brasileira, ver: PINASSI, Maria Orlanda. Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. In.: _____. **Da miséria ideológica à crise do capital** - uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho). p. 73-82.

ativa-se a ‘explosão populacional’, sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital.” (MÉSZÁROS, 2002, *grifo do autor*, p. 333).

Tal conjunto de limites à reprodução ampliada do capital é gestado no interior de suas determinações mais íntimas e incontroláveis. Frente aos limites, surgem respostas nocivas, fundadas nas prerrogativas neoliberalizantes, compostas por condutas, posturas, práticas e ideologias crescentemente irracionais, porém imprescindíveis à tentativa de manter os deslocamentos, a expansão, a acumulação e o enfrentamento dos limites globais. A urgência não desapareceria mais do horizonte do capital, pois “(...) *o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser ‘adiados’ por muito mais tempo (...)*” (MÉSZÁROS, 2009, *grifo nosso*, p.66). Ao tentarem superar esses limites, as burguesias os fortalecem, pois os meios utilizados para tal fim são destrutivos, o que aumenta as dificuldades contra as quais elas lutam. Assim, movimenta-se uma espiral nociva ascendente, dentro da qual a sobrevivência do capital se efetiva, alarga-se

“(…) e se agrava graças à universalização da degradação, contrariando em absoluto o que foi recorrentemente apregoado pelos apologetas do passado (...) Nada poderia ser mais apropriado a esse mundo de contradições incessantemente criadas e insolventes do que exaurir a humanidade com suas misérias, de estuporá-la e, com isso, convertê-la num exército de títeres abatidos, numa horda de zumbis que, ajoelhados frente ao capital e pelos motivos mais torpes, são capazes de manifestar os mais ardentes ódios e cometer as crueldades mais inconfessáveis entre si mesmos. Para que isso ocorra sem obstáculos e sem constrangimentos, vem sendo absolutamente necessário que esse mundo crie todas as condições possíveis - e principalmente impossíveis -, para, enfim, poder se livrar definitivamente dos compromissos civilizatórios assumidos.” (PINASSI, 2009, p.54).

Após a década de 1970, daquela espiral nociva resultaria uma universalização da degradação, desumanamente destrutiva. Esta, ao exaurir a humanidade, reforçaria e generalizaria as miserabilidades do capital, tomadas como necessidade imperiosa à

reprodução do sistema. Relacionando essas dimensões com aquelas discutidas, vê-se que a degradação e a miséria são intensificadas pela conversão do capital global em uma potência, tanto produtiva quanto destrutiva, a qual tem no Estado seu apoio fundamental. Transformado em provedor de capitais e de comprador de mercadorias - principalmente bélicas -, o Estado com seu orçamento público é convertido em um regulador dos níveis expansivos e cumulativos da referida espiral nociva. Orientado todo esse processo contra os ancestrais compromissos burgueses civilizatórios, as premissas da liberdade, da igualdade e da fraternidade, ventiladas nas revoluções radicais precisariam então ser relegadas ao passado. Essas bandeiras

“(...) tornam-se opacas e ofuscadas pela mudança do ponto de vista histórico. Mesmo o termo crucial da ‘liberdade’ sofre uma redução em seu cerne alienado, saudado como a conquista ‘do poder de vender-se livremente’ por meio do suposto ‘contrato entre iguais’, em oposição às restrições políticas da ordem feudal, mas ignorando e até idealizando as graves restrições materiais e sociais da nova ordem. Por conseguinte, os significados originais tanto da ‘liberdade’ quanto de ‘igualdade’ são transformados em determinações abstratas que se sustentam de maneira circular, tornando assim, como uma consequência necessária, a idéia de ‘fraternidade’ (...) extremamente redundante.” (MÉSZÁROS, 2007, p.188).

Esse retrocesso civilizatório desdobra-se na história com desenvoltura tal, que concorre à edificação de uma das mais significativas crises já enfrentadas pela humanidade a qual determinaria a inauguração daquela fase de descenso histórico do capital, anteriormente referenciada. Mézáros (2002) a denomina de crise estrutural do capital e a compara com as crises cíclicas, tão presentes na fase de ascensão do sistema:

“Por esta via, no entanto, as crises do capital não são radicalmente superadas em nenhum sentido, mas meramente ‘estendidas’, tanto no sentido *temporal* como em sua localização *estrutural* na ordenação geral. É preciso admitir que *enquanto* a relação atual entre os interesses dominantes e o Estado capitalista prevalecer e impuser com sucesso suas demandas à sociedade não haverá grandes tempestades a

intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações de frequência e intensidade crescentes por todos os lugares. Dessa maneira, a antiga *'anormalidade'* das crises - que antes se alternavam com períodos muito mais longos de crescimento ininterrupto e desenvolvimento produtivo - sob as condições atuais pode, em doses diárias menores, se tornar a *normalidade* do 'capitalismo organizado'. De fato, os picos das históricas e bem conhecidas *crises periódicas* do capital podem ser - *em princípio* - completamente substituídos por um padrão linear de movimento. Seria, contudo, um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, em vez da representação de um *continuum depressivo*, que exibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada." (MÉSZÁROS, 2002, grifo do autor, p.697).

Com isso, torna-se claro que dentro

"(...) da crise estrutural, até mesmo os elementos parcialmente favoráveis da equação histórica entre capital e trabalho têm de ser derrubados em favor do capital. Assim, não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos para o trabalho (...) mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas (...)" (MÉSZÁROS, 2002, p.330).

Essa passagem sintetiza o sentido dramático aos trabalhadores do retrocesso civilizatório, ou descivilização, que se desdobra em meio à crise estrutural. A solução dessa equação em favor do capital proporciona (MÉSZÁROS, 2009) o acúmulo de contradições e tensões, que exaurem os trabalhadores rápida e massivamente, convertendo-os em desempregados crônicos. Isso cria uma forte contradição no seio da própria burguesia, qual seja: o aumento, por um lado, das expectativas expansionistas e cumulativas burguesas se depara com uma diminuição, por outro lado, da capacidade de resposta dos expedientes disponíveis, visto que sua utilização intensiva piora a condição da classe trabalhadora global, sua antagonista potencialmente explosiva. O desemprego crônico se transforma em um limite absoluto à expansão infinita do capital através daquelas mediações utilizadas no imediato pós-guerra. Não obstante, ela não se pode

abster de satisfazer aquelas expectativas expansionistas e cumulativas. Trata-se de uma contradição explosiva, na medida em que crescentemente o capitalismo se converteu, sob a crise, em “(...) *um sistema que não pode evitar o aumento das expectativas mesmo ante a ameaça de um completo colapso de sua capacidade em satisfazê-las.*” (MÉSZÁROS, 2009, *grifo nosso*, p.60).

Não tendo como liquidar essa contradição, as burguesias mundiais passarão ao campo do aperfeiçoamento das múltiplas formas de administração da crise. Mézáros (2009) diria que:

“(...) é justamente nesses momentos de colapso que soluções quixotescas e substitutivos são propostos com tanta paixão ‘humanitária’. Até, ou antes, que tais momentos de crise e colapso se apresentem, ninguém em sã consciência questiona a sábia superioridade da ‘eficiência de custos’, do ‘espírito empresarial’, da ‘eficiência tecnológica’, das ‘razões econômicas’ e outras semelhantes. Porém, tão logo o sistema é incapaz de fornecer os bens que momentos antes anunciava ruidosamente (...), seus apologistas imediatamente mudam da pregação sobre a ‘eficiência de custos’ e as ‘razões econômicas’ para o sermão sobre a necessidade da ‘auto-renúncia’ e do ‘idealismo’, imperturbáveis não apenas quanto à sua brusca mudança de rumo, mas também em relação ao irrealismo retórico de suas ‘soluções’ desejáveis.” (MÉSZÁROS, 2009, p.60).

Sob a fase de descenso, ou de crise, as principais formas históricas de controle das contradições mais íntimas do capitalismo, o *welfare state* e a própria revolução russa, foram metodicamente combatidas e derrubadas:

“O século XX testemunhou muitas tentativas fracassadas voltadas à superação das limitações sistêmicas do capital, desde o keynesianismo até o intervencionismo estatal do tipo soviético, além das conflagrações políticas e militares a que deram origem. E, no entanto, tudo o que essas tentativas puderam alcançar foi somente a ‘hibridização’ do sistema do capital, comparado à sua forma econômica clássica - com implicações problemáticas para o futuro -, mas não soluções estruturalmente viáveis.” (MÉSZÁROS, 2007, p.57).

A história dessas experiências demonstra que o capital em crise, além de destrutivo, mostra-se conservador e contrarrevolucionário, retroagindo sobre as conquistas históricas dos trabalhadores e derrubando todas as formas de controle. Assim, em meio à crise estrutural, se as reformas não melhorarem as condições de enfrentamento dos limites absolutos do capital, elas serão implacavelmente derrubadas.

Evidentemente, o cenário exposto não é, da década de 1970 em diante, dos mais positivos, pois o conservadorismo, a contrarrevolução e a miséria passaram a ser parte do retrocesso civilizatório, imprescindível à lida com as dimensões da crise estrutural do capital. Portanto, essas são as considerações sobre os principais determinantes externos do momento histórico em que surgiram o Partido dos Trabalhadores e seu líder incontestado. Tal determinação estreitaria o horizonte de atuação dos trabalhadores, diminuindo sensivelmente a capacidade do PT edificar as condições imprescindíveis à realização das tarefas incompletas de 1930 e, desse modo, a perspectiva da extinção da miséria brasileira e da consecução de uma “revolução silenciosa”, nos moldes projetados e antes proclamados, tornou-se cada vez mais distante e questionável. Até o momento, externamente, nada concorre positivamente à realização dessa “revolução silenciosa” no Brasil. Agora, passa-se a avaliar os determinantes internos ao surgimento e atuação do PT.

2.3. Os determinantes internos.

Como foi visto, as burguesias imperialistas, principalmente as estadunidenses, deslocaram seus capitais às nações de extração colonial, dentro daqueles vinte e cinco anos de superacumulação³⁵. Esses capitais seriam responsáveis pela aceleração do

³⁵ Sobre esse assunto, ver: BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*, 3.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 399p. BLOCK, F. *Las Orígenes del Desorden Económico Internacional*. México:

aburguesamento desses países. Nessa perspectiva, no Brasil, elas se esforçaram ao máximo para se associar a certos estratos dominantes e conservadores, forçando para que tudo se desdobrasse sob sua dominação e controle. O centro de tal estratégia seria o estímulo ativo de uma série de golpes militares em todo o mundo. Como se sabe, tal expediente foi usado com sucesso no Brasil, a partir do que, tais burguesias conquistariam vários benefícios com o golpe: primeiro, destinariam seus capitais ociosos à reprodução ampliada em solo brasileiro; segundo, reforçariam o controle sobre as forças sociais nacionalistas, autonomistas, democráticas e populares e, terceiro, garantiriam níveis importantes de extração e apropriação de valor, internamente produzidos. Nessa perspectiva,

“O golpe ocorrido no Brasil em abril de 1964 pode ser claramente compreendido, pois, na gigantesca moldura de um continente em que a força militar passou a ser empregada como componente político fundamental, com a missão de deter o impulso para a mudança. Aqui, realmente, as conquistas já alcançadas no sentido da mudança e as perspectivas de sua ampliação próxima, de sorte a romper com as estruturas arcaicas punham em sério perigo a dominação imperialista e suas formas mais evidentes de ação. A tomada de consciência, atingindo crescentes camadas do povo, e levando-o a formas de organização que lhe permitiam travar lutas políticas antes condenadas ao insucesso, geravam riscos para a exploração imperialista e estabeleciam a condenação irremissível dos velhos processos políticos. A militarização se inseriu como processo necessário ao impedimento urgente de tudo isso que anunciava o novo.” (SODRÉ, 1984, p.89-90).

Na ânsia de aproveitar tais capitais deslocados no pós-guerra, os estratos conservadores brasileiros, após o golpe, polarizariam

“(...) politicamente toda a rede de ação auto-defensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao

Estado, dando origem a uma *formidável superestrutura de opressão e de bloqueio*, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de ‘poder político legítimo’. Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, *inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos* por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa.” (FERNANDES, 1975, *grifo nosso*, p.303).

O poder burguês conservador acumulava vantagens internas, expandindo-se sob a sombra imperialista. Uma mediação fundamental era fazer com que o Estado estivesse “(...) *integralmente armado contra o povo brasileiro, plenamente articulado à base antidemocrática de impedir as suas manifestações.*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p. 95). O objetivo estava claro: a situação estava armada “(...) *para poder servir adequadamente ao imperialismo e às forças internas do atraso (...)*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p. 95) a ele consorciadas. Desse modo, a articulação conservadora exposta não deixa dúvidas sobre a abertura de uma etapa qualitativamente distinta na história brasileira.

“Era (...) profunda e prolongada mazela a que o imperialismo nos levava, com a conivência ativa da classe dominante no poder. Essa associação fizera do Brasil o paraíso da agiotagem internacional, trabalhando de forma sistemática e criando até uma tradição. Infelizmente, a tradição que denuncia a composição do imperialismo com as forças internas a que a classe dominante delegara a preservação de seus interesses. Era uma orgia financeira em que a solução fácil para as crises, repetidas a cada passo, estava na tomada de empréstimos, nas condições mais onerosas, transferindo sempre o pagamento.” (SODRÉ, 1997, p.105).

No seio das grandes transformações iniciadas pela revolução burguesa conservadora de 1930, desdobrada em contrarrevolução, após 1964, tanto as forças presentes na primeira, quanto na segunda, que porventura possuíam algum lapso de idealismo burguês, “(...) *ficaram sem base material para concretizar tais papéis, graças*

aos efeitos convergentes e multiplicativos da drenagem do excedente econômico nacional.” (FERNANDES, 1975, *grifo nosso*, p.295). Desta feita, o desafio “(...) portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna.” (FERNANDES, 2009, *grifo nosso*, p.29). Há de se sublinhar que essa drenagem contava, não só com a orgia financeira (SODRÉ, 1997), que tem primordialmente na remuneração do capital financeiro sua principal via³⁶, mas também com o repatriamento dos lucros do capital monopolista instalado no Brasil. Para se ter uma idéia:

“(...) A Volkswagen, cujo capital montava a 204 milhões de cruzeiros, havia remetido, nos últimos cinco anos apenas, cerca de 216 milhões; a Willys, cujo capital, segundo o Banco do Brasil, era de 64 milhões, enviara, de 1963 a 1967, mais de 83 milhões; a Chrysler, para um capital de 14 milhões, exportara de lucros mais de 23 milhões. Esta empresa, que enviara ao exterior 5 milhões, no biênio 63-64, enviara 17 milhões, no biênio 65-67. A GM, que remetera 8 milhões, em 1965, enviara 25 milhões, em 1967; a Vemag passara de 22 a 40 milhões; a Willys, de 35 para 48 milhões. Não havia dúvida: o que era bom para o Brasil era ótimo para os Estados Unidos. E tudo favorecia essa espoliação que acabaria por definir o ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, quando atingiu o seu apogeu, entre os anos de 1968 e 1974, coincidentemente, também, o apogeu da tortura e da repressão e da corrupção.” (SODRÉ, 1984, p. 100-101).

Outrossim, em novembro de 1964, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, que fora (CORRÊA, 1977) o defensor ardoroso dos interesses da burguesia estadunidense na construção ativa do golpe de 1964, torna límpida a intenção das burguesias estadunidenses:

“(...) depois da ‘revolução’ de março, o governo americano já colocou à disposição do Brasil US\$ 153,2 milhões, complementados por

³⁶ Sobre isso, consultar interessante texto sobre a história da dívida externa brasileira: SODRÉ, Nelson Werneck. Endividamento. In: _____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, 167p. (Série Temas e reflexões).

outros empréstimos, no valor de Cr\$ 13,6 bilhões, além dos US\$ 91,5 milhões, de dívidas antigas, que foram reescaloadas.” (GORDON *apud* SODRÉ, 1987a, p.78).

Acompanhando o entusiasmo do representante da embaixada, o jornal *Time* estamparia a seguinte declaração: “(...) *as empresas brasileiras, em sua maioria, podem ser compradas, a dólar, por apenas 40% do valor (...)*” (TIME *apud* SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p.99). Não bastasse a atuação marcante do capital monopolista no investimento direto e na compra da indústria nacional, a tradição brasileira colonial viria à baila pela venda, a preços módicos, de vastas extensões de terras, proporcionando prejuízos incomensuráveis à nacionalidade. Atraída por essas facilidades, a

“(...) *Boat Carrier*, empresa norte-americana presidida aqui por um general da reserva brasileiro, era proprietária de 420 mil hectares em municípios paraenses; Robin Hollie seria proprietário de 250 a 300 mil hectares; um certo Michel Silva deteria cerca de 170 mil hectares; a *Lancashire* possuiria cerca de um milhão de hectares; Daniel Jerez, mais de 420 mil hectares; James Bryian Choate, outro tanto. E o rol se prolongaria em nomes e números, numa das mais espantosas denúncias a que um país já assistiu e que, no entanto, passou em nuvens brancas, com aprovação e estímulo do regime, pela sua dependência e pelo que representava o ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’” (SODRÉ, 1984, *grifo do autor*, p.102-103).

A criação desse panorama demandou a realização de tarefas políticas, que consolidassem o fato de que o “(...) *imperialismo norte-americano não dominava a vida econômica, apenas, mas controlava ainda a atividade política (...)*” (SODRÉ, 1987a, *grifo nosso*, p.80). A dedicação a tais tarefas foi enorme, o que pode ser medido pelo exame de parte da documentação coligida por Marcos Sá Corrêa, em seu livro “1964 visto e comentado pela Casa Branca”, produzido a partir da correspondência e telegramas entre a Casa Branca e seus prepostos no Brasil, arquivados na biblioteca e museu Lyndon Baines Johnson, na cidade de Austin, no Texas, Estados Unidos. Dentre

os materiais, destaca-se do bilhete de um amigo íntimo do presidente³⁷ Johnson a seguinte manifestação entusiasta: “*Só um breve bilhete para dizer-lhe que eu e Tharon ficamos eufóricos com a sua intervenção no Brasil e no Panamá. É esse tipo de liderança que nos dá esperança no futuro. Poder!*” (CORRÊA, 1977, grifo nosso, p.102). Ainda pode-se ter noção

“Do funcionamento da Presidência dos Estados Unidos, (...) sobre a qualidade das informações com que ela trabalha. Assim, no dia 30 de março, a CIA despachava: ‘Uma revolução pelas forças anti-Goulart irá definitivamente estourar esta semana, provavelmente dentro dos próximos dias. Negociações de último minuto estão agora em desenvolvimento, envolvendo Estados sob o controle de Governadores democráticos (...) São Paulo seguirá Minas Gerais se a Revolução começar em Minas’. Pouco mais tarde, um outro informe, mandado de São Paulo, encurtava o prazo: ‘Será dentro de 48 horas.’” (CORRÊA, 1977, p.99).

Tal como fora dito, foi feito. “*O imperialismo, em suma, mostrava a sua verdadeira face.*” (SODRÉ, 1984, grifo nosso, p.133), liquidando a revolução brasileira, dentro da qual seus “*(...) estratos sociais dominantes e suas elites não [possuíam] autonomia para conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente, portanto, de um beco sem saída para outro.*” (FERNANDES, 1975, grifo nosso, p.298). Desse modo, inaugura-se um novo padrão de acumulação. Trata-se do

“(...) chamado ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’ [que] definiu e contribui para manter, prolongando ao máximo, essa situação, em que a mais extrema miséria é vizinha da opulência mais descomedida, onde os altos índices de desenvolvimento pretendem esconder, com seus valores numéricos, meramente quantitativos, a violência inaudita do processo de espoliação.” (SODRÉ, 1987, p.148).

³⁷ Neste caso, a própria correspondência não revela a identidade do autor do bilhete. Contudo, o fato dele ser cuidadosamente guardado até a morte do presidente em 1973 indica, conforme Marcos Sá Corrêa (1977), ao menos parte de sua importância.

Interessante apontar que as forças sociais envolvidas com o golpe civil-militar de 1964 denominaram revolução institucional a esse modelo brasileiro de desenvolvimento, processado contra as aspirações de 1930. Em virtude disso, é importante considerar a reflexão abaixo proporcionada por Fernandes³⁸:

“Nesse amplo contexto histórico, a idéia de ‘revolução’ foi retomada do passado, como uma necessidade psicossocial, moral e política. Como uma revolução burguesa se achasse realmente em processo, desde o último quartel do século XIX, os setores sociais dominantes tinham à sua disposição uma situação de interesse de classe para recapturar a idéia de ‘revolução’ e projetá-la, objetivamente, no contexto histórico emergente. A ênfase na necessidade de desenvolvimento rápido, auto-suficiente e contínuo estendeu-se a todas as classes através da propaganda, dos escritos dos intelectuais ou dos movimentos de massa e da influência de algumas agências internacionais, contribuindo para simplificar a redefinição cultural da idéia de revolução. Ela foi mantida isolada do seu significado real, enquanto concepção de classe e como ‘projeto de classe’. Se considerarmos as idéias de ‘revolução’, que os militares tomaram aos interesses privados internos e externos, em termos dos seus vínculos de classe, descobriremos tanto o seu significado real, quanto porque, atrás da idéia de ‘revolução’, havia de fato uma contra-revolução. Como um processo histórico e social concreto, a ‘revolução’ se operou como um mecanismo político. (...) O uso calculado do estado e a utilização da violência organizada para alcançar determinados fins foram os meios de ação e de autodefesa que encontraram à sua disposição.” (FERNANDES, 1976, p.109).

A necessidade, psicossocial, moral e política das forças conservadoras internas e externas de mistificar a contrarrevolução atribuindo a ela um conteúdo idealizado de revolução, decorre da realização das tarefas concretas, expostas anteriormente. Para registro, Fernandes (1980) apresenta em setembro de 1977 suas considerações na conferência “Classes Sociais e Estado no Brasil”, proferida na cidade de Juiz de Fora. Na ocasião, defendeu: “O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe de Estado e em nome de *‘ideais revolucionários’*, constitui, de fato, uma contra-

³⁸ No excerto utilizado, toda vez que Florestan Fernandes se referir à contrarrevolução de 1964 como revolução, ele colocará este último termo entre aspas.

revolução.” (FERNANDES, 1980, *grifos do autor*, p.113). Dois anos depois, na revista *Versus*, número 29, de fevereiro de 1979, ele reforça sua convicção sobre o tema:

“(…) não estamos diante de uma revolução, mas de uma contra-revolução (que, além do mais, é largamente planejada e programada), a qual se autoproclamou uma revolução (já que teve poder político, militar e legal para ir mais longe, autodeterminando sua ‘legitimidade’). (FERNANDES, 1980, p.155)

No que tange à contrarrevolução, Francisco de Oliveira (2003) concordaria com Fernandes, defendendo que:

“(…) o pós-1964 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.” (OLIVEIRA, 2003, p.106).

Em outra oportunidade, Fernandes (1975) demonstraria as facetas conservadoras dos estratos dominantes, no comando do Estado ditatorial, tal como segue:

“A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irreduzíveis e essenciais, que explicam as ‘virtudes’ e os ‘defeitos’ e as ‘realizações históricas’ da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento.” (FERNANDES, 1975, *grifos do autor*, p.296).

De fato, delineia-se uma forma conservadora de poder político burguês, cuja configuração está na sua essência autocrática, qual seja,

“(…) concentração de poderes, dissimulada e mistificada no plano institucional, mas posta em prática com a maior desenvoltura no plano do funcionamento do governo ‘republicano’. A militarização e a

tecnocratização das estruturas e funções políticas do Executivo encobre ainda mais o processo, convertendo a autocracia em algo que pode ser denunciado (...), mas que não pode ser evitado ou superado pelos mecanismos automáticos de defesa do Estado. (...) Em suma, a uma democracia restrita corresponde, naturalmente, um Estado constitucional e representativo restrito (ou seja, uma república burguesa autocrática).” (FERNANDES, 1980, p.159-160).

Destarte, as forças imperialistas serão trazidas ao centro decisório, compondo parte do poder autocrático, “(...) *não em proveito dos povos, mas em proveito das grandes corporações monopolistas.*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p.97). Evidentemente que, apoiando o golpe de Estado, não tinham como única finalidade a proteção do país da afamada ameaça comunista internacional - embora tal justificativa figurasse nas comunicações entre Brasil e Casa Branca -, mas sim arrumar a “(...) *casa, a seu modo, dentro da doutrina militar exportada pelos Estados Unidos e formulada para a preservação dos seus interesses, isto é, os interesses dos monopólios ali estabelecidos.*” (SODRÉ, 1987a, *grifo nosso*, p.84). Para garantir tal salvaguarda “(...) *as forças empenhadas na destruição das franquias democráticas importavam a contra-revolução e até mesmo elementos especializados nela.*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p. 59). Ao atrelar o processo histórico em curso às necessidades desse capital monopolista, a contrarrevolução obstaculizou as forças ligadas à

“(...) *uma democracia de participação ampliada*, que prometia não uma ‘democracia populista’ ou uma ‘democracia de massas’ (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (...) contavam com crescente espaço político próprio.” (FERNANDES, 1980, *grifos do autor*, p.113).

Evidentemente, à consecução do avanço conservador da contrarrevolução, consorciada ao imperialismo, não poderiam existir impedimentos políticos e barreiras jurídicas: enorme parte deles foi sistematicamente afastada, possibilitando a

aproximação mistificadora de ditadura com democracia e de contrarrevolução com revolução, mesmo que adjetivada como institucional. Embora, após o golpe, elementos centrais de uma república democrática tivessem sido mantidos - o congresso aberto, partidos, a alcunha de presidente ao ditador golpista, entre outros -, eles não esconderiam a funcionalidade da conversão dessas dimensões ao mínimo da esterilidade necessária ao conservadorismo do processo, em consonância com o prenúncio da crise do capital.

“A área política, como é entendida, limita-se, fica tão estreita, tão reduzida quanto possível, ao mínimo que exige a simulação de divisão de poderes, de funcionamento da vontade popular: há eleições, há legislativo, há partidos políticos. Mas tudo formal, limitado, inexpressivo, porque a mínima demonstração de discordância é punida e os poderes são majestáticos no campo da punição. (SODRÉ, 1987, p.165).

Esse é o sentido da supracitada ideologia da revolução institucional, que internamente opera a redução estratégica de qualquer traço de liberdade, igualdade e fraternidade. Ela estrutura internamente as mediações imprescindíveis à efetivação dos interesses da burguesia autocrática e das forças imperialistas³⁹. Essas burguesias - principalmente após o aperfeiçoamento da ditadura com o Ato Institucional número V, de 13 de dezembro de 1968 - passariam a considerar o cenário brasileiro, não apenas como depositório de suas expectativas expansionistas, mas também como amenizador dos problemas advindos dos limites absolutos, que globalmente se gestavam. Com a crise estrutural no horizonte, seu amortecimento só estaria relativamente garantido pela generalização de regimes autoritários que criam “(...) condições em que se tornou

³⁹ Certamente, estas últimas já antevêm sua mais dramática crise estrutural, pois a década de 1960 já trás consigo profundas instabilidades de abrangência global.

possível implantar, pela violência do Estado, um modelo que sacrifica os mais altos e numerosos interesses de todo um povo” (SODRÉ, 1987a, grifo nosso, p.162).

Dentro do Brasil, tais condicionantes determinariam em meio à gestação da crise estrutural a transmutação do Estado “(...) *numa arma de defesa que esmaga os ‘adversários internos’ das classes possuidoras e as protege nas relações siamesas com o ‘capital externo’ e seus braços institucionais (...)*” (FERNANDES, 1982, grifo nosso, p.15). Tais desdobramentos são uma salvaguarda indispensável, não só externamente, mas também internamente; eles determinariam no seio da contrarrevolução brasileira “(...) *ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditaduras de classe.*” (FERNANDES, 1975, grifo nosso, p.295). Em outras palavras, o poder autocrático cria violentamente uma salvaguarda para usufruir de ganhos relativos à absorção dos capitais ociosos externos - pelos quais empurra a industrialização brasileira sob a égide monopolista -, bem como concorre para amenizar temporariamente os problemas decorrentes dos limites absolutos crescentes no plano global.

As variadas contrarrevoluções capitalistas passarão a ser o expediente primordial do capital mundial em crise. Dentro de sua estrutura hierárquica e de controle internacional, à semelhança da extensa franja colonial, o Brasil renovará seu histórico servilismo (PINASSI, 2009a) se autoprojetando na história como depositário das contradições e tensões das nações imperiais. Assim, o país é carreado a um ciclo mais amplo, que levou “(...) a *guerra fria* e a doutrina do *desenvolvimento com segurança* do centro para a periferia do mundo capitalista.” (FERNANDES, 1980, grifos do autor, p.114), ao passo que essa segurança nacional “(...) *era tida como segurança dos*

investimentos dos monopólios estrangeiros e da tranqüila remessa de seus lucros.”

(SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p.104).

“Tal Estado concretiza o pacto contra-revolucionário exatamente para assegurar o *esquema de acumulação* que garante a prossecução de tal padrão, mas, isto é crucial, readequando-o às novas condições internas e externas que emolduravam, de uma parte, o próprio patamar a que ele chegara e, de outra, o contexto internacional do sistema capitalista, que modificava acentuadamente (...)”. (NETTO, 2009, *grifo do autor*, p.27).

A desse momento, a burguesia nativa passou a internalizar sistematicamente as necessidades de suas congêneres imperialistas como se fossem suas. Isso aconteceu quando a consolidação do seu poder autocrático permitiu a conversão do país em um espaço de valorização daquele capital externo, para cá deslocado. O auge desse processo coincide, externamente, com a crise e, internamente, com o “milagre” econômico (1968-1973). Após esse momento, a produção e reprodução capitalista no Brasil só será garantida pelo rebaixamento do padrão civilizatório, acompanhando o modelo externo. Por isso, tamanha dedicação do império à destruição das aspirações autonomistas vinculadas à revolução de 1930. Em outra perspectiva, as burguesias imperialistas, como fator externo condicionante “(...) *levou para a periferia uma necessidade própria e urgente (...) de solapar e destruir a mudança política revolucionária que não pudesse ser contida ao nível dos interesses conservadores e reacionários.*” (FERNANDES, 1980, *grifo nosso*, p.114.). Corroborar com essa afirmação as formulações teóricas de Paul Baran (1972), estudioso atento da sociedade estadunidense e crítico do capital. Sobre a disposição contrarrevolucionária dos Estados Unidos, diz ele:

“Para a opinião dominante nos Estados Unidos (e também em outras partes do mundo capitalista), as aspirações universais de progresso econômico constituem movimentos profundamente subversivos da

ordem social e do sistema de domínio internacional. São, por conseguinte, movimentos revolucionários que precisam ser subordinados, bloqueados e, se possível, aniquilados, a fim de que o sistema capitalista seja preservado.” (BARAN, 1972, p.60-61).

A disposição à realização desse retrocesso civilizatório pode ser medida pela destinação de recursos das agências estadunidenses ao caso particular da contrarrevolução brasileira. Segundo Harry Magdoff (1978), “*Não raro, a leitura das estatísticas de auxílio governamental é equivalente à de um barômetro político.*” (MAGDOFF, 1978, *grifo nosso*, p.152) e suas variações se comportam da seguinte maneira: em 1963, os recursos da Agência para o Desenvolvimento Internacional - AID - ao Brasil somariam US\$ 38,70 milhões; em 1964, US\$ 15,10 milhões, ao passo que em 1965, alcançam o patamar de US\$ 122,10 milhões e, em 1966, US\$ 129,30 milhões (MAGDOFF, 1978). Em outra passagem, diria o autor:

“É instrutivo examinar a utilização dada à assistência econômica ‘pura’. A tendência principal foi limpidamente resumida num relatório do Comitê de Relações Exteriores [dos Estados Unidos, de 1957], o que depois de uma lista das razões de um programa de assistência econômica, concluiu: ‘A razão mais importante é que as nações estão decididas a se desenvolver. Só através da participação nesse processo teremos oportunidade de dirigir seu desenvolvimento pelos trâmites que melhor sirvam a nossos interesses.’” (MAGDOFF, 1978, p.136).

Quanto mais o Brasil respondesse de forma subalterna, tanto mais amenizaria os problemas da crise. Outro documento importante para confirmar tal afirmação é o telegrama secreto, de primeiro de abril de 1964, enviado às 20:30h à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, pelo Departamento de Estado estadunidense. Ali, pode-se notar que os interesses do capital monopolista são tão importantes, que mereceram a criação, pelo referido Departamento, de um Grupo de Trabalho para a

Assistência Econômica, dedicado à articulação conservadora entre as forças sociais dominantes, da superpotência e do Brasil.

“O Departamento iniciou ontem um grupo de trabalho interministerial para a assistência econômica possível e aceitável ao Governo brasileiro no pós-golpe. A seguir, encontram-se as opiniões preliminares não esclarecidas do grupo de trabalho para seus comentários: 1) - As nações credoras oferecerão voluntariamente uma moratória de três meses sobre o principal do débito, mas não sobre o pagamento de juros aos Governos ou sobre os débitos garantidos pelo Governo. Tentaremos uma persuasão rápida e de alto nível para que os outros credores concedam um alívio de 100% nos pagamentos sobre o principal, cobertos por esta moratória. Durante este período, os credores reiniciarão as negociações com o Governo brasileiro sobre o reescalamento das obrigações da dívida para 1964 e 1965 ao longo das linhas da nossa posição anterior. 2) - Durante a moratória, o Brasil manobrará seus credores privados o melhor que puder, sem impor moratórias oficiais a fim de evitar possíveis ações legais sob a Lei de Assistência Estrangeira. 3 - Sugerir ao Governo brasileiro para que, ao menos durante a moratória, centralize todas as transações cambiais no Banco do Brasil para evitar a utilização de recursos na intervenção em apoio à taxa de mercado livre. 4 - Acreditamos que a necessidade de novas quantias para manter o funcionamento da economia durante a moratória será mínima se as estimativas e cálculo de débitos delineados abaixo se concretizarem. Uma possibilidade seria o empréstimo pelos bancos particulares norte-americanos ao Governo brasileiro num adiantamento sobre as últimas remessas de café. Se necessário, o Eximbank poderá garantir estes empréstimos bancários sob certas condições. 5 - Reconhecemos que as balanças cambiais são extremamente limitadas e que o novo Governo pode necessitar urgentemente de uma quantia modesta de dinheiro por motivos práticos e psicológicos. Gostaríamos de sua opinião sobre o uso mínimo que deve ser feito do Fundo de Contingência FAA para a emergência atual. 6 - Os Estados Unidos podem aumentar o fornecimento de PL-480 Title I e Title III, se necessário. 7 - O que mais sugerem para o fortalecimento de confiança pública? Por exemplo, os Estados Unidos podem anunciar, numa época apropriada, a concessão de fundos AID de cerca de 100 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento, os quais estejam suficientemente perto do término para serem processados em três meses. Nossas opiniões iniciais são de que talvez fosse melhor tornar isto parte de um programa de assistência num prazo possivelmente maior, para ser elaborado mais tarde nas condições adequadas. Gostaríamos de seus comentários (...).” (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA *apud* CORRÊA, 1977, p.75-76).

Essa passagem deixa claro que o avanço do capital monopolista tinha em nossa contrarrevolução uma mediação importante e fundamental, para a qual dedicou atenção

sem igual. Também reforça a idéia de que as burguesias imperialistas foram trazidas a compor com o centro decisório do poder autocrático burguês brasileiro. Extingue-se, dessa forma, qualquer articulação positiva, civilizatória e significativa. Não haveria de ser de outra maneira, pois, de modo geral, não se estava terminantemente mais “(...) *na era das ‘burguesias conquistadoras’*. *Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção.*” (FERNANDES, 1975, *grifo nosso*, p.294). A referida direção, diametralmente oposta aos parâmetros civilizatórios do tempo das revoluções radicais, pode ainda ser evidenciada pelas declarações do Pentágono. Dentre elas, este pequeno trecho adiante, de abril de 1965, um ano após o golpe: “(...) *os Estados Unidos desenvolvem através do mundo uma nova espécie de guerra, utilizando 25 mil combatentes bem treinados e créditos que somem bilhões de dólares. Esse exército secreto de elite conduz contra-revoluções em 50 países (...).*” (PENTAGONO *apud* SODRÉ, 1987a, *grifo nosso*, p.83).

Essa declaração torna notória a existência de um esforço mundial empenhado na generalização da contrarrevolução, capitaneada pelas burguesias estadunidenses. Intrigante apreender que tal intento contava com estrutura própria, dentro da referida assistência militar dos Estados Unidos, difusora das ideologias imprescindíveis à organização do deslocamento expansivo e correspondente controle internacional. Sobre isso, segue a referência ao texto de Harry Magdoff (1978), o qual lança mão de uma declaração, de 1965, feita ao Congresso, por Robert S. MacNamara⁴⁰:

⁴⁰ Robert S. McNamara (1916-2009) formou-se em Harvard; trabalhou na Ford entre os anos 1946 e 1960, sendo que nesse último se tornou presidente da companhia. Ocupou esse cargo até 1961, quando aceitou convite do presidente John F. Kennedy para assumir o Departamento de Defesa, onde permaneceu por sete anos, entre 1961 e 1968, ou seja, dentro das administrações de John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon Johnson (1963-1968). Além desses cargos, também foi presidente do Banco Mundial, entre os anos 1968 e 1981. Essas e outras informações podem ser obtidas em: U.S. DEPARTMENT OF

“Uma das atividades do programa de assistência militar dos E.U.A. é o treinamento do pessoal militar estrangeiro. Quanto à América Latina, o secretário McNamara informou ao Congresso: ‘Provavelmente a maior compensação do nosso investimento em assistência militar provém do treinamento dos oficiais selecionados e de especialistas-chave em nossas escolas militares e centros de treinamento, dos Estados Unidos e de outras terras. Esses estudantes são escolhidos a dedo pelos seus países, a fim de se tornarem instrutores, ao voltar. São os líderes do futuro, os homens que possuirão o Know-how, para transmiti-lo às suas forças. Não preciso sublinhar o valor de possuímos em posição de liderança homens que tenham conhecimento atualizado sobre a maneira de proceder e pensar dos norte-americanos. Não tem preço, para nós, fazer desses homens nossos amigos’.”. (MCNAMARA *apud* MAGDOFF, 1978, p.132).

As dimensões expostas se universalizariam até transformar o capital global em uma fonte inexaurível de contradições e tensões irremediáveis, que não mais desapareceriam do horizonte da humanidade e que se converteram naqueles limites absolutos à sua expansão. Redundantes na crise estrutural do capital, eles teriam na generalização das variadas contrarrevoluções mundiais um expediente fundamental. A dedicação decisiva do capital monopolista estadunidense nessa empreitada é evidente, seu complexo militar-industrial, seu sistema bancário, seus oligopólios produtivos e comerciais, sua necessidade imperiosa de controlar as fontes de matérias-primas e as localidades, onde seus capitais ociosos sejam valorizados e suas mercadorias realizadas, todas são dimensões expansivas conservadoras e contrarrevolucionárias, das quais sua universalização no pós-guerra ativa a crise e sua descivilização.

Como fora dito anteriormente, a crise estrutural liquidará deste momento em diante as possibilidades de extinção da miséria que vige, não exclusivamente, mas principalmente nas nações de extração colonial. No Brasil, a tragédia está na extinção definitiva das possibilidades civilizatórias da nação que “(...) parecia preparar-se para

a Revolução Burguesa em grande estilo (...) [, mas] atinge subitamente, pelo que se convencionou chamar de ‘revolução institucional’ (...) um novo patamar histórico.”
(FERNANDES, 1975, *grifo nosso*, p.215-216).

“O Estado liquidado pelo golpe possuía forte presença nacionalista, em momento histórico que ameaçava levar ao poder crescentes maiorias populares anti-imperialistas e, assim, passar à construção de um capitalismo nacional e crescentemente autônomo e soberano, popular e democrático. Tal projeto, assim como o socialismo chileno e outros arroubos nacionalistas (...) foi devidamente liquidado pela longa marcha da *contrarrevolução capitalista* (...). Impôs-se, nesta, a *revolução monopolista* como obra mestra das ditaduras.” (LIMA FILHO e MACEDO, 2009, *grifo do autor*, p.299).

Assim, em uma perspectiva histórica mais longa, os acontecimentos de 1964 consolidam a contrarrevolução capitalista no Brasil, conduzindo-a contra as aspirações presentes na revolução de 1930, acabando com as já poucas condições concretas à realização de suas tarefas. Portanto, ela se configura como um longo processo de liquidação da revolução de 1930, em prejuízo da classe trabalhadora brasileira. Tais fatos possuem desdobramentos até o presente momento, os quais passaram ao período pós-contrarrevolução, por meio de um processo específico: a transição tutelada.

2.4. A democracia conservadora: a transição tutelada.

Ora, um dos limites internos era a própria forma política da contrarrevolução que, para manter o poder burguês, deveria transitar à democracia, tal como se processou em 1985. Da parte dos burgueses, em um quadro de esgotamento do “milagre” econômico - desdobramento da crise do capital -, “(...) *tratava-se de conduzir as alterações inadiáveis de sorte a salvar o essencial, assegurando o controle da área.*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p. 132). Em outras palavras, a tarefa da transição era criar

“[...] uma variedade de república burguesa na qual a vigência de mecanismos específicos de segurança em favor dos estratos estratégicos das classes capitalistas não adquira muita saliência e tais mecanismos possam ser concentrados em certas funções do Estado, sem que a forma política de governo assuma o caráter explícito de ditadura e seja combatida como tal.” (FERNANDES, 1982, p.10).

Desse modo, foi possível a manutenção de uma sociedade intensamente desigual, que permitiria uma maior acumulação de capital pelas burguesias nacionais associadas às estrangeiras, sem o perigo de uma transformação política e social engendrada pela classe trabalhadora, que tinha inclusive na formação do PT o desaguadouro de suas aspirações. Finalmente, a forma ditatorial militarizada da contrarrevolução foi desfeita proporcionando a transição acima aludida:

“(...) o regime se despoja de alguns de seus traços e funções, mas incorpora outros e, o que é deveras relevante, pode preservar quase intocável seu núcleo de poder. Aí está o segredo da vitalidade do Sistema. Ele só não continua porque acumulou maior experiência e porque hoje desobedece friamente todos os limites da ousadia no manejo do aparato ‘legal’ e ilegal da ditadura”. (FERNANDES, 1982, p.11).

Tal despojo não foi mais que uma maneira de manter o poder dos estratos dominantes da burguesia no controle do Estado, “(...) *de forma a que o controle permanecesse sempre com as forças que haviam instalado a ditadura e haviam estabelecido as regras do próprio processo, à sua imagem e semelhança.*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p. 133). Outorgada a liberalização política, tenta-se camuflar a miserabilidade do novo arranjo democrático, cuja “(...) *carestia reduzia as populações a níveis de miserabilidade historicamente desconhecidos.*” (SODRÉ, 1984, *grifo nosso*, p. 133). “Na verdade, a ‘política de abertura’ *cede para não dar* e o que ela oferece de palpável, de imediato e no futuro, nada tem de comum com o regime democrático

exigido pelas transformações em processo da sociedade civil.”. (FERNANDES, 1982, *grifo do autor*, p.35).

Sendo essa liberalização outorgada uma necessidade da contrarrevolução para esta continuar exercendo seu papel interno e externo, tornar-se-ia fundamental conceber uma transição tutelada à democracia. Isso se explica, pois:

“(…) a burguesia, por sua aversão à revolução democrática e à revolução nacional e por seu pró-imperialismo crônico, está imantada em um quadro rígido de opções políticas e não pode lançar-se, com todas as suas forças, a uma verdadeira transição de ditadura para a democracia. (...) a ‘abertura democrática’ é funcional para a ditadura na medida em que é necessária aos estratos estratégicos e dominantes da burguesia” (FERNANDES, 1982, p.66).

Concretamente, operou-se uma abertura de nova etapa de rendição relativa ao capital monopolista global, sob a crise. No que tange ao aspecto mais universal dos limites da democracia burguesa, sob o sistema de produção do capital, ela não haveria de ser outra coisa que não

“[...] uma forma política que regula a participação política desigual das classes sociais no controle dos interesses coletivos da Nação e legitima a luta de classes como fator dinâmico da articulação da sociedade política (ou do Estado) com as aspirações ou pressões da sociedade civil.” (FERNANDES, 1982, p.09).

Este universal particulariza-se a ferro e fogo em meio à crise estrutural. No Brasil, a democracia que se alcança em 1985 estabelece um padrão de relações socioeconômicas e político-culturais necessariamente conservador. No processo da redemocratização,

“O fantástico Estado de direito é ressuscitado. Ele não conta com um Bismark nem com uma nobreza prussiana. Porém, a própria burguesia absorve todos os papéis possíveis: ela risca o talhe da sociedade

política e, portanto, produz a *democracia* de que necessita.” (FERNANDES, 1980, *grifo do autor*, p.126).

Mantido o poder burguês, que significa obrigatoriamente uma condição privilegiada de comando no Estado, a burguesia transforma para conservar e nessa toada gesta o que se denomina aqui democracia conservadora. Em

“(…) nome da liberdade, ela cassa a liberdade dos trabalhadores; em nome da igualdade dos cidadãos, impõe a supremacia social da burguesia; em nome da representação, consagra no monopólio o poder pelas elites dirigentes das classes dominantes” (FERNANDES, 1982, *grifo nosso*, p.09).

Dessa forma, o retrocesso civilizatório da contrarrevolução de 1964 desdobra-se sobre o período da democracia conservadora. No que se referem aos seus aspectos mais concretos, eles podem ser resumidamente apreendidos na seguinte passagem:

“(…) a internalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionada desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classe fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo, à acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais. E lograram, ainda, cristalizar uma estrutura estatal-burocrática e administrativa conformada precisamente para gerir este ‘modelo’ (…)” (NETTO, 2009, p. 32).

Ou seja, depois de 1985, sendo a transição democrática tutelada pelas forças contrarrevolucionárias internas e externas, as determinações e os dinamismos da ditadura encontrariam condições de se projetarem às décadas vindouras. Portanto, a manutenção do poder autocrático burguês foi um dos resultados mais palpáveis da contrarrevolução de 1964 e, evidentemente, ele cresceria em meio à democracia

conservadora. Há de se observar que, dentro dessa forma aperfeiçoada de poder político, a reorganização da classe trabalhadora se tornava uma realidade.

Essas condições concorreram para o surgimento do PT, do qual a primeira proposta de 1978 seria formalizada em 1980. Pelo que foi discutido, nota-se que, tanto o nascimento, quanto a subsequente atuação dele, ocorre em uma quadra histórica intensamente problemática. A articulação entre a crise estrutural do capital e a contrarrevolução mundial e brasileira reduz as potencialidades civilizatórias da atuação do PT. A partir dessas considerações, é que se questiona a futura atuação de Lula, justamente porque os determinantes históricos tratados anteriormente afastam do cenário as condições imprescindíveis à consecução de qualquer tarefa revolucionária. Teria sido possível o governo Lula recriar tais condições objetivas? Teria sido possível ele realizar qualquer tipo de "revolução"?

CAPÍTULO III

3.1. O governo Lula e a miséria brasileira: o programa Bolsa Família.

Desde a revolução conservadora de 1930 até o presente, os trabalhadores brasileiros padeceram sob profunda desigualdade social, a qual se expressa em todas as áreas essenciais, a exemplo da renda, da educação, do emprego, da saúde, da habitação, da segurança, da justiça, da liberdade, entre outras. Esse quadro se tornou cada vez mais extremo em face da contrarrevolução brasileira, da crise estrutural e da democracia conservadora e, em virtude disso, as classes sociais envolvidas nele passaram ao confronto aberto. Evidentemente, não poderia ser de outro modo, pois as tensões aumentam enormemente em um mundo em que opulência e miséria andam lado a lado. No início do século XXI, sob o governo de Lula a contradição entre produção social e apropriação privada encontra-se sensivelmente distendida e, nesse cenário, só se pode evitar a convulsão social, utilizando, dentre outros expedientes, elevado nível de violência. Nessa perspectiva, esta possui um estreito vínculo com a desigualdade social. Assim, para se ter uma idéia inicial sobre a desigualdade, apresenta-se o panorama da violência no Brasil. Para tanto, utiliza-se aqui a quantidade de homicídios cometidos por ano. Segundo os elaboradores do Mapa da Violência (2012), desde 1982,

“(...) o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde registrou 1,1 milhões de vítimas de homicídio. Para ter uma idéia do que esse número representa, podemos indicar que só um pequeno número de cidades brasileiras, 13, para sermos exatos, alcançou esse número de habitantes no censo de 2010. Por essas mesmas estatísticas de mortalidade, ocorreram, no ano de 2010, 50 mil assassinatos no país, com um ritmo de 137 homicídios diários, número bem superior ao de um massacre do Carandiru⁴¹ por dia.” (WAISELFISZ, 2012, p.237).

⁴¹ O Carandiru foi um Centro de Detenção, dentro do qual em 02 de novembro de 1992 foram assassinados, pela tropa de choque da cidade de São Paulo, 111 detentos, rebelados.

Alternativamente, Carlos Lessa (2012), palestrando aos senadores brasileiros, na audiência preparatória à bancada do Parlamento do Mercosul, compararia justamente esses 50 mil homicídios por ano, no Brasil, com o número total de soldados estadunidenses mortos durante os 12 anos da Guerra do Vietnã (1963-1975), a saber, 46,3 mil. Evidentemente, esses números mostram uma dimensão muito relevante da miséria brasileira, a qual, mesmo depois da execução de 8 anos da “revolução silenciosa” de Lula, não esmorece.

Em dezembro de 2002, o Brasil testemunhou a larga margem de apoio ao novo governo: conforme o Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2002), Lula recebeu 61,2% dos votos nas eleições ocorridas em 2002; ao término do primeiro mandato, segundo o IBOPE (2007), ele possuía 60% de aprovação da população e, ao cabo do segundo, 87% (IBOPE, 2010). Trata-se de um importante reconhecimento ao presidente, que passaria a realizar sua “revolução silenciosa” com amplo apoio popular.

Na campanha presidencial de 2002, Lula especificou como tentaria reverter a miséria brasileira. Apoiado teoricamente pelos intelectuais⁴² reunidos no Instituto Cidadania, ele apresentou a Estratégia Fome Zero⁴³, a qual engloba uma série de frentes de ação, dentro das quais a transferência direta de renda às famílias adquiriu papel

⁴² Os intelectuais envolvidos com o Instituto Cidadania e com a elaboração do Fome Zero são: Paulo Okamoto, Bernardo Kucinski, Carlos Tibúrcio, Clara Ant, Gilberto Carvalho, Guido Mantega, José Carlos Espinoza, José Graziano da Silva, Luciana Fragato, Marisete Beu, Monica Zerbinato, Osvaldo Bargas, Paulo Vannuchi, Regina Brasileiro, Ricardo Zerbinato, Spensy Pimentel, Tatiane Rigolim, José Alberto de Camargo, Walter Belik, Maya Takagi, Alexandre Guerra, Altivo Andrade Almeida Cunha, Antônio Cesar Ortega, Christiane Costa, Dulce Cazzuni, Edson Martins, Francisco Menezes, Frederico Carlos A. Tomich, Guilherme Costa Delgado, Ivone de Santana, José Aparecido Carlos Ribeiro, Josely Durães, Laura Tavares Soares, Lena Lavinias, Lucia Salles França Pinto, Luis Carlos Fabrini, Luis Carlos G. de Magalhães, Marcos Antônio de Oliveira, Maria Regina Nabuco, Maria José Pessoa, Marina Vieira da Silva, Mario Antonio Boral, Mauro Del Grossi., Mirian Nobre, Moema Hofstaetter, Moisés Machado, Newton Gomes, Pedro Paulo Martoni Branco, Pedro Sergio Beskov, Raimundo Silva, Renata Coutinho, Renato Cabral, Renato S. Maluf, Rodolfo Hoffmann, Salvador Werneck Vianna, Silvio Porto, Sonia Moraes, Walter Soboll (LULA DA SILVA e CAMARGO, 2001).

⁴³ Sobre a Estratégia Fome Zero, ver: LULA DA SILVA, Luiz Inácio; CAMARGO, José Alberto de. **Projeto Fome Zero** - uma estratégia de política de segurança alimentar para o Brasil. Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.icidadania.org.br/>. Acesso em: 01-05-2012. 118p.

central. Representando parte fundamental de sua "revolução", a estratégia contou com o programa Bolsa Família, que foi criado por intermédio da “*Medida Provisória n.132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n.10.836, de 09 de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004.*” (SILVA e LIMA, 2010, *grifo nosso*, p.37). Assim, nascia o

“(…) Programa Bolsa Família, que se integra a um guarda-chuva maior denominado Programa Fome Zero. Embora, no início, o Fome Zero tenha obtido maior repercussão na mídia e no próprio discurso governamental, foi o Bolsa Família que se consolidou como o programa social por excelência do governo Lula.” (WEISSHEIMER, *grifo do autor*, 2010, p.60).

É interessante notar que o Bolsa Família, de fato, tomou a frente das políticas assistenciais do governo Lula, embora permaneça o nome Fome Zero “(…) *a fazer parte dos sites do governo e, em seu site específico, estejam arroladas atividades de diferentes Ministérios*” (MARQUES e MENDES, 2008, *grifo nosso*, p.99). O Bolsa Família cresceu significativamente (IPEA, 2010; SILVA e LIMA, 2010; WEISSHEIMER, 2010) durante a década de 2000, convertendo-se no propalado maior programa de transferência de renda do mundo.

3.2. Bolsa Família e a herança de FHC.

O Bolsa Família foi herdeiro de uma trajetória de implementação de políticas públicas de transferência de renda. Esse percurso pode ser, de acordo com a sugestão de Maria Ozanira da Silva e Silva (2008), dividido em cinco momentos centrais. O primeiro se deu quando o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT, apresentou, em 1991, o Projeto de Lei nº 80/1991, pelo qual defendia o Programa de Garantia de Renda Mínima a todo brasileiro com idade superior a 25 anos. Este chegou a ser aprovado no

Senado, mas parou na Câmara, embora ali tivesse parecer favorável à sua aprovação. Este momento foi central, pois trouxe à baila o debate sobre o tema da transferência de renda.

“O *segundo momento* estendeu-se de 1991 a 1993, quando José Márcio Camargo (1991; 1993; 1995) propõe uma transferência monetária a famílias que tivessem crianças de 5 a 16 anos em escolas públicas (...)” (SILVA e SILVA, 2008, *grifo da autora*, p.29). É essa experiência que incorporaria (SILVA e SILVA, 2008) à transferência de renda duas características novas. Uma diz respeito à família, a qual passa ao primeiro plano no lugar do indivíduo. Esta perspectiva redundará, anos mais tarde, conforme expresso pelo Departamento de Operação da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - DOSNRC -, na elegibilidade da “(...) *família como núcleo de proteção social, o que significa ter todos os seus membros como público, e não mais cada um isoladamente.*” (BRASIL, 2010b, *grifo nosso*, p.41). Outro aspecto novo, do qual o programa Bolsa Família será posteriormente herdeiro, é a condicionalidade. Pela definição oficial, ela funcionaria como “(...) *contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar como requisito para o recebimento do benefício mensal.*” (BRASIL, 2010b, *grifo nosso*, p.31). Dentre elas, a família é, por exemplo, obrigada a zelar pela frequência de suas crianças à escola, sem o que cessam os recursos transferidos.

O terceiro momento (SILVA e SILVA, 2008) se dá sob o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), mais precisamente no ano de 1995, quando foram de fato implantadas as primeiras experiências de transferência direta de renda em cidades inteiras. Elas aconteceram em Campinas, Ribeirão Preto, Santos, cidades do Estado de São Paulo; além dessas, ocorreram também em Brasília,

no Distrito Federal. A partir de então, essas experiências aportaram maior peso às transferências condicionadas de renda às famílias.

O quarto marco (SILVA e SILVA, 2008) se deu em 2001, no interior do segundo mandato do governo do PSDB (1999-2003), período em que ocorreu uma significativa ampliação dos programas federais no campo da transferência sustentada pela criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, estabelecido nos oitenta artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional Nº 31, de 2000. Este fundo passaria (SOUZA, 2011) por dois períodos importantes de consolidação: o primeiro, relativo à sua proposição pelo então senador Antônio Carlos Magalhães, do Partido Democratas, do Estado da Bahia, no ano de 2001. O segundo, quando o fundo foi, pela emenda constitucional número 14/2008, proposta por Antônio Carlos Magalhães Júnior, também dos Democratas, da Bahia, incorporado à Constituição Federal. *“Esta [emenda] foi aprovada em 17 de junho de 2009 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) como texto substitutivo elaborado pelo relator, Demóstenes Torres (DEM-GO).”* (SOUZA, 2011, grifo nosso, p.08).

Esses dois períodos de inflexão foram de enorme importância para a atuação de Lula, pois o fundo pode garantir aportes oficiais e perenes às políticas assistenciais do novo governo. O impacto foi notório já em 2001, quando o fundo possibilitou ao presidente Fernando Henrique Cardoso a ampliação dos programas pré-existentes - a exemplo do Benefício de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -, bem como a criação de outros - como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Bolsa Renda e o Vale Gás. Outrossim, no mesmo ano, o debate oficial sobre o assunto era engrossado (SILVA e SILVA, 2008) mais uma vez pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que apresentou ao Senado o Projeto de Lei número

266/2001, de sua autoria, defendendo a renda básica incondicional a todo cidadão brasileiro: a denominada Renda de Cidadania.

Enfim, o quinto momento da história culminaria na criação do Bolsa Família que, como se viu, foi (SILVA e SILVA, 2008) gestado em 2001, dentro do Instituto Cidadania, e figuraria como o carro chefe de sua “revolução silenciosa”, responsável (LULA, 2009) pela elevação da autoestima dos trabalhadores brasileiros. Vale a pena observar com mais vagar a criação dos programas de transferência de renda sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Ali, pode-se identificar (DRAIBE, 2003) uma série de ações que passariam a compor o escopo das políticas assistenciais brasileiras. Dentre elas, salientam-se as seguintes⁴⁴: Bolsa-Escola, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura; Bolsa-Alimentação, ligado ao Ministério da Saúde; também o Auxílio-gás, sob os cuidados do Ministério de Minas e Energia.

Além dessas ações, existem outras, vinculadas ao Ministério do Trabalho, como o Abono Salarial, destinadas aos trabalhadores das empresas privadas, se cadastrados no Programa de Integração Social (PIS) e aos servidores públicos, se cadastrados no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Para esses, a renda transferida era de um salário mínimo anual. Em 2003, estes programas atingiram aproximadamente 7,8 milhões de trabalhadores, para os quais foram destinados R\$ 1,70 milhões de recursos. Outro programa seria o Bolsa Qualificação concedido ao trabalhador com contrato suspenso e matriculado em um curso de qualificação oferecido pelo próprio capitalista. O montante transferido era calculado com base nos três últimos salários. Em 2003, 1.964 trabalhadores receberam tal bolsa, que contava com R\$ 2,40 milhões em recursos.

⁴⁴ Para melhor leitura, doravante, a exposição será feita por ministério.

Vinculado ao Ministério da Agricultura, foi criado programa o Bolsa Renda; tratou-se de um programa emergencial de transferência de renda aos trabalhadores rurais, cujas produções foram destruídas por catástrofes naturais, reconhecidas pelo governo federal. A renda consistia em duas inexpressivas parcelas mensais de R\$ 30,00 por família. *“Até setembro de 2003, quando este programa foi substituído pelo Programa Bolsa Alimentação, tinham sido atendidas 1.665.757 famílias com um investimento de R\$ 155,35 milhões.”* (SILVA e SILVA, 2008, *grifo nosso*, p.32). Outro programa de transferência foi o Garantia Safra, destinado ao trabalhador rural do semiárido, que perdera entre 50% e 100% de seus cultivos, decorrente de calamidade ambiental. À sua família eram destinadas cinco parcelas de R\$95,00, totalizando R\$ 475,00. Entre 2002 e 2003, 60.865 trabalhadores usufruíram dessa transferência, somando R\$ 28,90 milhões.

Sob os cuidados do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, funcionava o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa do Agente Jovem, Benefício Mensal ao Idoso, Benefício Mensal aos Portadores de Deficiência. Além desses, o ministério cuidava da Renda Mensal Vitalícia, que garantia um salário mínimo por mês a todas as pessoas idosas com mais de 70 anos e portadoras de deficiência física, que não possuíssem outro meio de subsistir ou de ser amparado por parentes. Em 2003, foram transferidos R\$ 774,70 milhões, para 268,3 mil pessoas. Ainda no âmbito do MPAS, tem-se o conhecido Seguro Desemprego - criado em 1986 (Decreto Lei número 2.284/86) e modificado em seu funcionamento em 1994 (Decreto Lei número 8.900/94) - integrado à Seguridade Social, que abarca o trabalhador *“(…) desempregado, inclusive doméstico, dispensado sem justa causa, e a pescador artesanal durante o período de proibição da pesca (...)”* (SILVA e SILVA, 2008, *grifo nosso*, p.32). O montante de renda transferido era de um salário mínimo, durante cinco meses.

Em 2003, recorreram a esse expediente aproximadamente 4,9 milhões de trabalhadores, para os quais foram destinados R\$ 6,50 milhões.

Depreende-se o seguinte do breve relato: o que existia no governo de Fernando Henrique Cardoso era um alastrado “(...) *sistema de programas sociais de transferência de renda espalhado por vários ministérios, com diferentes listas de beneficiários e critérios para recebimento de benefícios.*” (WEISSHEIMER, 2010, *grifo nosso*, p.60).

A novidade proposta pelo Instituto Cidadania sob o governo Lula foi “(...) *a unificação dos Programas de Transferência de Renda criados no Brasil por iniciativa de governos municipais e estaduais e do Governo Federal. (...)*” (SILVA e SILVA, 2008, p.30).

Tratou-se de unificar

“(...) o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, tendo sido posteriormente integrado ao BF [Bolsa Família] o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, registrando-se, posteriormente, pactuações com diversos programas estaduais e municipais, mediante Termo de Cooperação. As pactuações se efetivam com a integração de programas de transferência de renda ao BF ou mediante a complementação do valor monetário pago às famílias (...)”. (SILVA e LIMA, 2010, p.37).

Nota-se, pois, que o programa Bolsa Família foi edificado sobre as bases criadas e consolidadas no governo do PSDB⁴⁵. E mais: há de se observar que sua criação contou (WEISSHEIMER, 2010) apenas com a incorporação dos programas que já estavam presentes no seio da classe trabalhadora. Isso pode ser observado pelo levantamento feito por Silva e Lima (2010), que identificaram, no período em que os municípios se submetiam à assinatura do termo de adesão ao Bolsa Família, a presença percentual daqueles programas nas cidades: o Bolsa Escola, já se encontrava instalado em 98,8%

⁴⁵ Sobre o processo de unificação e alguns de seus resultados, ver: SILVA, Maria Ozanira da (Coord.) e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Resultados de estudo empírico sobre o processo de unificação dos programas de transferência de renda: a mediação do Bolsa Família. In: _____. **Avaliando o bolsa família, unificação, focalização e impactos**. Cap.04, São Paulo: Cortez, 2010. p. 111-135.

dos municípios brasileiros; o Bolsa Alimentação, com presença em 81,2% deles; o Auxílio Gás com 95,5%; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com 39,6% e o Cartão Alimentação com 22,9%, todos unificados na criação do Bolsa Família. Não à toa, como se verá nesta pesquisa, o crescimento do programa Bolsa Família: já nos três anos de governo, ele estava presente nos 5.563 municípios brasileiros e no Distrito Federal.

Ainda como parte do processo de unificação, o governo Lula lançou (SILVA e LIMA, 2010) mão de toda sorte de cadastros já existentes, presentes nos variados ministérios e os concentrou em uma única listagem. Esta seria denominada Cadastro Único para Programas Sociais (ou CadÚnico). Sua origem decorre da apropriação pelo governo Lula do chamado Cadastramento Único, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. A partir disso, bastou revogá-lo pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e atribuir a ele outro nome e novas funções. No último decreto, consta:

“Art.2º. O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.”(DECRETO Nº 6.135, 2007, s/p.).

Desta feita, o CadÚnico passou a facilitar a execução da política assistencial do governo Lula, fortemente centrada no Bolsa Família. O citado cadastro foi transformado “(...) no principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda.” (WEISSHEIMER, 2010, *grifo nosso*, p.38). Vale ressaltar que a partir da criação do Bolsa Família, cabe ao

“Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a gestão do CadÚnico, o acompanhamento e a fiscalização de sua execução, além da coordenação, da gestão e da operacionalização do PBF [Programa Bolsa Família], principal programa que utiliza a base de dados do cadastro.” (BRASIL, 2009, p.08).

As atribuições do CadÚnico estão relacionadas com outra dimensão do Bolsa Família, que vem a ser a chamada focalização. A focalização diz respeito ao preciso “(...) *direcionamento de recursos e programas para determinados grupos populacionais, considerados vulneráveis no conjunto da sociedade.*” (LULA e CAMARGO, 2001, *grifo nosso*, p.13). A precisão de tal processo pressupõe a existência de uma metodologia específica para identificar os trabalhadores, cujo perfil permite o acesso ao cadastro e aos programas. A focalização também está vinculada à precisão da transferência de renda, exclusivamente, a quem de fato dela necessite. Nesse sentido, a unificação e o referido cadastro, segundo seus formuladores, podem contribuir para melhor “(...) *focalização nas famílias consideradas elegíveis no campo do enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, permitindo ainda o desenvolvimento sistemático do monitoramento e avaliação do programa.*” (SILVA e LIMA, 2010, *grifo nosso*, p.33). Imprimiu-se, assim, uma dinâmica própria ao assistencialismo no Brasil, cujo planejamento, os critérios e a execução ficaram no governo Lula sob o controle de uma única estrutura ministerial, sendo ela a mais significativa novidade em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Passa-se agora ao exame dessa estrutura.

3.3. A institucionalidade exigida.

Todo o processo mencionado exigiu um controle institucional específico do programa Bolsa Família. Sua especificidade consiste na nova forma surgida da reorganização das estruturas pré-existentes. Nos escalões mais elevados figura o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ele foi criado em janeiro de

2004 por intermédio da incorporação de três estruturas governamentais, quais sejam: “(...) *Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (Mesa), Ministério da Assistência Social (MAS) e Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família.*” (BRASIL, 2011, *grifo nosso, s/p.*).

O ministério conta com seis secretarias, cuja forma e atribuições estão presentes no Decreto 7.079 da Presidência da República, de 26 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2011). São elas: 1) Secretaria Executiva que auxilia diretamente o Gabinete ministerial e supervisiona, bem como coordena, as demais secretarias; 2) Secretaria Nacional de Assistência Social, a qual gere a Política Nacional de Assistência Social, além do Fundo Nacional de Assistência Social; tal secretaria igualmente garante o funcionamento do Sistema Único da Assistência Social e implementa programas, transferências de renda e serviços vinculados à chamada rede de proteção social; 3) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, que é responsável pela execução da Política Nacional de Renda de Cidadania e pela realização das atividades de gestão próprias ao Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais; 4) Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que é responsável pela implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como as chamadas ações estruturantes e emergenciais de combate à fome e de incentivo à agricultura familiar; 5) Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza⁴⁶, a qual articula e mobiliza o governo federal, estadual e municipal para o combate à pobreza e por fim, 6) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, que monitora as ações e programas desenvolvidos pelo ministério em questão. Tal secretaria também realiza e divulga estudos e pesquisas, bem como

⁴⁶ Atualmente, esta Secretaria está responsável pela coordenação das ações e gestão do Plano Brasil sem Miséria, executado pelo governo da sucessora de Lula, Dilma. Mais informações podem ser obtidas em: BRASIL. PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. **Qual o Objetivo do Plano Brasil Sem Miséria?** 2012a, Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/conheca-o-plano/>. Acesso em: 02-05-2012.

promove capacitação de pessoal. Há de se observar que toda essa estrutura tem na sua base, ou seja, nas instâncias mais próximas aos trabalhadores, as Secretarias Municipais de Assistência Social (SILVA e LIMA, 2010).

Além dessa estrutura, existe uma dimensão institucional ligada ao denominado Controle Social⁴⁷, que é (BRASIL, 2010b) realizado pelas chamadas Instâncias de Controle Social, que são órgãos colegiados determinados pelo artigo 9º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, pelo artigo 29 do Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, e da Instrução Normativa número 01, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de 20 de maio de 2005. A criação dessas Instâncias de Controle Social é de responsabilidade do executivo estadual, municipal e do Distrito Federal, respeitando a paridade entre conselheiros presentes e não presentes no governo. São as seguintes instâncias (BRASIL, 2010; BRASIL, 2010a; BRASIL, 2010b; BRASIL, 2011): 1) a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, já referenciada acima; 2) a Rede Pública de Fiscalização, que realiza seus trabalhos em conjunto com a Controladoria-Geral da União, com os Ministérios Públicos Federais e Estaduais e com o Tribunal de Contas da União, cada um trabalhando dentro de suas atribuições constitucionalmente estabelecidas; 3) as Instâncias de Controle Social, as quais acompanham, avaliam e fiscalizam a execução do programa Bolsa Família, no que se refere à gestão. Assim, elas concentram suas atenções na fiscalização do CadÚnico, da gestão das transferências e das condicionalidades; 4) o Gestor local do Programa atua no município propriamente dito, sob designação do prefeito. Ele, como gestor, está responsável pela coordenação das atividades do CadÚnico e por todo o cumprimento do programa Bolsa Família.

⁴⁷ Sobre o tema do controle social no Bolsa Família, consultar: BRASIL. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fiscalização do Programa Bolsa Família**. Guias e Manuais 2010. Programa Bolsa Família. Brasília - DF, 2010. 22p. Ver também: BRASIL. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Exercendo o Controle Social do Programa Bolsa Família**. Programa Bolsa Família. Brasília - DF, 2010a. 18p.

Além dessas, outras Instâncias de Controle Social são consideradas, quais sejam, as próprias famílias vinculadas, as organizações da sociedade, bem como todos os cidadãos. Tais instâncias, entretanto, não exercem muita influência no processo como um todo.

3.4. Bolsa às famílias *extremamente pobres* e aos *pobres*.

A Bolsa Família possui uma metodologia específica que incorpora os trabalhadores e suas famílias ao programa, mediante sua classificação como extremamente pobre ou somente pobre. As primeiras são (BRASIL, 2011) aquelas cuja renda familiar *per capita* mensal, alcança no máximo R\$70,00: nada mais que R\$2,33, para toda a família, por dia. Ou, considerando a cotação do dólar do dia 24 de janeiro de 2012 - qual seja, US\$1,76 -, nada mais que US\$1,32, para a família, por dia. Além dessas, existem as famílias tidas como apenas *pobres*. Delas, renda familiar *per capita* mensal, varia entre R\$70,10 e R\$140,00: ou se preferir, entre R\$2,33 e R\$4,66 por dia, o que em dólares seria US\$1,32 e US\$2,65.

Para tais trabalhadores, fixados os dois perfis de suas famílias, são transferidos quatro tipos de renda. São elas (BRASIL, 2011): Benefício Básico; Benefício Variável; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente e Benefício Variável de Caráter Extraordinário. A cada um desses agrupamentos é vinculado um perfil de recurso a ser distribuído. O chamado Benefício Básico é destinado exclusivamente para a família considerada extremamente pobre (renda familiar *per capita* mensal até R\$70,00 por mês), para a qual se transfere mensalmente o montante de R\$70,00. Para além desse recurso, se tal família possuir filhos, com idade entre zero e 15 anos, a ela será direcionado o Benefício Variado mensal, a saber, mais R\$32,00 por filho. Essa renda assim será transmitida obedecendo ao limite máximo de cinco filhos por família. A ela

também será transferido o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, qual seja, R\$38,00, caso existam jovens entre 16 e 17 anos, obedecendo ao limite máximo de dois jovens. Em casos específicos, circunscritos a uma situação cujos determinantes não estão contidos nos parâmetros acima - e considerados caso a caso -, existem famílias que podem receber o Benefício Variável de Caráter Extraordinário. Assim, a transferência de renda aos considerados *extremamente pobres*, inscritos no CadÚnico e atendidos pelo Bolsa Família, pode variar de R\$70,00 por mês, caso não tenha filhos, até R\$260,00, correspondente à soma entre R\$70,00 por ser extremamente pobre e R\$190,00 por três filhos com idade entre zero e 15 anos e dois filhos, com idade entre 16 e 17 anos. Exclui-se desse caso o Benefício Variável de Caráter Extraordinário.

Além das famílias tidas como *extremamente pobres*, existem aquelas inscritas no CadÚnico e consideradas *pobres*. Elas possuem renda familiar *per capita* mensal, entre R\$70,10 e R\$140,00, como referido anteriormente. Para a família acessar recursos da Bolsa Família, não basta obedecer ao quesito renda, mas ela precisa necessariamente ter filhos, cuja idade não seja maior que 15 anos e com o limite de cinco filhos. Se e somente se for este o caso, a ela será transferido um montante de R\$32,00 por filho, não ultrapassando o máximo de cinco filhos. Tal como as famílias consideradas *extremamente pobres*, as *pobres* podem receber um montante de R\$38,00 por filho, caso ele tenha 16 ou 17 anos de idade, respeitando o máximo de dois filhos. Assim, a transferência governamental varia entre o mínimo de R\$32,00, caso a família tenha um filho apenas e o máximo de R\$172,00, se ela possuir três filhos com idade entre zero e 15 anos e dois filhos, com idade entre 16 e 17 anos. Tais critérios de elegibilidade fazem com que 50,6% dos indivíduos participantes do programa possuam até 17 anos. Quanto às demais faixas etárias, em torno de 40% correspondem ao intervalo entre 20 e 49 anos e 6,8% às pessoas com 50 anos ou mais (BRASIL, 2011).

3.5. Orçamento e abrangência da Bolsa Família.

A esta altura, para melhor caracterizar a “revolução silenciosa” do governo Lula e como ela reverbera na classe trabalhadora, importa abordar a evolução da abrangência do programa Bolsa Família, bem como da dotação de recursos destinados a ele. De acordo com pesquisa levada a cabo por Silva e Lima (2010) e informações coletadas junto aos bancos de dados do IPEADATA (2012), bem como do MDS (BRASIL, 2011), tem-se que, em 2003, quando 8,1 milhões de famílias estavam inscritas no CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal⁴⁸, apenas 3,6 milhões de famílias (44,4% do total de inscritos) receberam transferências de renda do Bolsa Família, cujo orçamento alcançou a cifra de R\$ 4,30 bilhões. Não obstante, em 2004, com 14,6 milhões de famílias inscritas no CadÚnico, 6,5 milhões delas (44,5% do total de inscritos) obtiveram a referida transferência, para o que se utilizou um orçamento de R\$ 5,30 bilhões. Pelo confronto do ano 2004 com o de 2003, nota-se que foram incorporadas aproximadamente 2,9 milhões de famílias, implicando um aumento percentual de 80,5% em relação a 2003, ao passo que o orçamento variou positivamente em R\$ 1 bilhão, ou seja, 23,2%.

Essa variação no número de atendidos entre 2003 e 2004, em resposta ao pequeno aumento dos recursos, ocorreu porque o Bolsa Família estava incorporando os programas do governo Fernando Henrique Cardoso. Em virtude disso, os municípios migraram ao programa massivamente e igual movimento foi realizado pelos

⁴⁸ Como se disse, no CadÚnico não consta apenas família cadastradas para o Bolsa Família. Para mais detalhes, ver: BRASIL. TCU - Tribunal de Contas da União. **Auditoria nos Sistemas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Relator Ministro Augusto Nardes, Brasília - DF, 2009. 64 p. Acesse também: BRASIL. MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 08/12/2011. Ou IPEADATA. **Número de benefícios em dezembro**. Atualizado em: 04/01/2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>, Acesso em: 17/01/2012.

trabalhadores, fato representado no rápido crescimento percentual de atendidos: tal como visto, 80,5%. De acordo com as pesquisas referenciadas, em 2004, o Bolsa Família já se encontrava implementado em 5.533 municípios brasileiros: ou seja, 99,4% do total de municípios (5.563 mais o Distrito Federal).

No ano seguinte, em 2005, o Bolsa Família alcançaria (BRASIL, 2011) a totalidade dos municípios brasileiros. Naquele momento, o CadÚnico contava com 14,7 milhões de famílias inscritas, das quais o Bolsa Família atendia a apenas 8,7 milhões (59,1% do total de inscritos). Para essas famílias foram destinados R\$ 6,50 bilhões. Entre os anos de referência foram acrescentadas 2,2 milhões de famílias, representando um aumento percentual de 33,8% em relação a 2004. É possível dizer que o percentual representa uma importante variação positiva, apesar de distar dos 80,5% de crescimento entre 2003 e 2004: evidência de que o impulso inicial passa a perder suas forças e o programa tende a uma situação mais estabilizada. No que tange ao orçamento, ele aumentara R\$ 1,20 bilhões, o que percentualmente significa 22,6% em comparação a 2004. Trata-se de uma evolução que não acompanha o aumento do número de famílias e que se mantém quase no mesmo patamar de evolução dos anos 2003 e 2004 (23,2% do total de inscritos). Ou seja, a incorporação de mais pessoas ocorre sem o acréscimo proporcional de recursos.

No ano de 2006, estavam (BRASIL, 2011) inscritas no CadÚnico 15 milhões de famílias. Dessas, foram atendidas 10,9 milhões de famílias (72,6% do total de inscritos) com recursos da ordem de R\$ 8,30 bilhões. Ou seja, o montante de famílias foi novamente elevado em 2,2 milhões e percentualmente, em face do ano anterior, 25,2%. Assim, a transferência de renda do programa Bolsa Família atingiu (WEISSHEIMER, 2010) aproximadamente 44 milhões de pessoas. Entre 2005 e 2006, os recursos destinados ao programa obtiveram uma variação positiva de R\$ 1,80 bilhões, a saber,

27,6%, percentual que superou finalmente o de incorporação de famílias, indicando que o Bolsa Família tomou certo fôlego.

No entanto, é interessante registrar que, considerando o intervalo entre 2003 e 2006, abordados até aqui, nota-se que a taxa de incremento ao orçamento do Bolsa Família descreveu uma tendência crescente, embora seja um crescimento um tanto errático e tímido, tal como segue: entre 2003-2004, 23,6%; entre 2004-2005, 22,6%; e 2005-2006, 27,6%. Apesar desse comportamento expansivo da taxa de incremento orçamentário, esses recursos se mostraram insuficientes para abordar, a taxas crescentes, o amplo escopo da miséria brasileira. Sobre isso, observa-se que a trajetória descrita pelas taxas de incorporação das famílias é decrescente, evidenciando certa perda de força, tal como segue: entre 2003-2004, 80,5%; entre 2004-2005, 33,8%; e finalmente 2005-2006, 25,2%. A partir de 2006, o programa Bolsa Família tende a se estabilizar, no sentido de que se reduz a influência do processo de unificação dos programas dos governos do PSDB. Deste momento em diante, a dinâmica até aqui abordada passa a depender mais da conduta do próprio governo Lula, do que do seu antecessor.

Um ano depois, em 2007, o comportamento dessas variáveis sofrerá um forte abalo, pois o número de famílias inscritas alcança (BRASIL, 2011) 17 milhões, das quais 11,0 milhões (64,7% do total de inscritos) são atendidas pelo Bolsa Família, com recursos da ordem de R\$ 9,00 bilhões. Isso representou, pois, um acréscimo diminuto de aproximadamente 100 mil famílias, ou seja, um aumento de 0,9%. Este aumento se deu em meio a uma variação orçamentária positiva de apenas 700 milhões, ou 8,4% em face de 2006. Ora, o que teria influenciado tal comportamento? Precisamente a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos

e Direitos de Natureza Financeira - CPMF⁴⁹ - que ocorreu em 2007 e quase pôs por terra a “revolução silenciosa” do governo Lula. Isso porque 0,08% da arrecadação da CPMF - além dos 5% do IPI e outras fontes - era destinado à alimentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de onde sai parte importante do financiamento do Bolsa Família. O episódio revelaria, pois, a fragilidade das bases de sustentação financeira do maior programa de transferências de renda do mundo. Se o término da CPMF não carregou junto consigo a “revolução silenciosa” de Lula, fragilizou bastante a sua capacidade de incorporação dos trabalhadores paupérrimos, abrindo assim uma tendência que se concretizaria nos anos subseqüentes⁵⁰.

Em 2008, no CadÚnico havia (BRASIL, 2011) 18,2 milhões de famílias inscritas, porém o número de atendidos decresceu de 11,0 milhões para 10,5 milhões (ou seja, passou à atender 57,6% do total de inscritos no CadÚnico). Não obstante tal queda, ela ocorre em um momento em que os recursos aumentam de R\$ 9,00 bilhões para a casa dos R\$ 10,80 bilhões⁵¹. Em outros termos, constata-se ao comparar 2008 com 2007 que o número de famílias atendidas sofreu uma diminuição de 0,5 milhão, a saber, um recuo de -4,5%, frente a um orçamento que fora elevado em R\$ 1,80 bilhões, ou seja, em 20%. Vale lembrar que, precisamente em 2008, Antônio Carlos Magalhães Júnior, do Partido Democratas, da Bahia, propôs a emenda constitucional de

⁴⁹ Sobre o impacto da extinção da CPMF, ver: ANANIAS, Patrus. **CPMF e o dinheiro para os pobres**. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/cpmf-e-o-dinheiro-para-os-pobres-patrus-ananias>. Acesso em: 01-01-2008.

⁵⁰ Como será mostrado, tal cenário se apresenta com clareza: excetuando o ano 2009, pode-se notar que, no intervalo entre 2007 e 2010 - ano em que termina a série aqui considerada -, todo aumento orçamentário ao programa Bolsa Família somente proporcionaria uma ínfima incorporação de famílias e, em anos específicos, ocorreria mesmo uma redução no número delas.

⁵¹ Parte desse acréscimo no orçamento se deu pela incorporação dos recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -, última das políticas de Fernando Henrique Cardoso englobada ao Bolsa Família. Sua incorporação aconteceu precisamente no ano de 2007, com reverberações orçamentárias positivas, para o ano de 2008, da ordem de R\$ 1,30 bilhões.

número 14/2008 que incorporaria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ao texto da Constituição brasileira: “*Esta [emenda] foi aprovada em 17 de junho de 2009 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) como texto substitutivo elaborado pelo relator, Demóstenes Torres (DEM-GO).*” (SOUZA, 2011, grifo nosso, p.08).

Em 2009, o programa Bolsa Família passa a atender 12,3 milhões de famílias dentre as 19,4 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único (o que significa 63,4% do total). Nesse ano, foram destinados recursos da ordem de R\$ 12,40 bilhões. Verifica-se aqui que a quantidade de famílias atendidas sobe em 1,8 milhões, ou seja, 17,1%, em face de uma variação orçamentária positiva da ordem de R\$ 1,60 bilhões, 14,8%. Aparentemente, o ano de 2009 não foi tão ruim, pois os recursos, embora aumentassem menos que a incorporação de famílias atendidas, impactaram positivamente em 17,1%. Contudo, retomemos o comportamento das variáveis; o orçamento cresceu da seguinte forma: entre 2003-2004, 23,6%; entre 2004-2005, 22,6%; 2005-2006, 27,6%; 2006-2007, 8,4%; 2007-2008, 20%; e 2008-2009, 14,8%. Nota-se um comportamento errático e, vale recalcar, o último percentual (14,8%) se encontra bem abaixo das variações dos anos anteriores, a maioria delas grosso modo entre 20% e 25%.

Para o ano de 2010, existem-se aproximadamente 20,1 milhões de famílias inscritas no CadÚnico, das quais 12,7 milhões (63,1% do total de inscritos) receberam transferência do Bolsa Família, totalizando R\$ 13,40 bilhões em recursos. Em tempo, constata-se que são acrescidas 0,4 milhões de famílias, ou seja, um aumento diminuto de 3,2% e um incremento de R\$ 1,0 bilhão. Percentualmente falando, significa uma pequena variação positiva de 8,0%. Fato que confirma a perda de vigor do programa Bolsa Família em aumentar a sua atuação no combate a pobreza e extrema pobreza no país.

Embora não seja a intenção inicial estender esta abordagem até 2011, é significativo observar como de fato o programa perdeu seu vigor. Para este ano, os recursos, ainda que permaneçam volumosos, não causam efeito expressivo na incorporação de famílias atendidas: o Bolsa Família transferiu R\$ 16,70 bilhões para 13,3 milhões de famílias, de um total cadastrado no CadÚnico de 20,3 milhões de famílias. Ou seja, um aumento orçamentário de 24,6%, acima da média da série (18,6%), enquanto o atendimento cresceu 4,7%. Portanto, a pior demonstração de incorporação de famílias, excetuando os intervalos entre os anos 2007-2008 (-4,7%) e 2009-2010 (3,2%). Neste último, o resultado foi tímido, mas o acréscimo ao orçamento também, 8,0%, o que não aconteceu em 2011.

É possível que a trajetória da inflação esteja reduzindo a capacidade de incorporação de famílias ao programa. Isso pode ser aventado pela comparação entre dois dados. O primeiro diz respeito à atualização das linhas de *extrema pobreza* e de *pobreza*, entre os anos de 2003 e 2011. Segundo Pureza (2011), responsável pela Nota Técnica N° 05 de 2011, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados, as referidas linhas foram atualizadas em 40%. O segundo dado trata da variação da inflação. De acordo com o IBGE (BRASIL, 2012), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado entre os anos 2003 e 2011, variou 57%⁵². A confrontação de tais números demonstra que as linhas foram mantidas nesse lapso de tempo 17% abaixo da inflação acumulada. Se elas estivessem atualizadas, seus valores seriam de R\$78,50 (ao invés de R\$70,00) para *extrema pobreza* e R\$157 (ao invés de R\$140,00) para a *pobreza*. Como isso não foi feito, realiza-se uma

⁵² Chegou-se ao índice de 57% pela multiplicação do INPC acumulado anualmente, entre 2003 e 2010, ao ano em que Lula deixa a presidência. Os variados índices acumulados ano a ano foram retirados de: BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE** - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC, abril de 2012. 21p.

incorporação menor de famílias ao programa, embora o CADÚnico possua milhões de inscritos.

Isso acontece em relação à linha da extrema pobreza e pobreza. Todavia, a inflação exerce um papel deletério também em face da renda transferida. É ainda Pureza (2011) que informa a variação real - ou seja, descontando a inflação - do Benefício Básico no período considerado acima, qual seja, de -4,8%. Também calcula a variação real do Benefício Variável, a saber, 45,1%, bem como do Benefício Variável vinculado ao Adolescente, que foi de 5%. Ou seja, -4,8%, 45,1% e 5% estão muito abaixo dos 57% de inflação correspondente ao período. Isso indica que as transferências perderam completamente o seu poder de compra e, sob outro aspecto, pode-se dizer que o orçamento do programa perde sua capacidade assistencialista.

As questões orçamentárias e inflacionárias são centrais. É a pesquisa de Weissheimer (2010) que indica a implicação trágica dessas duas dimensões. O autor utilizou os dados produzidos pelo Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense - o DATAUFF⁵³. A partir de um universo amostral de 2995 famílias vinculadas ao programa em questão, descobre-se que, primeiramente, 76,4% (ou seja, 2287 de 2995) das famílias utilizavam de fato suas rendas para a compra de alimentos. Também que 5,4% (ou seja, 162 de 2995) delas usam o Bolsa Família para comprar roupas e calçados. E, por fim, que 1,5% (44 do total) utilizam o dinheiro transferido para comprar remédios. Em outras palavras, são mercadorias essenciais à reprodução desses trabalhadores. Todavia, a dimensão trágica se revela pela seguinte constatação: “(...) em mais de 80% das famílias investigadas, os alimentos acabaram antes que houvesse condições financeiras para a realização de

⁵³ O rol de pesquisas realizadas pelo referido Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense - o DataUff - pode ser consultado em <http://www.uff.br/datauff/objetivos.htm>.

novas compras.” (WEISSHEIMER, 2010, *grifo nosso*, p. 123). Ora, o orçamento e logo o dinheiro transferido são inequivocamente pequenos (SILVA e LIMA, 2010). Além disso, o processo inflacionário concorre para que a renda passe pelas mãos dos miseráveis, mas que se concentre na pequena-burguesia, notadamente aquela que controla as vendas de alimentos no varejo. Quanto aos trabalhadores, sua situação se altera muito pouco, pois a aquisição de água potável de qualidade, de coleta de lixo, de esgotamento e até mesmo do alimento não satisfaz os requisitos mínimos do cuidado com a saúde humana.

3.6. A participação do programa Bolsa Família na redução da miséria.

Até aqui, proporcionou-se uma aproximação da realidade dos trabalhadores vinculados ao programa Bolsa Família, bem como da abordagem da miséria pela “revolução silenciosa” do governo Lula. O panorama apresentado não é dos mais positivos para a classe trabalhadora brasileira. Todavia, como se viu no primeiro capítulo, a estratégia da Bolsa Família é reconhecida mundialmente como a mais bem sucedida experiência de combate à pobreza da atualidade. Assim, há de se averiguar se este programa possui realmente saldos positivos, tal como difundido. Posteriormente, é preciso investigar qual é a participação da Bolsa Família nesses resultados. Com isso, incrementam-se os elementos que possibilitarão uma avaliação mais precisa da “revolução silenciosa”. Para levar a cabo tal objetivo, inicia-se aqui com a análise de um dos discursos de Lula, tal como segue:

“Primeiro, o nome da paz chama-se justiça social. E sobre essa luta que vamos fazer pela justiça social, quero terminar dizendo: a luta contra a fome, a guerra contra a fome, esta, sim, é uma guerra que vale a pena todos nós participarmos, porque ela não prevê matar ninguém. Pelo contrário, prevê recuperar milhões e milhões de vidas que estão sucumbindo pela miséria.” (LULA, 2003, p.10).

Pode até ser que o combate à miséria possua a potencialidade de instaurar a paz e a justiça social no Brasil. Todavia, embora a Bolsa Família esteja pretensamente direcionada para tal combate, a realidade evidencia que os objetivos estão longe de serem alcançados. Segundo o Ipeadata (2010), a proporção da renda total do país apropriada pelo 1% dos indivíduos mais ricos evoluiu de 13,0%, em 2003, para 12,1%, em 2009 (variação negativa de 0,9%)⁵⁴. No mesmo sentido, a proporção da renda apropriada pelos 20% das pessoas mais ricas variou de 46,2%, em 2003, para 42,7%, em 2009 (variação de 3,4%). Do outro lado, os indivíduos que representam os 50% da população mais pobre do Brasil se apropriaram em 2003 de somente 13,2% da renda nacional e, em 2009, esta proporção sobe para 15,4% (variação de 2,2%). Estreitando o recorte, tem-se que os 20% mais pobres se apropriaram de 2,5% e 3,0% da renda, respectivamente nos anos 2003 e 2009 (variação de 0,5%). Não se pode negar que ocorreram variações em todas as faixas. Todavia, o panorama da concentração da renda continua quase intacto, pois as alterações são muito tímidas e objetivamente negam qualquer discurso revolucionário de desenvolvimento e de combate à miséria.

Ainda avaliando a questão da concentração de renda, pode-se remeter ao interessante estudo do IPEA (2008), realizado nas 6 regiões metropolitanas mais significativas do Brasil, quais sejam, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro⁵⁵. Nessas localidades, constata-se que a “(...) remuneração

⁵⁴ As séries produzidas pelo IPEA consideram apenas o recorte temporal entre 2003 e 2009, com base nos dados da PNAD/IBGE de 2010: portanto, um ano antes do recorte temporal do presente estudo. Mais detalhes, ver: IPEADATA. **Indicadores sociais - Renda domiciliar**. Atualizado em: 08/09/2010. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 17/01/2012.

⁵⁵ Para maior detalhamento da metodologia, consultar: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. Realização: Assessoria Técnica da Presidência. Comunicado da Presidência, Nº 7, de agosto de 2008. 15p.

dos trabalhadores não tem acompanhado plenamente os ganhos de produtividade da indústria brasileira.” (IPEA, 2008, grifo nosso, p.11).

“A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE indica, por exemplo, que entre 2001 e 2008, houve aumento da produção física na indústria brasileira na ordem de 28,1%, com ganhos de produtividade do trabalhador de 22,6%. A folha de pagamento por trabalhador em contrapartida cresceu, em termos reais, 10,5% no mesmo período de tempo. Por conta disso, o Custo Unitário do Trabalho (CUT) — *entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade*, apresentou queda de 10,2% no mesmo período de tempo.” (IPEA, 2008, *grifo do autor*, p.11).

Este mesmo estudo (IPEA, 2008) mostra que, em dezembro de 2001, o índice de produtividade da indústria estava no patamar 100. Este mesmo índice, em abril de 2008 seria de 128,3. Exatamente no mesmo período, a folha de pagamento do trabalhador foi elevada de 100 para 115,9. Desta feita, a diferença - de 12,2 pontos - entre o aumento de produtividade e da folha de pagamento concorre para o aumento da concentração de riqueza⁵⁶ em benefício da burguesia.

Este cenário não é dos mais favoráveis à paz e à justiça social, como desejou o presidente Lula. Não se quer dizer que o presidente e os formuladores do programa Bolsa Família não pretendem combater a miséria, nem almejam a paz e a justiça social. Claramente, trata-se de um esforço teórico e prático neste sentido. Não obstante, os ganhos reais significativos se mostram mais no campo político, relativo mais à força

⁵⁶ Em tempo, o mesmo relatório do Ipea (2008) indica que, em 2003, diminutos 0,8% da população das seis regiões metropolitanas analisadas - ou seja, 362,2 mil pessoas - eram considerados ricos, quer dizer que suas rendas ultrapassavam a linha da riqueza, situada há época em R\$ 13,30 mil. Posteriormente, em 2008, esta porcentagem evolui para 1% da população das seis regiões metropolitanas analisadas - 476,5 mil pessoas. Para estabelecer esse percentual para o ano de 2008, o Ipea atualizou a linha de riqueza para R\$ 16,68 mil. Nota-se, pois, no período considerado, um aumento da ordem de 31,5% no número absoluto de pessoas ricas, em outras palavras, evoluiu-se de 476,5 mil para 627 mil indivíduos. Mais detalhes, consultar: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. Realização: Assessoria Técnica da Presidência. Comunicado da Presidência, Nº 7, de agosto de 2008. 15p.

que o programa possui para aplacar as tensões entre as classes antagônicas, do que no âmbito material propriamente dito.

Essa reflexão pode ser sustentada a partir da análise das chamadas portas de saídas da Bolsa Família. Conforme definição oficial (BRASIL, 2011), as tais portas são meios de ajudar as famílias a encontrarem um emprego, deixando de depender do Bolsa Família. Sobre elas, é interessante se remeter à pesquisa Silva e Lima (2010).

“Efetivamente, o estudo realizado pelo MDS [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome] em 2006 confirma estas tendências ao revelar que mais da metade dos responsáveis legais (51,4% em todo o país) não trabalhava, o que indica que a transferência monetária do Bolsa Família representava a principal, ou até mesmo a única fonte de renda para essas famílias. Logo em seguida apareciam os trabalhadores rurais, os quais representavam 15,3% do total.” (SILVA e LIMA, 2010, p.55).

É interessante notar que, em uma perspectiva mais ampla, ou seja, considerando as famílias que receberam transferências governamentais como um todo e não somente aquelas participantes da Bolsa Família, as políticas assistenciais do governo Lula não foram capazes de converter os chamados beneficiários em vendedores de fato de sua força de trabalho. Sobre essa questão, remete-se a análise à PNAD (BRASIL, 2004) e à PNAD (BRASIL, 2006). Esses estudos demonstram que a porcentagem de pessoas ocupadas, com 10 anos de idade ou mais, receptoras de transferências de programas governamentais, manteve-se no mesmo patamar entre os anos 2004 e 2006, qual seja, 52,1%: aqui, não se trata de obter uma variação pequena, de pouca expressão; ao contrário, trata-se de obter nenhuma variação, precisamente no momento em que o Bolsa Família, o carro chefe das políticas assistenciais, ainda crescia de modo importante, à sombra da unificação dos programas de seu predecessor. Alternativamente, remete-se a um panorama da variação do desemprego da população

como todo, não apenas das famílias que recebem transferências: nessa perspectiva, em 2003, o Brasil possuía (IPEADATA, 2011) 10,5% de desempregados⁵⁷, ao passo que, em 2009, essa taxa se altera para 9,1%. A saber, uma tímida variação de 1,4%, em seis anos de governo Lula.

Outro aspecto relevante está relacionado às crianças. Ainda segundo a PNAD (BRASIL, 2004) e PNAD (BRASIL, 2006), dentre as famílias que recebem transferências governamentais em geral, 7,2% das crianças com idade entre 5 e 13 anos vendem sua força de trabalho; 14,4% das crianças com idade entre 5 a 17 anos estão nessa mesma situação, ao passo que na faixa etária de 13 a 17 anos, 32,7% dessas crianças vendem sua força de trabalho⁵⁸. Tais números colocam em cheque as políticas assistenciais, pois parece que elas não exercem influência significativa sobre o desemprego, por um lado, e convivem com importante nível de exploração da força de trabalho infantil e jovem, por outro.

Alguém poderia supor que, embora o efeito das políticas assistenciais seja diminuto em relação ao emprego, algum resultado relevante haveria de ter sobre a

⁵⁷ Esta estatística é calculada da seguinte forma: “Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Disoc/Ipea.”. Maiores detalhes podem ser vistos em: IPEADATA. **Taxa de desemprego**. Atualizado em: 16/02/2011. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 17/01/2012.

⁵⁸ Para um governo que defende ter realizado uma “revolução” silenciosa, a exploração da força de trabalho dos jovens poderia certamente ser preterida em favor dos estudos. Não obstante, o que se observa pela Síntese dos Indicadores Sociais é que, em 2009, “No Brasil, os jovens de 18 anos deveriam, idealmente, ter o ensino médio concluído e, aos 24 anos, o curso superior concluído. O que se observou pelos dados anteriores é que a frequência escolar desse grupo etário é ainda baixa no País, mesmo nos estratos superiores de renda. Apenas 14,7% desses jovens declararam somente estudar e 15,6% conciliavam trabalho e estudo. Cerca da metade, 46,7%, declararam somente trabalhar. Note-se que 17,8% informaram realizar afazeres domésticos. Na Região Sul, e em particular em Santa Catarina, as proporções de jovens que só trabalhavam foram de 52,5% e 57,9%, respectivamente (Tabela 6.21). Para o grupo etário de 16 a 24 anos, 22,2% percebiam até ½ salário mínimo no mercado de trabalho, configurando inserção em ocupações não formais. Na Região Nordeste, essa proporção dobra para 43,5%. Além disso, 26,5% desse grupo etário declarou trabalhar 45 horas ou mais semanais, jornada superior à máxima permitida em lei” (SIS, 2009, p. 156). Essa realidade concorre para tornar questionável a referida “revolução”.

redução da miséria, haja vista a transferência de bilhões de reais (em 2010, o orçamento do Bolsa Família era de R\$ 13,40 bilhões) à classe trabalhadora. Esse desdobramento potencial pode ser pensado a partir daquela pesquisa feita pelo IPEA (2008), nas seis regiões metropolitanas mais significativas do Brasil. Abordando o quinquênio entre os anos 2003 e 2008, o estudo em questão evidencia que, em 2003, 35% da população dessas regiões metropolitanas eram pobres, ao passo que, em 2008, esse dado evoluiu para 24,1%, representando uma redução de 10,9%. Reforça-se, então, que o programa Bolsa Família exerce um efeito específico na redução da miséria. No âmbito dos índices da denominada *pobreza extrema*, verifica-se uma baixa de 48,3%, entre os anos considerados.

Frente ao decréscimo desses índices, há de se considerar um fato de grande importância para a avaliação da “revolução silenciosa” de Lula: de acordo com Ricardo Paes de Barros (DE BARROS, 2010), o programa Bolsa Família é responsável por apenas 20% na melhora da situação dos trabalhadores. Trata-se de uma participação diminuta e não deveria justificar tanto alarde em torno do programa Bolsa Família, como a ponta de lança da “revolução silenciosa” do governo Lula. Considerando 20% dos percentuais do IPEADATA (2010) citados anteriormente, notar-se-á que, no quinquênio 2003-2008, dos 48,3% de redução da extrema pobreza apenas 9,6% são de responsabilidade da Bolsa Família. Em menor medida, dos 10,9% de diminuição da pobreza, somente 2,1% é de responsabilidade desse programa.

Fazendo uso de um recorte temporal maior, entre 1995 e 2008, e considerando a população de todo o Brasil, SILVA e LIMA (2010) indicam que a

“(…) queda média anual da taxa nacional de pobreza absoluta (...) foi de -0,8% ao ano, sendo que no período 2003/2008, a taxa anual foi de

-3,1%, enquanto a renda nacional de pobreza extrema (...) foi de -2,1% ao ano.” (SILVA e LIMA, 2010, p.92).

Certamente, lembrando que são 13 anos, as quedas percentuais podem ser consideradas pequenas. Se o Bolsa Família é responsável por apenas 20% da pouca redução da miséria brasileira, quais outros fatores seriam determinantes dela? Quem oferta uma resposta para essa questão são SILVA e LIMA (2010). Elas, em face do estudo do IPEA (2008) aqui referenciado, asseveram que “(...) *As causas apontadas para a redução da pobreza e da indigência foram o crescimento econômico, o ganho real do salário-mínimo e o dinheiro transferido do governo para os pobres.*” (SILVA e LIMA, 2010, *grifo nosso*, p.91). Em outras palavras, existem mais dois determinantes: o ganho real do salário-mínimo e o crescimento econômico.

3.7. A questão do salário mínimo e do crescimento econômico.

A análise do primeiro deles requer uma consulta à evolução do salário mínimo, desde sua criação, em 1940, até o ano de 2004⁵⁹. Nesse lapso de tempo, nota-se (DIEESE, 2005) o seguinte: em julho de 2004, o salário mínimo do trabalhador representa 32,4% daquele vigente em julho de 1940. Ainda mais trágico, em 1994, no interior do governo de Itamar Franco, esse percentual apresentou o menor valor de toda a série histórica, a saber, 24%⁶⁰.

⁵⁹ A pesquisa referendada não alcança o recorte de tempo necessário ao presente estudo, a saber, 2010. No entanto, não deixa de ter importância dentro da argumentação que se pretende apresentar.

⁶⁰ O estudo do Dieese (2005) demonstra que o salário mínimo perdeu seu poder de compra de forma quase constante, exceto na década de 1950, em que seu poder de compra se manteve em um patamar relativamente elevado. Para se ter uma idéia sobre a década de 1950, segue que: “Entre 1952 e 1959, houve um forte crescimento de seu poder aquisitivo, que chegou, em 1957, ao maior valor médio anual da história: R\$ 1.106,05, a preços de março de 2005. De 1960 a 1964, seu valor permaneceu estável.” (DIEESE, 2005, p.04).

Embora haja essa corrosão descomunal, no interior dos dois mandatos de Lula, houve de fato um ganho efetivo do salário mínimo (DIEESE, 2010). Para se ter uma idéia, em janeiro de 2010, o aumento do salário mínimo real era de 53,6% em relação à abril de 2002. Esse aumento promoveu alguns impactos importantes na economia (DIEESE, 2010)⁶¹, inclusive sobre a redução da miséria (SILVA e LIMA, 2010; WEISSHEIMER, 2010). Contudo, frente ao processo de corrosão que se desdobrou desde 1940, essa variação positiva do governo Lula pouco significou. O patamar de abril de 2002, a partir do qual se efetua a valorização de 53,6%, representava 30,8% daquele salário mínimo de 1940.

Essa corrosão do salário mínimo efetivamente praticado⁶² pela inflação concorre para uma maior apropriação da renda por parte das burguesias, em prejuízo da classe trabalhadora. O uso recorrente desse expediente tornaria, ao cabo do século XX, crônico e irreformável a apropriação desigual da renda, tal como demonstrado. Apesar de todas as considerações, os ganhos reais do salário mínimo presentes nos dois mandatos de Lula participam, mais do que o Bolsa Família, como determinantes na melhora da situação da classe trabalhadora, em que pese seu caráter conjuntural e efêmero. Frente a tal panorama, parece que a Bolsa Família resultou positivamente apenas como ganho político ao PT, na medida em que se tornou uma poderosa ferramenta de administração das pressões sociais dos trabalhadores⁶³, frente às suas perdas salariais.

⁶¹ Sobre a valorização real do salário mínimo e seus impactos, consultar: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Política de Valorização do Salário Mínimo: Considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.** Nota Técnica, Nº 86, de Janeiro de 2010. 11p. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf>. Acesso em: 01-05-2012.

⁶² Qualifica-se dessa forma para diferenciar do salário mínimo constitucional, calculado pelo Dieese.

⁶³ Certamente, quando se diz aqui “reduziu de forma importante a combatividade da classe trabalhadora”, não se toma a avaliação em termos absolutos. Isso porque uma série de grandes mobilizações nacionais se fez presente sob o governo Lula. Elas não desapareceram do cenário brasileiro, somente foram aplacadas de forma importante.

Como se viu, o crescimento econômico também é aventado como corresponsável, mais do que o programa Bolsa Família, pela parca melhora da situação do estrato mais pauperizado da classe trabalhadora brasileira. A pergunta que surge é: será que esse crescimento usufruído pelo governo Lula possui base duradoura e sólida, capaz de sustentar por um longo tempo a melhora aludida? Mattei e Magalhães (2011) calcularam que o crescimento real médio do PIB, sob o governo Lula, foi de 3,4%, contra 2,4% dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso. Apesar de tal fato figurar a favor de Lula, “(...) *esses percentuais situam o Brasil entre os países com as menores taxas médias de crescimento do PIB dentre todos os países da América Latina no primeiro decênio do Século XXI.*” (MATTEI e MAGALHÃES, 2011, *grifo nosso*, p.149). Esse comportamento alterna “(...) *pequenos ciclos de crescimento, com reduções expressivas na seqüência.*”. (MATTEI e MAGALHÃES, 2011, *grifo nosso*, p.145). Portanto, além do crescimento ter sido tímido, foi também errático.

Aparentemente, existem motivos para a defesa de que o Brasil está melhor sob os mandatos de Lula, pois cresce a 3,4%, ao ano. No entanto, CARNEIRO (2007) aponta que em 2005 o país experimentou uma taxa de 2,5%, isto é, praticamente igual à média da década de 1990. Em tempo, são ainda Mattei e Magalhães (2011) que salientam o fato da média real de crescimento do PIB alcançar em 2009 o fosso do 1,0% negativo. Aqui, a denominada década perdida também pode ser (CARNEIRO, 2007) usada como referência, pois os 2,5% acima aludidos se apresentaram também nos anos 1984 e 1988. Sinteticamente, crescimento e investimento orbitam essa taxa média real, tanto no governo do PSDB, quanto no do PT.

Decorre da exposição anterior que crescimento econômico e salário mínimo, embora conjunturais, são determinantes mais significativos para a redução da miséria brasileira do que o próprio programa Bolsa Família, tido como centro da “revolução

silenciosa” de Lula. Sob outro aspecto, observa-se que a situação dos trabalhadores não é das mais positivas, pois a satisfação de suas necessidades está em larga medida condicionada à transferência de renda via política assistencial, com a Bolsa Família à frente. Como se viu, tais valores repassados aos beneficiários são diminutos e ainda sofrem uma profunda corrosão inflacionária. A pesquisa indica que a "revolução" do governo Lula *não* está oferecendo atenção devida aos trabalhadores, limitando-se a reorganizar uma série de políticas assistenciais advindas dos oito anos do governo do PSDB, deixando com isso importante margem de dúvida em relação aos seus objetivos centrais. Os dados apresentados indicam que sua “revolução silenciosa” não esteve à altura de criar as condições imprescindíveis à reversão da miséria no Brasil. Por conseguinte, as tarefas da revolução conservadora de 1930, abortadas em 1964 e relegadas ao esquecimento pela crise estrutural, não foram retomadas. A partir dessas constatações, torna-se inevitável a pergunta: se a “revolução silenciosa” está incapacitada de ofertar benefícios significativos à classe trabalhadora, então ela estaria vinculada a quais interesses? A resposta requer uma investigação sobre o conteúdo dela.

CAPÍTULO IV

4.1. A “revolução silenciosa” do governo Lula.

A avaliação do conteúdo da “revolução silenciosa” do governo Lula demanda uma análise sobre as condições de vida da classe trabalhadora, para a qual, ao menos em tese, o esforço revolucionário deveria destinar atenção. Realiza-se tal intento em primeiro lugar pela exposição da situação das famílias vinculadas ao programa Bolsa Família. Para tanto, inicia-se com a questão habitacional.

Considerando todo o país (SILVA e LIMA, 2010), no ano de 2009, as famílias que recebiam renda do programa contavam com uma média de 3,9 pessoas por domicílio. No Norte, esta cifra alcançava 4,3 pessoas, orbitando as demais médias das macrorregiões em torno da média nacional (3,97). Um segundo indicador importante para aferir as condições de habitação é o número médio de cômodos. Para a totalidade nacional dos domicílios que recebem o Bolsa Família, em 2009, este índice correspondia a 4,03. *“A região que abrigava as maiores habitações era o Nordeste, com uma média de 4,27 cômodos por domicílio, e a com menores habitações era a região Norte, na qual, em média, os domicílios atendidos possuíam 3,26 cômodos. (...)”* (SILVA e LIMA, 2010, grifo nosso, p.45-46).

Tais domicílios são construídos com variados materiais. Verifica-se (SILVA e LIMA, 2010) que parte significativa dos núcleos familiares no país, a saber, 69% em 2006 e 65% em 2009 residiam em domicílios de tijolos e/ou alvenaria. Esta alta incidência de alvenaria não indica habitações com condições adequadas de moradia:

“Cumprе ressaltar que, no Nordeste, apesar de 74,3% das famílias atendidas residirem em domicílios de alvenaria, ocorria a maior incidência de construções precárias, feitas de adobe ou taipa, destacando-se os Estados do Maranhão e do Piauí, exatamente os mais pobres do país, em que respectivamente, 51,6% e 47,8% das famílias inseridas no Bolsa Família habitavam este tipo de construção, segundo os dados de 2009.” (SILVA e LIMA, 2010, p.45-46).

Esse cenário se altera quando se trata de outras regiões: no Norte e no Sul as residências das famílias são predominantemente construídas com madeiras: respectivamente, 57,2% e 46,7% dos domicílios.

É interessante notar o número elevado de famílias participantes do Bolsa Família que possuem acesso à iluminação por energia elétrica com relógio próprio. Em 2009, a porcentagem alcançava a cifra de 83,6% das famílias: além dessas, “(...) 6,3% dos domicílios ainda contavam com iluminação sem relógio e 10,1% não possuíam iluminação.” (SILVA e LIMA, 2010, *grifo nosso*, p.46). Considerando as macrorregiões, tem-se que

“A região Norte apresentava-se em maior desvantagem em relação às demais, pois, em 2009, apenas 66,8% das famílias tinham acesso à iluminação com relógio próprio (...) Ademais, esta região, além de se situar bem abaixo da média nacional, sobressai com o maior percentual de domicílios atendidos sem iluminação (21,9% em 2009). Por outro lado, o Sul e o Sudeste apresentavam as maiores proporções de domicílios dotados de iluminação com relógio próprio (91,2% e 91,1%), respectivamente, em 2009). Curiosamente, a região Nordeste, embora caracterizada como uma das mais pobres do país, aproximava-se da média nacional no tocante a este indicador, com 82,4% dos domicílios beneficiários do programa dotados de iluminação com relógio próprio neste último ano.” (SILVA e LIMA, 2010, p.46-47).

Esse elevado índice de acesso à energia elétrica com relógio próprio pelos trabalhadores vinculados ao Bolsa Família possibilita sua conversão, além de compradores de energia elétrica, também em compradores de mercadorias básicas. Tais mercadorias variam desde alimentos, passando por eletrodomésticos, eletroeletrônicos, até maquinaria de pequeno porte, utilizada em diminutos empreendimentos privados. A avaliação da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (BRASIL, 2004 e 2006) permite asseverar que as mercadorias estão mais presentes no cotidiano das famílias que recebem transferências de programas sociais do governo Lula. As pesquisas indicam

que o nível de compra sofre uma variação positiva, podendo ser parte desse comportamento atribuído ao programa Bolsa Família, associado ao aumento de crédito e microcrédito no varejo local⁶⁴.

Vale observar que aumentou, entre 2004 e 2006, de 72,1% para 76,6% (4,5%) o número de famílias que possuíam geladeiras; o aumento para freezer foi de 6,1% para 6,3% (0,2%). O acesso aos telefones aumentou de 34,2% para 50,9% (16,7%). A variação do número de máquinas de lavar roupa foi de 7,6% para 10,2% (2,6%). A presença das televisões aumentou de 82,5% para 87,9% (5,4%) e de microcomputadores de 1,4% para 3,1% (1,7%). Embora sua presença seja massiva, o percentual de rádios foi o único que decresceu, mas apenas em 0,1%, de 81,7% para 81,6%.

Dentre essas mercadorias, existem variações relativamente equilibradas para a compra de todas elas, com algum destaque para geladeiras, 4,5%; televisores, 5,4% e telefonia, comparecendo com 16,7%. Igualmente, merece atenção não a variação, mas sim o percentual de famílias com telefones (50,9%), geladeiras (76,6%), rádios (81,6%) e com 87,9% de televisões. As mesmas pesquisas (BRASIL, 2004 e 2006) indicam também a ocorrência de mercadorias mais elementares, relacionadas digamos à satisfação de carências mais fundamentais da reprodução dos trabalhadores. A água potável é um exemplo: a presença de abastecimento nas casas das famílias variou de 69,0% para 71,3% (1,3%), ou seja, variação menor que a da compra de microcomputadores (1,7%), de geladeiras (4,5%), de televisão (5,4%) e de telefones (16,7%). Ainda nessa trilha, verifica-se que o esgotamento sanitário variou de 42,4% para 46,3% (3,9%), a saber, menos do que o acréscimo na compra de geladeiras (4,5%), televisão (5,4%) e telefones (16,7%). Por fim, resta a coleta de lixo. Esta aumentou de

⁶⁴ Reforça-se que as variações apresentadas, relativas aos bens de consumo duráveis, não são totalmente decorrentes da renda transferida pelo programa Bolsa Família.

66,0% para 70,8% (4,8%), menos do que televisão (5,4%) e telefones (16,7%). Até aqui, tratou-se das variações, mas o drama do cenário pode ainda ser mostrado pelos percentuais absolutos: a presença de telefone (50,9%), geladeira (76,6%), de rádio (81,6%) e de televisão (87,9%) pode ser comparada com abastecimento de água (71,3%), esgotamento sanitário (46,3%) e coleta de lixo (70,8%). Pode-se dizer que faltou certo empenho em proporcionar as condições mínimas à vida. Parece que os esforços estão direcionados à transformação das famílias pauperizadas em compradores de pequenas mercadorias.

Vale mais uma observação em relação ao abastecimento de água potável, qual seja: referenciado no ano de 2009, verifica-se uma queda no número de famílias com acesso a essa mercadoria, precisamente de 69,0%, em 2004 para 71,3%, em 2006 e 65,7%, em 2009 (SILVA e LIMA, 2010). A situação é trágica em algumas macrorregiões brasileiras, tal como segue:

“Verifica-se que a região Norte, seguida da região Nordeste, mais uma vez se destacava por apresentar a pior situação, já que menos da metade das famílias beneficiárias nessa região (45,0%) tinha acesso à rede pública de abastecimento de água. Especificamente nos Estados de Rondônia, Acre e Pará o quadro era ainda mais alarmante, já que somente 24,2%, 36,5% e 39,9% dos domicílios, respectivamente, contavam com este serviço de utilidade pública. Em contrapartida, as regiões Sudeste (78,7%), Sul (76,5%) e Centro-Oeste (71,5%) superava a média nacional em relação a este indicador.” (SILVA e LIMA, 2010, p.47).

Essas estatísticas dizem respeito ao acesso ao abastecimento público de água. Nada diz sobre as formas de tratamento. Silva e Lima (2010) apontam que, ao considerar o Brasil, 38,2% das famílias vinculadas ao Bolsa Família tratavam em 2009 a água por meio de filtros e 35,5%, por meio da cloração. Registra-se ainda que 21,6%

delas não tratavam a água por nenhum meio. Frente às macrorregiões, o cenário é o seguinte:

“As regiões em melhor situação em 2009 eram o Centro-Oeste e o Sudeste, com respectivamente 13,0% e 15,0% dos domicílios sem qualquer tipo de tratamento de água. Em contraposição, chama a atenção o quadro mais desvantajoso do Sul, onde 36% dos domicílios beneficiários do Bolsa Família em 2009 não possuíam água tratada, estando em penúltima posição a região Norte com 26,8% dos domicílios nesta condição.” (SILVA e LIMA, 2010, p.48).

No que se refere ao escoamento sanitário (SILVA e LIMA, 2010), somente 54,2% dos domicílios das famílias vinculadas ao programa tinha acesso à rede pública de esgoto ou fossa séptica. Essa porcentagem sobe para 67,8%, quando se considera exclusivamente o espaço urbano. Neste aspecto,

“(…) os dados revelam que novamente a região Norte se encontrava em pior situação, pois apresentava somente 34,2% dos domicílios com acesso à rede pública de esgoto ou fossa séptica, encontrando-se nos Estados do Acre e do Pará os menores índices da região e do país (27,7% e 19,4%, respectivamente). O panorama do Nordeste também não se mostrava muito diferente, pois este percentual era de apenas 46,3%, sendo o Maranhão o Estado em pior situação, onde apenas 29,5% dos domicílios tinham acesso a escoamento sanitário adequado.” (SILVA e LIMA, 2010, p.48-49).

4.2. A miséria para além da Bolsa Família e do CadÚnico.

Seguramente, o escopo da miséria brasileira é mais amplo do que aquele abordado pelo Bolsa Família. Isso pode ser notado pelo número de inscritos no CadÚnico. Ora, ao se inscrever no CadÚnico a família não tem garantia de que receberá as transferências do Bolsa Família. Isso cria uma faixa de pessoas que, embora estejam aptas ao recebimento, não têm acesso a ele. Desse modo, para efeito de cálculo, existem (BRASIL, 2011) 17,5 milhões de famílias inscritas, cuja renda se situa entre zero e

R\$140,00 e que atendem ao quesito renda para o recebimento da Bolsa Família⁶⁵. Tomando o Censo (2010) como referência, tem-se que a média de pessoas por família no Brasil alcançou o patamar de 3,3. Ou seja, 17,5 milhões de famílias multiplicadas pela média de pessoas por residência, tem-se 57,8 milhões de pessoas aptas a receber a transferência de renda do Bolsa Família. Dentre esses, são atendidos 43,8 milhões de pessoas: resultantes da multiplicação de 13,3 milhões de famílias (BRASIL, 2011) por 3,3. Todo esse contingente se situa abaixo da linha da pobreza, considerada pelo programa em estudo: renda familiar *per capita* mensal, de R\$140. Ao elevar essa linha, a presente pesquisa se deparou com resultados impressionantes.

Para tanto, reporta-se ainda às famílias inscritas no CadÚnico (BRASIL, 2011). Ali, existem inscritos cuja renda é maior do que aquela tida como limite pelo Bolsa Família. Isso cria uma faixa nova, qual seja, entre zero e meio salário mínimo: R\$255,00, considerando o salário mínimo de R\$510,00, vigente à época. Exclusivamente dentro desse espectro, até novembro de 2011, existiam 20,3 milhões de famílias inscritas no CadÚnico (BRASIL, 2011). Utilizando ainda a média de 3,3 pessoas por domicílios particulares, estabelecida pelo Censo (2010), há de se notar a impressionante presença de 67,2 milhões de pessoas, cuja renda familiar *per capita* mensal está entre zero e meio salário mínimo.

Alternativamente, pode-se utilizar a média de indivíduos por residência, do Censo (2010) para o ano de 2009, qual seja, 3,9: ao multiplicá-la pela quantidade de famílias supracitada, chega-se ao montante de 79,4 milhões de pessoas com renda até meio salário mínimo.

⁶⁵ Esse número representa todas as famílias aptas a receberem o benefício da Bolsa Família. Ou seja, embora estejam, pelos critérios do CadÚnico, nessas condições, apenas uma parte delas recebem as transferências do programa Bolsa Família.

Ainda assim, é preciso dizer que essa cifra pode estar subestimada. Isso pode ser deduzido quando se acrescenta um recorte de renda ao cálculo da média de pessoas por domicílios, nos seguintes termos. A metodologia do Censo (2010) indica que a média de 3,3 é construída desconsiderando o perfil da renda auferida pelas famílias. Ou seja, ela coloca no mesmo universo as famílias com elevadíssimos rendimentos e as famílias miseráveis. Assim, seria interessante perguntar: qual é a média de pessoas por família que, exclusivamente, se enquadram na faixa de renda entre zero e meio salário mínimo, R\$ 255,00?

Esse dado pode ser extraído do próprio Censo (2010). Ele oferece o número de pessoas cuja renda alcança meio salário mínimo, qual seja, 57,9 milhões. Em outro momento da pesquisa, o Censo (2010) mostra que existem 15,8 milhões de domicílios particulares, habitados exclusivamente por pessoas com renda dentro da faixa acima aludida. De porte desses dados e pela divisão de um pelo outro, chega-se à média de trabalhadores (*com renda até meio salário mínimo*) por domicílios particulares, qual seja, 3,6. Não parece que existe uma diferença significativa entre essa média (3,6, *com o corte de renda*) e a outra (3,3, *sem corte de renda*). Todavia, quando se multiplica 3,6 pelas 20,3 milhões de famílias inscritas no CadÚnico (BRASIL, 2011), cuja renda é justamente igual ao parâmetro usado para calcular a média de 3,6, chega-se a 74,5 milhões de pessoas inscritas no referido cadastro, ao invés de 67,2 milhões, pelo critério anterior, com a média de 3,3.

É preciso salientar que os dados referenciados dizem respeito às famílias cadastradas no CadÚnico. Nada garante que esse cadastro apreenda a totalidade das famílias com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo. Pode ser que existam milhões delas que não estão ali presentes.

Como se viu, o aumento da linha de R\$140 (critério Bolsa Família) para R\$255 (critério CadÚnico, para além do Bolsa Família), pode proporcionar uma visualização mais ampla da miséria brasileira. No caso, o recorte de R\$140 identifica 47,8 milhões de trabalhadores pobres, ao passo que o recorte de meio salário mínimo identifica 74,5 milhões de pobres. Este recurso tem um efeito revelador, quando se amplia a faixa de rendimento limite. O Censo (2010) indica que a população total residente do Brasil é 190,7 milhões de pessoas. Também aponta que, desses, 161 milhões de pessoas possui dez anos de idade ou mais e que residem em domicílios particulares⁶⁶. Tomando este último dado como universo de referência, pode-se criar diversas faixas de renda e observar o número de pessoas situadas nelas.

Dos 161 milhões de indivíduos residentes em domicílios particulares, com idade acima de dez anos, tem-se que 21 milhões perfazem (CENSO, 2010) renda entre zero e 25% do salário mínimo (vale lembrar: R\$510,00, à época). Excetuando esses, 30,9 milhões de trabalhadores obtêm renda entre 25% e 50% do salário mínimo de referência e 45,7 milhões de pessoas perfazem rendimentos entre 50% e 1 salário mínimo. Somando as três faixas, nota-se que o Brasil possui impressionantes 97,8 milhões de trabalhadores, cuja renda varia entre zero e 1 salário mínimo. Percentualmente, são 60,7% do total de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares.

Esse exercício pode ser feito elevando a linha de pobreza para faixas mais altas. Ainda lançando mão das estatísticas do Censo (2010), tem-se que daquele total de 161 milhões de pessoas, com mais de dez anos de idade, residentes em domicílios particulares no Brasil, 131,3 milhões usufruem de uma renda que varia entre zero e 2

⁶⁶ O próprio Censo considera o recorte de idade acima de 10 anos. Portanto, não se trata de uma opção desta pesquisa. Consultar metodologias em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

salários mínimos (nominalmente falando, entre zero e R\$1.020,00). Trata-se de 81,5% do total de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares. A mesma fonte indica que 141.559.409 obtém renda entre zero e 3 salários mínimos (nominalmente: zero e R\$1.530,00): ou seja, 87,5% dos residentes em domicílios particulares. E, finalmente, 148,9 milhões perfazem renda entre zero e 5 salários mínimos (entre zero e R\$2.550,00): a saber, desumanamente 92,5% dos residentes em domicílios particulares. Considerando a população total do Brasil, 190,7 milhões de pessoas, verifica-se que 78% dela está nessa faixa de renda. Essa situação nada desprezível indica a pouca vinculação da “revolução silenciosa” com a classe trabalhadora: o seu conteúdo parece estar destinado a outro fim e não à reversão da miséria, o que torna o cenário brasileiro dramático.

4.3. A miséria segundo os parâmetros da Constituição de 1988.

Para além do que foi retratado aqui, duas ordens de questões são relevantes ao delineamento da “revolução silenciosa” do governo Lula e o embotamento de suas capacidades. A primeira delas está relacionada com a linha da *pobreza* estabelecida pelo programa Bolsa Família, como se viu, renda familiar *per capita* mensal de R\$140,00. Este patamar pode ser estabelecido pelos parâmetros da Constituição Federal, de 1988⁶⁷. No inciso IV, do Artigo 7º, do capítulo II, que dispõe sobre os Direitos Sociais, consta o seguinte:

⁶⁷ Um interessante panorama sobre as das metodologias de classificação da pobreza pode ser obtido em: ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil - afinal de que se trata?** 3.ed. Rio de Janeiro: FVG Editora. 2007. 244p. Para uma apresentação mais resumida, ver: MARTINI, Ricardo Agostini. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza.** In. Revista Economia Ensaios, Vol 24, Nº02, 2010. 22p. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/8147/7859>. Acesso em: 01-05-2012.

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2012, s/p.).

Como se vê, o excerto trata da renda necessária à satisfação das carências vitais básicas do trabalhador e de sua família. De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2011), o texto constitucional oferece uma referência de salário mínimo⁶⁸, abaixo do qual a família do trabalhador se reproduz em condições subumanas. O nível salarial exposto na lei acima referida trata de um patamar mínimo estabelecido pelo direito burguês (SAMPAIO JÚNIOR, 2011).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese - existe (DIEESE, 2012) uma profunda diferença entre o valor realmente pago e aquele estabelecido na lei. A partir dessa constatação, o Dieese se empenha em calcular qual seria o salário mínimo em conformidade com a Constituição de 1988:

“(…), com base na determinação que deu origem ao primeiro salário mínimo, estima, desde 1959, qual o valor necessário do salário mínimo para garantir a manutenção do trabalhador e de sua família, considerando que esta é composta de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças).” (DIEESE, 2005, p.03).

⁶⁸ Considerações importantes sobre salário mínimo podem ser apreendidas em: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Salário mínimo, uma questão econômica e de política**. Revista Estudos e Pesquisa. Ano I, Nº 09, de abril de 2005. 26p. Também, em: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Salário Mínimo Constitucional**. NOTA TÉCNICA, Nº 08, de outubro de 2005a. 5p.

Lançando mão dessa metodologia, o Dieese (2012) estabeleceu, para dezembro de 2010, que o salário mínimo constitucional deveria ser R\$ 2.227,53: muito distante daquele vigente na data de referência, R\$ 510. Este cálculo permite nivelar a linha de pobreza no patamar do salário mínimo constitucional. Tal medida altera parte dos dados expostos: pelas estatísticas do Censo (2010), de uma população total de 190,7 milhões de brasileiros residentes, 161 milhões são indivíduos com dez anos de idade ou mais, que residem em domicílios particulares no país. Tomando o salário mínimo constitucional (R\$ 2.227,53⁶⁹) como linha de pobreza, nota-se que, desses 161 milhões de trabalhadores, aproximadamente 148,9 milhões poderiam ser classificados como pobres. Isto é, 92,4% dos brasileiros, com idade superior a dez anos e residentes em domicílios particulares são pobres. Considerando toda a população brasileira, sob tais critérios, 78% dela seria enquadrada como pobre.

A segunda questão aludida anteriormente ainda resta: a dramática miséria que assola a classe trabalhadora brasileira, e que fora introdutoriamente demonstrada até aqui, está circunscrita à parcela dos trabalhadores que residem em domicílios. As estatísticas dos institutos aqui referendados, bem como aquelas criadas pelo próprio programa Bolsa Família, consideram renda familiar *per capita* mensal e, vale frisar, *domiciliar*. Estão, portanto, fora dessas estatísticas toda sorte de trabalhadores que não residem em domicílios particulares. Para ser mais preciso:

⁶⁹ Note que supor a linha de pobreza pelo salário mínimo do Dieese é fixá-la no patamar de R\$ 2.227,53 mensais. Não obstante, o Censo de 2010 apresenta suas estatísticas de pessoas *versus* renda utilizando um recorte que vai de zero a cinco salários mínimos de R\$ 510,00: ou seja, entre zero e R\$ 2.550,00, com um teto acima daquele necessário ao interesse do cálculo da presente pesquisa. Isso cria uma dificuldade para se quantificar por meio do Censo (2010) o número exato de pessoas cuja renda está abaixo da linha do Dieese, pois os recortes de renda não se justapõem, a saber, R\$ 2.227,53 (Dieese) e R\$ 2.550,00 (Censo). Por conta disso, a presente pesquisa pode somente apresentar o número aproximado de pessoas abaixo da linha da pobreza (148,9 milhões), quando esta é equiparada ao salário mínimo do Dieese, de R\$ 2.227,53.

“Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. [O domicílio particular é aquele] (...) onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. (CENSO, 2010, p.26).

O que se pretende apontar é que as levadas de trabalhadores desempregados que não possuem domicílio algum, mas sim sobrevivem nas ruas das cidades brasileiras, não são considerados pelas estatísticas aqui referenciadas, indicando que a situação da classe trabalhadora é mais trágica do que os números acima são capazes de demonstrar. Não à toa, as tensões entre as classes aumentaram de modo importante, redundando na média de 50 mil homicídios por ano, no Brasil (WASELFISZ, 2012). A chamada “revolução silenciosa” concentrou seus esforços na distribuição de bolsas, cujo valor médio está em R\$105. Para tanto, bastou realizar um processo de unificação restrita de programas assistenciais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) já existentes no governo de Fernando Henrique Cardoso. Evidentemente, o processo demandou uma institucionalidade específica, da qual parte também veio do governo antecedente.

4.4. A “revolução silenciosa” e o Estado brasileiro.

Em face dessa tragédia social, é preciso retomar os apontamentos feitos nos capítulos anteriores. A revolução brasileira de 1930 teve um desfecho conservador, em 1964, o qual se desdobraria em vinte anos de ditadura civil-militar, ou seja, de

contrarrevolução propriamente dita. Esta última, sob a determinação da crise estrutural, aprofundou a miséria brasileira, transbordando-a ao subsequente período democrático conservador. Frente a esses desdobramentos, Fernando Henrique Cardoso criou em seus dois mandatos uma série de políticas assistenciais, de corte neoliberal, as quais foram de fato continuadas e aprimoradas pelo governo Lula. A julgar pela situação ainda miserável dos trabalhadores no Brasil, fortes motivos indicam que a “revolução silenciosa” não está capacitada a proporcionar qualquer melhora na situação dos trabalhadores. Por meio dessa constatação é possível recolocar a perguntar: se o conteúdo da “revolução” de Lula dista das necessidades dos trabalhadores, a quais necessidades ela se vincula? Para responder tal questão, é preciso analisar a atuação do referido governo no comando do Estado.

A chegada do PT à Presidência da República resultou seguramente em uma postura específica frente ao Estado. De acordo com Miguel Bruno, o Estado passou a desempenhar

“(…) a função primordial de grande fiador dessa institucionalidade neoliberal, garantindo que a acumulação bancária e financeira e os lucros das grandes empresas nacionais e estrangeiras possam desenvolver-se sem entraves endógenos maiores e possam ser transferidos às matrizes e alocados em mercados globais, com baixo custo de movimentação, de acordo com as prerrogativas de seus proprietários e acionistas.” (BRUNO, 2010, p.75).

Ainda de acordo com Bruno (2010), esse comportamento tem sido uma constante, trazendo consigo uma importante elevação da dívida pública, a qual se “(…) torna a base para uma acumulação financeira e patrimonial, freqüentemente a expensas da acumulação nos setores diretamente produtivos.” (BRUNO, 2010, grifo nosso, p.74). A dívida pública é convertida na mediação por onde se extrai renda real,

impactando negativamente a capacidade do investimento produtivo: tal fato aprofunda o problema do desemprego, transformando-o em algo crônico, em meio à atual crise.

No bojo desses condicionantes, duas dimensões contraditórias são relevantes para a presente discussão:

“Se, por um lado, o papel dos Estados nacionais e dos fundos mútuos e de pensão como instrumentos de extração de renda real para a alimentação do capital financeiro cigano minora a dimensão fictícia desses capitais, por outro vai acirrando as contradições inerentes a um sistema que vê diminuir o capital produtivo (que gera renda real) enquanto engorda o capital financeiro (que extrai renda real do sistema e incha ficticiamente nos mercados secundários, exigindo ainda mais renda). (PAULANI, 2008, p.47).

Ou seja, o controle exercido pelas burguesias rentistas reforça a hipertrofia do capital financeiro. Esse exige diuturnamente uma maior extração de valor dos processos produtivos reais, transferindo-o à esfera da valorização fictícia, alimentando-a constantemente. Embora exista essa necessidade de alimentação diuturna, a base objetiva de produção de valor tem se reduzido por meio da imensa substituição de trabalho vivo por morto, intensificada principalmente depois da década de 1970, com a crise estrutural⁷⁰. Essa contradição também se desenvolveu no Brasil. Não à toa os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula institucionalizam o assalto ao tempo social de reprodução da força de trabalho, precisamente de onde sai a renda para a composição dos tais fundos públicos. Cria-se assim um mecanismo de “(...) *financeirização por renda de juros que aprisiona o Estado à lógica e natureza desse tipo de acumulação patrimonial.*” (BRUNO, 2010, *grifo nosso*, p.74).

⁷⁰ A constrição da base de produção e valor conforma um cenário em que o desemprego se torna crônico, transformando-se em um limite absoluto à expansão do sistema do capital. O tema está desenvolvido em: MÉSZÁROS, István. A ativação dos limites absolutos do capital. In.: _____. **Para além do capital:** rumo ao uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 216-344.

Em relação ao poder político, tais posturas afetam de forma ampla e negativa a classe trabalhadora, a partir do que:

“(…) o temor de que o aumento do desemprego e da pobreza gere um quadro de convulsão social tende a enrijecer ainda mais o caráter elitista e fechado do circuito político, reforçando o caráter autocrático do padrão de dominação burguesa (...). Sem deslocamentos significativos na composição do bloco do poder, é bastante remota - para não dizer nula - a possibilidade de rupturas políticas que possam abalar os alicerces do Estado neoliberal (...), abrindo espaço para mudanças qualitativas no padrão de intervenção do Estado na economia.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.130).

Desta feita, ao operar uma significativa submissão do Estado aos interesses do capital financeiro, o governo Lula tolhe qualquer possibilidade de reversão do quadro da miséria brasileira. Se a “revolução silenciosa” não está dedicada a tal tarefa, então, a pergunta fundamental que guia esta pesquisa continua em suspensão: qual o conteúdo dela? A quais interesses ela se vincula? E quais são suas realizações?

A resposta passa pela apreensão das linhas de continuidade entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, afastando assim qualquer ilusão sobre a presença de mudanças substantivas entre ambos. Após essas considerações, inicia-se pela Lei Complementar Nº101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta foi criada (PAULANI, 2008) em maio de 2000, em uma negociação realizada entre Fernando Henrique Cardoso e o FMI, como contrapartida do apoio deste ao estancamento da imensa fuga de capitais especulativos experimentada no ano de 1999. A referida lei possuía o objetivo de

“(…) estabelecer uma hierarquia nos gastos públicos que coloca em primeiríssimo e indisputável lugar o credor financeiro, em detrimento da alocação de recursos com fins distributivos (políticas de renda e políticas públicas de modo geral) e da viabilização de investimentos públicos. Por outro lado, a ‘austeridade fiscal’ da LRF, que exige de

prefeitos e governadores esse tremendo aperto e a redução impiedosa dos gastos na área social, não impõe nenhum controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública do país em favor dos credores nacionais e internacionais.” (PAULANI, 2008, p.58).

Em outras palavras: *“Os estados e municípios são premiados a uma gestão mais rigorosa do orçamento no que concerne às despesas com pessoal e aos gastos sociais, mas estão liberados para pagar suas despesas financeiras sem limites fixados por essa lei.”* (BRUNO, 2010, *grifo nosso*, p.86). Esta garantia ao pagamento da dívida pública - prioridade irrestrita à remuneração do capital financeiro - vem acompanhada da manutenção do patamar elevado dos juros incidentes sobre ela. O fato do país praticar as taxas mais altas do mundo (PAULANI, 2008; BRUNO, 2010; COGGIOLA, 2004) indica o forte compromisso com o capital rentista em detrimento da classe trabalhadora brasileira. Essa postura tão presente em Fernando Henrique Cardoso é intensificada no governo Lula e abriu três tendências problemáticas. Primeira: os Estados e municípios comprometem suas potenciais funções frente aos trabalhadores para arcar com o ônus da sucção operada pelo capital financeiro. Segunda: eles tendem a aumentar a carga tributária para dar conta de, na forma da lei, honrar com suas dívidas. Terceira: os maiores juros do mundo concorrem para a elevação do custo dessa dívida, limitando a atuação do Estado sobre os problemas da nação.

Para se ter uma idéia, de acordo com os cálculos de Bruno (2010), feitos com base nos dados do Ipeadata, a carga tributária total do Brasil em 1996 era de aproximadamente 25% do PIB, ao passo que a dívida interna do setor público estava em 25,5% do PIB. Em 2006, a carga tributária passa a aproximadamente 34,5% do PIB, ao passo que a dívida interna do setor público se situava em 46% do PIB. Para o ano de 2009, a primeira sobre para 35% do PIB e a segunda para 52%. Especificamente sobre os valores da dívida pública, no ano de 1994, ela se encontrava (CARCANHOLO,

2010) em R\$ 153,20 bilhões. Ao término do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, ela estava em R\$ 881,10 bilhões. Evidentemente, este comportamento cria uma forte tendência ao endividamento para a remuneração ao capital financeiro. Sob o governo Lula, ela seria intensificada: em 2006, a dívida já estava em R\$ 1,06 trilhões; em 2009, R\$ 1,37 trilhões. Por fim, em 2010, ela chega à R\$ 1,89 trilhões; nada menos que 60% do PIB. Essas implicações não foram recolocadas na pauta de discussão do governo Lula. Ao adquirir a Lei de Responsabilidade Fiscal como herança de Fernando Henrique Cardoso, Lula zelou por ela, utilizando-a como garantia jurídica ao capital financeiro. Seguramente, essa postura gabaritou ainda mais o Brasil às aventuras no circuito internacional da valorização financeira.

Passando para outro elemento herdado do governo do PSDB, conforme Dias (2011), em 1994, criou-se o Fundo Social de Emergência, que seria prorrogado e alterado pela Emenda Constitucional nº10/1996 para Fundo de Estabilização Fiscal. Este último foi convertido pela Emenda Constitucional nº27/2000 na Desvinculação de Receitas da União - DRU, que vigoraria até 2003. A DRU possui uma forte influência sobre a classe trabalhadora brasileira, nos seguintes termos:

“Como o art. 195 da Constituição Federal determina que as contribuições sociais sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro financiem exclusivamente a seguridade social, a desvinculação liberou receitas desse orçamento para gastos de natureza fiscal. O pagamento de juros e amortização da dívida, em especial, são despesas próprias do orçamento fiscal, com raras e específicas exceções. (...) O mecanismo da DRU tem papel fundamental para que a meta de superávit primário seja alcançada. Não estivessem desvinculadas as receitas da seguridade social, a destinação legal das contribuições sociais estaria mantida e os recursos acabariam por ser aplicados em gastos com previdência, saúde ou assistência social” (DIAS, 2011, p.11-12).

Assim, a DRU foi criada para burlar a Constituição Federal de 1988, pois ela retira (PAULANI e PATO, 2005) recursos constitucionais da educação, da saúde e principalmente da seguridade social e os insere no orçamento da federação, para que essa o destine para fins fiscais: leia-se, composição do superávit primário para o pagamento de juros e amortização da dívida pública brasileira. Eis o benefício aos credores do Brasil, a saber, o capital financeiro.

Contrariamente ao que se esperaria de uma “revolução silenciosa”, o governo do Partido dos Trabalhadores não extinguiu esse expediente da DRU, mas sim a prorrogou até 2007 por meio da Emenda Constitucional nº42/2003, ano em que pela Emenda Constitucional nº56/2007, ela foi novamente protelada. De porte dos dados do Balanço Geral da União, Dias (2011) calcula-se que os recursos desvinculados em 2010 representaram ao governo Lula R\$ 105,29 bilhões, os quais foram conduzidos à remuneração do capital financeiro, via dívida pública. Interessante observar que esse montante seria suficiente para manter o programa Bolsa Família por 7 anos e 9 meses, considerando o orçamento de R\$ 13,40 bilhões, para o ano de 2010.

Outro expediente de sucção de recursos, surgido antes do governo Lula e mantido após sua ascensão à presidência, foi as contas CC5. Elas surgiram na década de 1960. Naquela ocasião, funcionavam como “(...) *contas exclusivas para não residentes, que permitiam, graças a uma lei de 1962, a livre disposição de recursos em divisas (...)*” (PAULANI, 2010, *grifo nosso*, p.120). Elas sofreram (PAULANI, 2008, 2010) no ano de 1992 mudanças regulatórias significativas, lavadas a cabo pelo Banco Central durante o governo do presidente Itamar Franco⁷¹. As alterações fizeram parte do

⁷¹ Importa registrar que a realização de tal tarefa à burguesia rentista era considerada tão emergencial que os quesitos legais, do tão aclamado Estado de Direitos, foram postos à margem do processo: “Ocorre que essa transformação foi feita de modo completamente irregular, pois uma lei federal não pode ser regulamentada por um órgão de hierarquia constitucional inferior. Em outras palavras, o Congresso teria de ser ouvido e não foi. A mudança foi feita singelamente, mediante um *carta circular* do Banco Central,

processo de desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e consistiam no seguinte:

“Em primeiro lugar, alargou-se o conceito de ‘não residentes’, incluindo-se aí não apenas as pessoas físicas ou jurídicas que estivessem em trânsito pelo país, mas também as contas livres de instituições financeiras do exterior (instituições financeiras estrangeiras não autorizadas a funcionar no país). Além disso, as CC5 passaram a poder remeter livremente ao exterior não apenas os saldos em moeda doméstica resultantes da conversão da moeda estrangeira com a qual os não-residentes tivessem entrado no país, mas todos e quaisquer saldos.” (PAULANI, 2008, p.41-42).

A partir de então, qualquer agente poderia “(...), *independente de ser ou não residente, enviar sem restrições recursos ao exterior, bastando, para tanto, depositar moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não-residente.*” (PAULANI, 2008, *grifo nosso*, p.42). Tal medida foi justificada pela “(...) *necessidade de modernizar o mercado financeiro brasileiro através de sua desregulamentação.*” (PAULANI, 2010, *grifo nosso*, p.121). Intensificando a liberalização dos fluxos de capitais fictícios ao exterior, as contas CC5 seriam utilizadas como desaguadouros de renda real à esfera do capital financeiro global. Não foi certamente a “revolução silenciosa” de Lula que tentou restringir esse processo, menos ainda revertê-lo. A questão simplesmente não entrou em pauta.

No alvorecer do século XXI, Fernando Henrique Cardoso criaria mais uma importante herança ao governo Lula. Em setembro de 2001, ele se compromete com o FMI a minorar ou evitar completamente os impactos negativos da CPMF nos mercados

um instrumento que não pode conter disposições sobre questões substantivas, mas apenas *esclarecer*, do ponto de vista operacional, determinações do Conselho Monetário Nacional. A mudança que essa transformação produziu foi tamanha (a declaração da liberdade de enviar recursos ao exterior) que o mercado permaneceu incrédulo, até que, em novembro de 1993, na gestão de Gustavo Franco na área externa do Banco Central, foi publicada uma ‘cartilha’ que escancarou para os agentes aquilo que eles estavam vendo sem acreditar. Não por acaso a tal cartilha ficou conhecida no mercado como ‘cartilha da sacanagem cambial’.” (PAULANI, 2010, *grifo da autora*, p.121).

de capitais. No ano seguinte, em dezembro de 2002, dá-se o desfecho desse compromisso conservador, quando se aprovou a

“(...) a emenda constitucional nº37, que isenta da incidência desses tributos os valores aplicados em bolsa de valores. Também passou a ser isenta de imposto de renda a distribuição de lucros de empresas a seus sócios brasileiros ou estrangeiros e a remessa de lucros ao exterior (...)” (PAULANI, 2008, p.58-59).

Esta medida também foi mantida pelo governo Lula, até a extinção da própria CPMF, no ano de 2007, fato este lamentado pelo próprio presidente⁷². Nessa perspectiva, o favorecimento à remessa de lucros e dividendos ao exterior é patente, o que aumentou (CARCANHOLO, 2010) de modo importante a vulnerabilidade brasileira às instabilidades externas. Seguramente, essas heranças, na medida em que foram mantidas, tolheram de modo grandioso a capacidade de reversão da miséria do Brasil.

Deixando à margem as heranças e concentrando nos feitos de Lula, é possível notar seu empenho, logo de saída, em transformar a previdência pública brasileira em um mercado lucrativo aos grandes oligopólios privados. Nos primeiros meses, ainda em 2003, o governo propôs

“(...) várias alterações nessa área, mas que afeta fundamentalmente o funcionalismo público, já que, no setor privado, a reforma fora implantada pelo governo anterior. Seu sentido básico foi alterar o funcionamento do sistema previdenciário dessa faixa de trabalhadores. Pretextando déficits insustentáveis e que se agravariam com o tempo, o governo propôs mudanças no sistema de previdência do funcionalismo que, concretamente, implicam a transição para um

⁷² O pronunciamento se deu na abertura dos trabalhos do Congresso para o ano de 2008. Sobre o assunto, ver reportagem: JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Lula lamenta fim da CPMF em mensagem ao Congresso**. Caderno de Política. 6 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-lamenta-fim-da-cpmf-em-mensagem-ao-congresso,120568,0.htm>. Acesso em: 10-02-2008.

regime de ‘capitalização’, em substituição ao regime de ‘repartição simples’ até então vigente. (...). Prioritariamente, criou-se um limite ao benefício pago pela previdência social pública, sob o pretexto da situação - insuportavelmente emergencial - de acúmulos de *déficits* insolúveis; tal fato criou (...) finalmente o grande mercado de previdência complementar, que havia mais de duas décadas vinha despertando a cobiça do setor financeiro privado nacional e internacional.” (PAULANI, 2008, p.43).

Somam-se a tais posturas “(...) a elevação das contribuições, da idade e do tempo de trabalho para a obtenção do benefício, bem como com a taxação dos inativos (...)” (PAULANI, 2008, *grifo nosso*, p.44). Essas medidas estavam amplamente respaldadas nas imposições de instituições poderosas, de abrangência global:

“Não é demais lembrar que, em troca de seu apoio e do financiamento a projetos sociais, o Banco Mundial ‘sugeriu’ ao novo governo, ainda antes de sua posse, que ele justamente concluísse a reforma previdenciária (além de realizar a reforma tributária e a universitária).” (PAULANI, 2008, p.45).

No bojo dessas alterações, o Brasil estreita seus vínculos de subalternidade, na medida em que as mudanças na previdência social se associam perfeitamente ao expediente da DRU, todos em benefício do superávit primário. Vale lembrar que

“As diretivas do Banco Mundial em saúde e educação exigem redução de despesas sociais tendo em vista cumprir as obrigações de serviço da dívida. *The Economist* formou em seu principal editorial, antes da vitória de Lula, que ‘sua chegada à Presidência representaria uma saudável alternância de poder’, e que o PT deveria ‘cortar os direitos sociais adquiridos dos que estão em melhores condições e concentrar o gasto estatal nos pobres’ (...) mencionando explicitamente as aposentadorias dos empregados públicos.” (COGGIOLA, 2004, *grifo nosso*, p.42).

Em outras palavras, o padrão de vida da média dos trabalhadores é nivelado por baixo, em benefício do capital financeiro, remunerado anualmente pela manutenção do superávit primário em aproximadamente 4,5% do PIB. Cortando dos direitos

constitucionais e injetando nas políticas assistenciais, Lula com o programa Bolsa Família também “(...) *cativou os grandes banqueiros, que o consideraram ‘revolucionário’ e anunciaram que ajudariam a financiá-lo, cobrando para isso suculentas taxas de juros e elevando a dívida pública brasileira (...)*” (COGGIOLA, 2004, *grifo nosso*, p.42).

A subserviente postura conservadora, presente nessa etapa da história do maior Partido dos Trabalhadores da América Latina possui outras dimensões que se articulam ao exposto até aqui. Uma delas já estava presente na “(...) *carta de intenções ao FMI, assinada por Antonio Palocci e Henrique Meirelles em fevereiro de 2003, [em que] constava o compromisso de aprovar uma nova Lei de Falências (...)*” (PAULANI, 2008, *grifo nosso*, p.99). Esta seria a lei “(...) *que coloca, no gerenciamento das massas falidas, os interesses dos credores do sistema financeiro à frente dos interesses dos trabalhadores e do Estado.*” (PAULANI, 2010, *grifo nosso*, p.124). Para ser mais preciso, as dívidas trabalhistas ainda são preferenciais, mas tal condição se aplica até o valor máximo de R\$ 39,00 mil, a partir do que a questão seria conduzida ao último lugar de pagamento, via massa falida. Essa lei “(...) *produz para os credores do setor privado o mesmo aumento de direitos que a Lei de Responsabilidade Fiscal de FHC produziu para os credores do setor público.*” (PAULANI, 2008, *grifo nosso*, p.135).

Outra dimensão da rendição incontestante ao capital financeiro foi a concessão às burguesias de um Banco Central autônomo, o que “(...) *garantirá que a política monetária será conduzida sempre de modo a honrar o pagamento do serviço da dívida e a premiar, com juros reais substantivos, os detentores de papéis públicos.*” (PAULANI e PATO, 2005, *grifo nosso*, p.61). Aumenta-se assim a prioridade à remuneração do capital financeiro por meio da dívida pública e pela utilização dos fundos nacionais. A realização zelosa desta tarefa exigiu medidas incomuns: uma delas

“(...) foi a designação, por Medida Provisória (MP)⁷³, em agosto de 2004, do status de ministro ao presidente do Banco Central.” (PAULANI, 2010, *grifo nosso*, p.125).

Tamanho zelo foi necessário para acalmar as burguesias rentistas, receosas da destinação desses fundos públicos ao investimento produtivo, aumentando de alguma forma o caráter nacionalista e autonomista do Brasil. Assim,

“A autonomia do Banco Central faz ver aos ‘mercados’, de uma vez por todas, que o Estado brasileiro não abrirá mão de seu papel de permanentemente retirar, pela via dos tributos, parcelas da renda real da sociedade a fim de transferi-la para a esfera da valorização financeira, assegurando o rendimento do capital fictício (títulos) que produz.” (PAULANI, 2008, p.45).

Esses expedientes indicam que o governo Lula está vinculado à burguesia, notadamente às frações dedicadas aos grandes negócios financeiros. Nessa perspectiva, a “revolução silenciosa” de Lula reforçou as formas históricas de submissão às burguesias oligopolistas globais, mantendo com isso o Brasil no vale da miséria.

4.5. A “revolução silenciosa” contra os trabalhadores.

O panorama trágico anteriormente exposto indica que Lula e o século XXI se diferenciam radicalmente de Getúlio Vargas e seu tempo histórico. Lula ficará para a história, dentre outros motivos, pela execução do maior programa de transferência de renda do mundo. Porém, ao compará-lo com Vargas, não se pode ignorar que as políticas assistenciais, como o Bolsa Família,

“(...) ao invés de integrar os excluídos, elas consagram a fratura social: distribuem uns poucos recursos àqueles que jamais conseguirão se integrar, para que se possa dar andamento tranqüilo à usual política

⁷³ Expediente comum na contrarrevolução de 1964.

concentradora e excludente (...). No caso do Brasil de Lula, essa verdade é facilmente constatada pela simples comparação entre o que vem gastando o Estado com o Bolsa Família e o que vem gastando com o pagamento de juros aos detentores de títulos da dívida pública, ou seja, pelo menos dez vezes mais com o último.” (PAULANI, 2010, p.128)

Vargas, no seio da revolução burguesa conservadora de 1930, institucionalizou a relação social capital, impulsionando o aburguesamento do país. Desse modo, dedicou-se ao “(...) *processo de desenvolvimento da indústria e à formação de uma nova classe operária que o Estado visou controlar pela outorga de uma série de garantias: organização sindical, direitos trabalhistas e empregabilidade plena.*” (PINASSI, 2011, *grifo nosso*, p.04). Nesse processo, havia o que conceder aos trabalhadores em meio às possibilidades expansivas da revolução. Em outras palavras, existiam - mesmo que poucas, quando se têm como referência as revoluções radicais - algumas potencialidades civilizatórias. Por seu turno, o século XXI não apresentou ao presidente Lula esses condicionantes históricos. Ele, por sua vez, desponta como líder do bloco majoritário petista em um

“(...) contexto histórico ora desenhado por uma transição democrática lenta, gradual e, fundamentalmente, consentida. É, portanto, do interior da ordem que o fenômeno surge e se confirma como liderança defensiva – é verdade, que a mais avançada possível - para uma classe trabalhadora tardia e precocemente debilitada pela dura repressão do regime militar. Em duas décadas, o regime [militar] silenciou – em muitos casos, para sempre - as representações mais autenticamente populares e radicais. Não surpreende, portanto, que o lulismo, uma vez no poder, atenda democraticamente às necessidades do capital em sua *crise estrutural* e, democraticamente, desmonte cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora.” (PINASSI, 2011, *grifo da autora*, p.04).

Parece então que, tal como Fernando Henrique Cardoso, Lula internaliza o retrocesso civilizatório, próprio à crise do capital, exercendo na forma do

neoliberalismo assistencialista as tarefas, não da revolução burguesa em grande estilo, mas sim das burguesias mundiais. Desde o início, o líder da classe trabalhadora tentava justificar essas suas irreparáveis contradições difundindo a ideia da vigência de um estado emergencial. Sobre isso, discorre Leda Maria Paulani:

“Quando Lula assume e abraça com determinação inimaginável o receituário ortodoxo de política econômica, o discurso oficial justificou tudo isso com a tese de que estávamos à beira do abismo, a economia brasileira derreteria como manteiga e desfazia-se como gelatina, ou seja, estávamos num estado de emergência que implicaria a admissão, mesmo por um governo ‘de esquerda’, mesmo por um governo do PT, de medidas o mais dura possível (e, até um mês antes, injustificáveis), (...)”. (PAULANI, 2010, p.123)

Assim, imediatamente todas as atenções foram voltadas à internalização acima referida, em virtude do que, sob determinação do acelerado retrocesso civilizatório da crise estrutural, *“O governo Lula configurou-se (...) como a derradeira e mais uma vez frustrada esperança de uma refundação da sociedade brasileira, depois da devastação produzida pelos governos militares.”* (PAULANI, 2010, grifo nosso, p.134). Certamente, ele não refundou o Brasil, pois ao responder à crise, com a adoção dos postulados neoliberais - rentistas -, ele proporcionou a desconstrução da revolução conservadora de Vargas. Nessa trilha, Lula reafirmou a postura que já vigorava no governo do PSDB⁷⁴, a saber, *“(...) a lógica perversa que já estava em curso e a entrega total do Brasil às exigências da acumulação privada.”* (PAULANI, 2008, grifo nosso, p.60). Assim, *“(...) o Brasil foi compelido não só a permanecer como a aperfeiçoar seu internacional servilismo ao sistema, o que vem a comprovar que o subdesenvolvimento*

⁷⁴ Em seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso adiantaria o seguinte: "Minha eleição para a presidência da República representa o fim da Era Vargas". Para o restante do discurso, ver: CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse**. Brasília, dia 01 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/>. Acesso em: 03-02-2012.

constitui, portanto, 'a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia'." (PINASSI, 2009a, *grifo nosso*, p.89). Decorre de tal postura servil (PAULANI, 2008) a máxima segurança à expansão e à acumulação desse capital privado, só possível pela articulação entre política econômica neoliberal e política assistencial aos trabalhadores.

Avaliando esses fatores, Carlos Nelson Coutinho (2010) concluiria que

“(...) a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal - e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles - desarmou as resistência ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós.” (COUTINHO, 2010, p.42).

Essa consolidação tem, não só no PT, mas também no PSDB, seus articuladores internos. Em larga medida, o núcleo duro de ambos partidos foi responsável por internalizar no Brasil o retrocesso civilizatório próprio do neoliberalismo e tão necessário à administração da crise estrutural global. Em função disso, passou a existir (OLIVEIRA, 2003) uma forte identidade entre o núcleo duro dirigente desses dois blocos, a qual se funda em interesses financeiros comuns:

“É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’.” (OLIVEIRA, 2003, p.147).

Assim, os dirigentes do PSDB e PT possuem uma rigorosa simetria ideológica, com origens comuns.

“(…) o núcleo formulador das políticas de FHC proveio da PUC-Rio, o templo do neoliberalismo, a começar pelo inarredável ministro Pedro Malan, e o núcleo formulador do PT passou pela Escola de Administração de Empresas da FGV em São Paulo, a começar pelo primeiro coordenador do programa de Lula, o ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, barbaramente assassinado, que com toda certeza teria sido o ministro da Fazenda de Lula. Palocci tomou seu lugar na coordenação do plano e, sem surpresas, transformou-se no ministro da Fazenda de Lula (...) Palocci não passou pela escola da FGV, mas o ministro do Planejamento é professor da Eaesp-FGV, e os ministros Gushiken e Berzoini se diplomaram pela escola, que tem, também, muitos professores e ex-alunos entre os assessores do primeiro escalão do Governo.” (OLIVEIRA, 2003, p.148).

Frente ao Estado, esses dirigentes galvanizaram, por meio da postura consensual frente à política econômica, o poder político ao redor dos dois blocos partidários. A importância dessa galvanização está no fato deles trabalharem “(…) *no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro.*” (OLIVEIRA, 2003, *grifo nosso*, p.148). Esta ponte, sob os determinantes da crise estrutural, é fundamental às burguesias rentistas, pois, como visto, ela possibilita a expropriação (PAULANI, 2008), a partir dos fundos públicos, da renda real da classe trabalhadora, convertendo-a em capital fictício, inexoravelmente instável. A necessidade de consolidar a ponte com o sistema financeiro deu o tom da transição do governo do PSDB ao PT. Não à toa, que

“Logo de saída, ficou claro que os ‘mercados’ encabeçavam o gabinete de Lula: de Antonio Palocci, por exemplo, foi dito que ‘tem uma excelente relação com os empresários e banqueiros paulistas, onde reside o poder econômico do país. Isto lhe confere o perfil ideal para o governo de Lula, ‘que exigirá confiança e credibilidade entre donos de empresas e financistas’ (CLARÍN, 2002C)”. (COGGIOLA, 2004, p.37).

Ainda segundo Coggiola (2004), quando os dois líderes “(...) *mais reconhecidos da direita brasileira, herdeiros das ditaduras militares nos anos 1960 e 1970 - o paulista Paulo Maluf e o baiano Antonio Carlos Magalhães -, chamaram a votar por Lula no segundo turno.*” (COGGIOLA, 2004, *grifo nosso*, p.38), tal fato foi o resultado imediato da composição de Lula com o Partido Liberal, levando José Alencar para a vice-presidência da república. Interessante observar que, se por um lado, o programa Bolsa Família é articulado para extinguir a miséria e a fome, por outro, o governo petista trouxe (COGGIOLA, 2004) à frente do Ministério da Agricultura Roberto Rodrigues, “(...) *representante de uma corporação de grandes produtores rurais (Associação Brasileira de Agrobusiness) e dono de um engenho açucareiro.*” (COGGIOLA, 2004, *grifo nosso*, p.38)⁷⁵. Igualmente, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Lula indicou Luiz Fernando Furlan, o dono de um dos maiores oligopólios da indústria alimentícia, a Sadia. Depois do fato consumado, “*A poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) declarou imediatamente o seu apoio a Furlan (...)*” (COGGIOLA, 2004, *grifo nosso*, p.38). Reforçando a total segurança ao capital privado e a afinidade com seu antecessor

⁷⁵ A propósito dos usineiros, Lula diria o seguinte comentário: “*Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste País, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque tem políticas sérias. E tem políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento. Antigamente, vocês estão lembrados quando a gente tinha 90% de carros a álcool e, de repente, não tinha mais álcool no posto de gasolina porque o açúcar subia no mercado internacional e então, não se produzia mais álcool, se produzia apenas açúcar. Se não for política responsável, ninguém acredita. E hoje eu posso dizer para vocês, quando eu digo isso, eu digo de boa cheia: não existe momento na história econômica da República brasileira, desde que foi proclamada a República – eu estou falando de mais de 100 anos – em que a economia tenha tantos fatores positivos, que me dão a certeza de que o Brasil, finalmente, encontrou o seu caminho.*” (SILVA, 2008, *grifo nosso*, p.05). O discurso completo está em: LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de comemoração do 35º aniversário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**. Palácio do Planalto, 23 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/search?SearchableText=Discurso+do+Presidente+da+Rep%C3%BAblica%2C+Luiz+In%C3%A1cio+Lula+da+Silva%2C+durante+cerim%C3%B4nia+de+comemora%C3%A7%C3%A3o+do+35%C2%BA+anivers%C3%A1rio+da+Empresa+Brasileira+de+Pesquisa+Agropecu%C3%A1ria+%28Embrapa%29>. Acesso em: 04-05-2012. 8p.

na presidência, Lula escolheria um ex-deputado federal pelo PSDB para o Banco Central, a saber, Henrique Meirelles, que “(...) *fora, até agosto de 2002, presidente mundial do Banco de Boston, com sede nos Estados Unidos, onde vivia com um salário anual de sete algarismos em dólares.*” (COGGIOLA, 2004, *grifo nosso*, p.38). Em outras palavras,

“Lula indicou um homem de Wall Street para a direção do Banco Central. (...) Ao indicar Henrique de Campos Meirelles, o presidente entregou essencialmente a condução das finanças e da política monetária a Wall Street. O Boston Fleet, após o Citigroup, é a segunda maior instituição credora do Brasil. Um antigo executivo sênior do Citigroup, Cássio Kasseb Lima, foi posto como responsável do gigante estatal Banco do Brasil. Lima, que trabalhou para as operações do Citigroup no Brasil, fora recrutado para o Banco de Boston em 1976 por Henrique Meirelles: o cabeça do Banco do Brasil tem ligações pessoais e profissionais com os dois maiores credores comerciais do Brasil: o Citigroup e Boston Fleet. A nova equipe do Banco Central era uma cópia daquela indicada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O presidente anterior do Banco Central, Armínio Fraga, era um antigo empregado do Quantum Fund (Nova York), de que é proprietário George Soros, o especulador de Wall Street. Meirelles manteve a orientação política de seu antecessor: política monetária dura, medidas generalizadas de austeridade, altas taxas de juro e regime de câmbios externos desregulamentados. Não é de admirar que o FMI fosse ‘entusiásticos’. (COGGIOLA, 2004, p.47).

Esta identidade do núcleo condutor do PSDB e PT, do ponto de vista eleitoral, na transição do século XX ao XXI, prendeu (COUTINHO, 2010) de certa forma a classe trabalhadora entre os dois partidos. É interessante constatar que, desde a década de 1990, as eleições para a presidência do Brasil se desenvolveram ao redor das candidaturas desses dois blocos. Embora se apresentem como concorrentes ao comando oficial do país, esses partidos

“(...) não só aplicam a mesma política econômica e social, mas também praticam métodos de governo semelhantes, que não recuam diante de formas mais ou menos graves de corrupção sistêmica. Não é

casual o comum compromisso desses dois blocos no sentido de 'blindar' a economia, ou seja, de reduzir a uma questão 'técnica', e não política, a definição daquilo que verdadeiramente interessa ao conjunto da população brasileira." (COUTINHO, 2010, p.42).

Atuando dessa maneira, não é de se estranhar que o PSDB tenha desenvolvido e o PT tenha aperfeiçoado uma forma específica de lidar com a miséria dos trabalhadores brasileiros, sobre a qual Francisco de Oliveira (2010) oferece a seguinte reflexão:

"Ao elevar-se à condição de *condittiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias - o PSDB, o que é inteiramente falso - e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa." (OLIVEIRA, 2010, p.25).

Além de tal funcionalização ser afinada (COGGIOLA, 2004) aos postulados neoliberais sugeridos pelo Banco Mundial e FMI, ela também é funcional como fonte indireta de lucros ao capital privado, pois a estratégia petista de combate à miséria contou com a possibilidade de converter em isenção de impostos as doações das empresas feitas à Bolsa Família: "(...), *ou seja, a própria política 'social' foi concebida também, não como um contrapeso às medidas de 'ajuste', mas como uma fonte de lucros capitalistas.*" (COGGIOLA, 2004, *grifo nosso*, p.43). Esta funcionalização possui uma dinâmica tal que converte Lula e suas posturas no "(...) *vetor político da vez a oferecer tanto os alicerces propícios à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução.*" (PINASSI, 2011, *grifo nosso*, p.04). Por meio desse artifício, torna-se muito conveniente funcionalizar a miséria e reduzi-la a uma questão administrativa, cuja abordagem se vincula exclusivamente à gestão de políticas assistenciais, principalmente do programa Bolsa Família. Com isso, Lula supõe realizar uma "revolução" capaz de reverter a tragédia

social da nação. Essa noção, a julgar pela alta popularidade alcançada pelo presidente, contaminou a sociedade. Pinassi (2009) evidencia alguns determinantes dessa situação:

“Em primeiro lugar, o fato que os mais graves problemas da atualidade - o desemprego estrutural, a fome, a miséria, a destruição ambiental, as pandemias, os extermínios de toda ordem, étnicos, religiosos etc. - ou são olímpicamente ignorados ou, quando contemplados, são institucionalizados, convertidos em abstratas questões de ‘moral e educação cidadã’ e lançados à sorte de uma infundável quantidade de políticas públicas propositivas formuladas por um novo tipo de Estado neoliberal-assistencialista. É o tratamento ideológico dado aos pobres, esvaziado de seu conteúdo de classe socialmente explosivo.” (PINASSI, 2009a, p.92).

Isto é, consta da funcionalização da miséria brasileira, não só a atuação pró-capital do Estado e o assistencialismo amenizador da combatividade dos trabalhadores, mas também a difusão da ideologia abstrata, cujo objetivo está centrado na supervalorização do individualismo cidadão, em detrimento das determinações objetivas dos problemas em tela. A essas dimensões, soma-se o empenho em desmobilizar sistematicamente os trabalhadores⁷⁶.

“É nesse momento que parece generalizar-se (...) uma ofensiva fortemente irracionalista que impõe as mais duras e desafiadoras adversidades ao mundo do trabalho (...), com destaque para a cobertura ideológico-repressora profundamente desmobilizante sobre as classes subalternas e seus instrumentos tradicionais de luta: os sindicatos e a cooptação de suas lideranças trabalhistas; os partidos de esquerda e os limites defensivos da esfera parlamentar da luta de classes.” (PINASSI, 2009a, p.95).

⁷⁶ Segundo Coggiola (2004), mesmo a esquerda do PT desempenhou o papel de aplacar os ânimos dos trabalhadores organizados. Segundo ele, o Jornal Clarín, em 2002, noticiava: “‘Os movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem-Terra, são conscientes das dificuldades do país. Estão dispostos a dar uma trégua.’ (CLARÍN, 2002b). Esta foi a declaração de Ivan Valente, um dos principais dirigentes da esquerda do PT, ou seja, dos que chamaram a votar por Lula com o argumento de que os trabalhadores não dariam trégua ante qualquer tentativa de sacrificar as reivindicações fundamentais dos explorados. (...) Em qualquer caso, e como uma espécie de ‘oposição a Sua Majestade’, a esquerda petista manteve-se unida para celebrar a ascensão da Lula como uma ‘grande vitória popular’.” (COGGIOLA, 2004, p.40). É forçoso registrar que Ivan Valente, anos mais tarde, deixaria o PT para formar, junto com outros militantes, o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

A grande consequência política dessa postura petista, infelizmente, foi os 87% (IBOPE, 2010) de aprovação do governo de Lula, ao cabo de seus dois mandatos. Essa porcentagem indica que as medidas neoliberais, que contam com o programa Bolsa Família, realmente mantiveram os estratos paupérrimos da classe trabalhadora sob controle. Assim, os fatos indicam que esse presidente

“(...) não veio negociar nossa liberdade, levar-nos para a nossa terra ancestral, onde, enfim, seríamos então livres. Nosso presidente veio melhor acomodar-nos nos duros assentos da estação da miséria, propondo-se, pelo menos em palavras, saciar nossa fome.” (LIMA FILHO, 2004, p.09).

Incapaz de libertar a classe trabalhadora, a “revolução silenciosa” petista realiza (LIMA FILHO, 2010) uma nova etapa de rendição ao capital privado global. Com certeza, isso não coloca o governo Lula no campo da continuação das tarefas da revolução conservadora de 1930. Contrariamente, ele se distancia muito dela, na medida em que se realiza contra ela e, principalmente, contra os trabalhadores. Por isso, aprofunda a rendição incondicional. Esta, frente ao panorama internacional nada favorável, tende a piorar uma vez mais a situação da classe trabalhadora brasileira. De fato,

“Na ausência de forças capazes de deter a fúria especulativa do grande capital, a solução da crise pela linha de menor resistência - pela exacerbação da exploração do trabalho e pela luta autofágica entre os grandes conglomerados multinacionais - tende a tornar o regime do capital ainda mais regressivo e predatório, pois é gigantesco o volume de capital sobreacumulado que precisa ser digerido antes que as condições para a reprodução ampliada do capital possam ser restabelecidas.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.126).

Sob tais condicionantes históricos exigindo forte retrocesso civilizatório, a rendição de Lula aglutinaria, por um lado, a abstração assistencialista dos problemas da classe trabalhadora e, por outro, o servilismo incondicional ao capital privado. Em tempo, o quadro ainda piora depois da mais recente manifestação da crise estrutural, agora disparada a partir do setor financeiro e dos centros mais dinâmicos do sistema, a saber, nos Estados Unidos e Europa. Em virtude dela, com certeza a burguesia mundial tentará reverter a situação e, como não haveria de ser, à custa da classe trabalhadora. Nessa toada, seguramente,

“O fim do ciclo expansivo aprofundará e generalizará a barbárie capitalista, abrindo um período de grandes convulsões sociais e acirramento das rivalidades entre os Estados nacionais. Sabe-se pela já longa história do capitalismo que, enquanto não houver uma alternativa concreta ao regime do capital, mais dia ou menos dia, com maior ou menor sacrifício, as condições para a retomada da acumulação de capital serão restabelecidas e o capitalismo iniciará um novo ciclo expansivo.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.126).

A história do século XX demonstrou (SAMPAIO JÚNIOR, 2009) que os poderosos oligopólios provocam profundas crises, acompanhadas de grande destruição. Essa sua forma de ser, como se viu nesta pesquisa, afastou “(...) *do horizonte as possibilidades de soluções racionais e civilizadas para os problemas da humanidade. Não há nenhum motivo para imaginar que, no século XXI, o desfecho será diferente.*” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, *grifo nosso*, p.126). É precisamente dentro desse panorama que o governo Lula insiste em aproximar neoliberalismo com "revolução" e assistencialismo com reversão da miséria. Em sentido diametralmente oposto, Lula está operando, ao contrário de Vargas em 1930, não uma revolução, mas sim uma contrarrevolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Com esta pesquisa, pretendeu-se tecer uma crítica à chamada “revolução silenciosa”, realizada nos dois mandatos do governo Lula.

Para tanto, no primeiro capítulo, discorreu-se sobre o atual momento histórico, no qual a dialética entre produção de riqueza e de miséria proporciona cenário preocupante, para não dizer irremediavelmente trágico. Também, tratou-se da articulação entre política assistencial via Bolsa Família e política econômica neoliberal, que seria denominada, não só pelo governo Lula, mas pelos representantes do Banco Mundial, como uma autêntica “revolução silenciosa”. Em seguida, demonstrou-se a notoriedade mundial que ela adquiriu como forma única de, com baixo recurso orçamentário, compensar a miséria dos trabalhadores, em face das duras medidas econômicas, tidas como inevitáveis e emergenciais.

A partir dessa exposição, questionou-se sobre as possibilidades da “revolução silenciosa” reverter o dramático quadro da classe trabalhadora brasileira. Frente a essa dúvida, reportou-se a reflexão à revolução burguesa conservadora de 1930 para, a partir dela, identificar com maior precisão a dimensão das tarefas vinculadas à reversão da miséria brasileira, para a qual Lula - à frente do Partido dos Trabalhadores no governo - pretendia dedicar sua “revolução silenciosa”. Este retorno à história permitiu observar que a própria revolução de 1930, por seu conservadorismo irreformável, foi aplacada pela vitória das forças sociais vinculadas à contrarrevolução. Assim, as referidas tarefas foram abruptamente abortadas com o golpe civil-militar de 1964, com profundas reverberações futuras.

Ao longo do segundo capítulo, tratou-se dos fatores históricos que determinaram o momento da gestação e da atuação do governo Lula. A exposição foi separada em três momentos. Um dedicou atenção aos elementos externos ao Brasil, mais precisamente ao período de conformação da crise estrutural do capital. Com isso, tentou-se evidenciar

que as potencialidades civilizatórias do sistema capitalista se esgotaram e que, principalmente após a década de 1970, ele só se reproduz ampliamente impondo à humanidade profundo retrocesso civilizacional. Noutra oportunidade, abordaram-se os condicionantes próprios à realidade brasileira, os quais determinariam de forma conservadora a atuação do PT e de Lula. Tratou-se, pois, das características fundamentais da contrarrevolução de 1964, evidenciando como ela abortou as já poucas conquistas aos trabalhadores da revolução conservadora de 1930. Assim, observou-se que, após 1964, iniciou-se um longo período de rendição incondicional às necessidades do capital, com enorme destaque ao financeiro e estrangeiro. No último trecho desse capítulo, a pesquisa salientou que a forma política ditatorial passou a ser dispensável, precisamente por que o poder autocrático burguês se aprimorou: este, frente a tal cenário, organiza a transição à democracia conservadora, em 1985.

Com essas considerações, tentou-se demonstrar que os determinantes externos e internos acabaram por extinguir do horizonte as condições imprescindíveis à reversão da miséria brasileira. De fato, o tempo da revolução havia acabado e a contrarrevolução se desempenhava com desenvoltura sem igual, prometendo estender-se inclusive pelo século XXI. Frente a isso, recolocou-se a pergunta: seria possível, sob tais condicionantes, o governo Lula edificar as bases objetivas necessárias à consecução de uma autêntica “revolução silenciosa”, que fosse capaz de abordar as múltiplas dimensões da revolução de 1930, abortadas com o golpe, em 1964?

No terceiro capítulo, pretendeu-se responder a esse questionamento demonstrando que a “revolução silenciosa”, no que se refere aos trabalhadores, consiste basicamente na execução do programa Bolsa Família. Em outras palavras, a “revolução” de Lula está fortemente assentada sobre uma política assistencial marcada pelos preceitos neoliberais. Nesse empenho, procurou-se esclarecer que a estratégia Bolsa

Família é um aprimoramento de várias ações criadas e desenvolvidas nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, evidenciando que o programa Bolsa Família não é certamente uma criação do governo Lula. Em seguida, tratou-se do conjunto das instituições públicas necessárias à execução do programa e, também da forma de seleção das famílias, bem como os critérios utilizados para separá-las em *extremamente pobres* e apenas *pobres*. Na seqüência, foram debatidos os valores excessivamente baixos das transferências realizadas, além da evolução do orçamento e da abrangência da Bolsa Família.

Nesse processo, tentou-se evidenciar que o programa é cronicamente incapaz de atender o conjunto das famílias inscritas no CadÚnico e que ele está, esgotado o período de unificação dos programas de Fernando Henrique Cardoso, perdendo a capacidade de incorporar novas pessoas como beneficiárias. Por fim, defendeu-se que a Bolsa Família participou com cerca de 20% da tão difundida diminuição da pobreza no Brasil, ao passo que o salário mínimo e o crescimento econômico compareceram com os outros 80%. Frente a essa constatação, procurou-se demonstrar que esses dois últimos determinantes são sensivelmente conjunturais e que não podem continuar participando - na mesma proporção - da redução acima referida. Ou seja, o debate feito neste capítulo permite dizer que a “revolução silenciosa” do governo Lula manteve, apesar da estratégia Bolsa Família, em patamares miseráveis a classe trabalhadora brasileira. A partir dessa constatação, defende-se que, portanto, ela não está organicamente vinculada aos trabalhadores.

Finalmente, no quarto capítulo, demonstrou-se o conteúdo da chamada “revolução silenciosa” de Lula. Para tanto, empreendeu-se um aprofundamento da investigação sobre as condições de vida da classe trabalhadora atendidas pela Bolsa Família, demonstrando que suas condições ainda se mantêm em patamares subumanos.

Em seguida, tratou-se do imenso universo de miseráveis que existem para além daqueles atendidos pela Bolsa Família. O expediente utilizado foi, a princípio, confrontar o número de pessoas atendidas pelo programa com aquelas cadastradas no CadÚnico. Na seqüência, ampliou-se a linha de pobreza ao patamar estabelecido como mínimo pela própria Constituição brasileira, de 1988. Desta feita, evidenciou-se que, para o ano de 2010, ou seja, ao cabo dos dois mandatos de Lula, 78,8% da população residente no Brasil é pobre. Alternativamente, que é igualmente pobre 92,5% dos indivíduos, com idade acima de 10 anos, e que residem em domicílios particulares no país. Desse modo, revela-se que de fato a “revolução silenciosa” não está direcionada à reversão da miséria brasileira.

Após essa constatação, buscou-se estabelecer qual a forma específica de atuação do governo Lula frente ao Estado brasileiro: a partir de tal intento, descobriu-se que não foram poupados esforços para converter a nação em um refúgio seguro aos capitais privados, notadamente financeiros. Atuando como garantia irredutível a esses capitais, o PT, no Estado, passou a consolidar os meios institucionalmente estabelecidos de sucção de renda real, criada nos processos produtivos reais, e de condução de tais rendas ao circuito de valorização fictícia, inexoravelmente instável.

Portanto, ao manter a classe trabalhadora na mais profunda miséria e ao dedicar, por uma série de medidas, atenção significativa às necessidades das burguesias nacionais e internacionais, chega-se à conclusão que a “revolução silenciosa” do governo Lula se realiza na história contra os interesses das maiorias trabalhadoras. Como tal, defende-se que não se trata de uma autêntica revolução, mas sim uma contrarrevolução, na melhor tradição brasileira: subalterna às burguesias nativas e estrangeiras, vulnerável às ondas de impacto das manifestações da crise estrutural e contra os trabalhadores. Em larga medida, esse é o real conteúdo da “revolução

silenciosa” de Lula e também, poder-se-ia dizer, de seu silêncio em relação às condições objetivas e fundamentais da miséria brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANANIAS, Patrus. **CPMF e o dinheiro para os pobres**. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/cpmf-e-o-dinheiro-para-os-pobres-patrus-ananias>. Acesso em: 01-01-2008.

BANCO MUNDIAL. **GDP**. 2010. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?order=wbapi_data_value_2010%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-last&sort=desc&display=default. 2011. Acesso em: 04-05-2012.

_____. **BR Bolsa Família 1st APL**. Junho de 2004. Disponível em: <http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=104231&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&Projectid=P087713>. Acesso em: 22/02/2012.

_____. **Second Bolsa Família**. Novembro de 2010a. Disponível em: <http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=64283627&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&Projectid=P101504>. Acesso em: 22/02/2012.

BRASIL. TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado da eleição de 2002**. Dezembro de 2002. Disponível em: http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2002/result_blank.htm. Acesso em: 01-05-2012.

_____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, 2004)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01-01-2012.

_____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, 2006)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01-01-2012.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - Características da população e dos domicílios, resultados do universo**, Rio de Janeiro, 2011. 270p.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE** - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC, abril de 2012. 21p.

_____. TCU - Tribunal de Contas da União. **Auditoria nos Sistemas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Relator Ministro Augusto Nardes, Brasília - DF, 2009. 64 p.

_____. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fiscalização do Programa Bolsa Família**. Guias e Manuais 2010. Programa Bolsa Família. Brasília - DF, 2010. 22p.

_____. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Exercendo o Controle Social do Programa Bolsa Família**. Programa Bolsa Família. Brasília - DF, 2010a. 18p.

_____. DOSNRC - Departamento de Operação da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Orientações para a fiscalização e Controle Social do Programa Bolsa Família**. Brasília - DF, Setembro, 2010b. p.45.

_____. MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 08/12/2011.

_____. BANCO CENTRAL. **Cotação de moedas**. 04-05-2012. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>. Acesso em: 04-05-2012.

_____. PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. **Qual o Objetivo do Plano Brasil Sem Miséria?** 2012a, Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/conheca-o-plano/>. Acesso em: 02-05-2012.

BRUNO, Miguel. Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. In.:

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula**, contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.71-107.

BARAN. Paul A. **A economia política do desenvolvimento**, 3.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 399p.

_____. e SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista** - Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 383p.

BLOCK, F. **Las orígenes del Desorden Económico Internacional** - La política monetaria internacional de los Estados Unidos, desde la segunda Guerra Mundial hasta nuestros días. México: Fondo de Cultura, 1980. 349p.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**: Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003. 414p.

BUSH, George W. **Bush e Lula trocam elogios sobre política comercial**. In: ZIMMERMANN, Patrícia. 06 de nov. de 2005. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73733.shtml>. Acesso em: 03-05-2012.

CAMARGO, José Márcio. **Pobreza e garantia de renda mínima**. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de dezembro, 1991. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/busca_detalhada/. Acesso em: 12-01-2012.

_____. **Os miseráveis**. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 de março, 1993. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/busca_detalhada/. Acesso em: 12-01-2012.

_____. **Os miseráveis**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de maio, 1995. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/busca_detalhada/. Acesso em: 12-01-2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In.: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula**, contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.109-131.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse**. Brasília, dia 01 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/>. Acesso em: 03-02-2012.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Dinâmica de crescimento da economia brasileira**: uma visão de longo prazo. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, N°. 130, Campinas, Agosto de 2007. 70p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro**: pão ou aço. 9. ed. Cap. 05, São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **Geopolítica da Fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população, 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1965a. 2V.

CHOSSUDOVSKY, Michael. **A Globalização da Pobreza**. São Paulo. Editora Moderna, 1999, 320p.

COGGIOLA, Osvaldo. **O governo Lula**: da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004. 184p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#ad79. Acesso em: 05-01-12.

CORRÊA, Marcos Sá. **1964 Visto e Comentado pela Casa Branca**. L&pm: Porto Alegre, 1977. 160p.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia às avessas. In.: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas** - economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43. (Estado de Sítio).

DE BARROS, Ricardo Paes. **Ainda há muita desigualdade a reduzir**. In.: **Valor Econômico (SP)**. Vera Saavedra Durão entrevista Ricardo Paes de Barros,

17/12/2010. **Disponível** **em:**

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6622
&catid=159&Itemid=75](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6622&catid=159&Itemid=75). Acesso em: 01/02/2011.

DECRETO Nº 3.877, de 24 de julho de 2001. **Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/101302/decreto-3877-01>. Acesso em: 01-05-2012.

DECRETO Nº 6.135, de 26 de junho de 2007. **Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/94674/decreto-6135-07>. Acesso em: 01-05-2012.

DIAS, Fernando Álvares Correia. **Desvinculação de receitas da União - ainda necessária?** Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado. Texto para discussão Nº103, de outubro de 2011. 15p.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Salário mínimo, uma questão econômica e de política.** Revista Estudos e Pesquisa. Ano I, Nº 09, de abril de 2005. 26p. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/estpesq09_salariominimo.pdf. Acesso em: 01-05-2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Salário Mínimo Constitucional.** NOTA TÉCNICA, Nº 08, de outubro de 2005a. 5p. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMC.pdf>. Acesso em: 01-05-2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Política de Valorização do Salário Mínimo:** Considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. Nota Técnica, Nº 86, de Janeiro de 2010. 11p.

Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf>.

Acesso em: 01-05-2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Salário mínimo nominal e necessário. Janeiro de 2012. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em: 01-01-2012.

DICIONÁRIO. **Priberam da Língua Portuguesa.** 2012. Disponível em:

<http://www.priberam.pt/DLPO/>. Acesso em: 02-02-2012.

DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios (II).** Jul. De 2009. Disponível

em: <http://dowbor.org/category/crise-financeira/>. Acesso em: 17-03-09.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social.

Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004&lng=pt&nrm=iso)

[20702003000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 12/11/2011.

FAO/SOFI. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo - La inseguridad**

alimentaria en crisis. (2010). Disponível em:

<http://www.fao.org/docrep/013/i1683s/i1683s.pdf>. Acesso em: Acesso em: 22/02/2012.

FATTORELLI, Maria Lucia e ÁVILA, Rodrigo. **OS NÚMEROS DA DÍVIDA.** Março

de 2011. Disponível em: www.divida-auditoriacidada.org.br. Acesso em: 03-05-2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil** - ensaio de interpretação

sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais).

413p.

_____. **Circuito Fechado.** São Paulo: Hucitec, 1976, (Coleção estudos brasileiros

Vol.06). 224p.

_____. **Brasil em compasso de espera.** São Paulo: Hucitec, 1980. 293p.

_____. **A ditadura em questão.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 164p.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009. 151p.

FONSECA, Ana. **Discurso da secretária-executiva do Programa Bolsa Família, no lançamento do Programa Bolsa Família**. Brasília, Palácio do Planalto, 20 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/search?SearchableText=20+de+outubro+de+2003>. Acesso em: 22/02/2012.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2.ed, Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1963. 270p.

GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome - as Verdadeiras Razões da Fome no Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e terra 1978. 307 p.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). 346p.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

IBOPE. **Aprovação ao governo Lula atinge maior nível de 2007, aponta CNI/Ibope**. I. In: FOLHA DE SÃO PAULO. 12 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u354128.shtml>. Acesso em: 30-04-2012.

IBOPE. **Aprovação de Lula bate recorde: 87%**. In: O NORTE. Caderno de Política. Sexta-feira, 17 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.jornalonorte.com.br/2010/12/17/politica7_0.php. Acesso em: 30-04-2012.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. Realização: Assessoria Técnica da Presidência. Comunicado da Presidência, Nº 7, de agosto de 2008. 15p.

IPEADATA. **Indicadores sociais - Renda domiciliar**. Atualizado em: 08/09/2010.

Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 17/01/2012.

IPEADATA. **Taxa de desemprego**. Atualizado em: 16/02/2011. Disponível em:

<http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 17/01/2012.

IPEADATA. **Renda domiciliar - participação do 1% mais rico e do 50% mais pobre**. Atualizado em: 16/02/2011a. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>.

Acesso em: 17/01/2012.

IPEADATA. **Número de benefícios em dezembro**. Atualizado em: 04/01/2012.

Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>, Acesso em: 17/01/2012.

IPEADATA. **IPCA - GERAL** (dez. 1993 = 100), de 1979.12 até 2012.04. Atualizado em: 09/05/2012a. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 17/01/2012.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Lula lamenta fim da CPMF em mensagem ao Congresso**. Caderno de Política. 6 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-lamenta-fim-da-cpmf-em-mensagem-ao-congresso,120568,0.htm>. Acesso em: 10-02-2008.

KLEIN, Naomi. **A doutrina de choque e a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008.

LA BRIÈRE, Bénédicte de, **Uma revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo**. Agosto de 2007. Disponível em:

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/0,,contentMDK:21444879~pagePK:146736~piPK:226340~theSitePK:258554,00.html>. Acesso em: 22/02/2012.

LAGARDE. Christine. **Diretora do FMI elogia Brasil e chama Bolsa Família de "modelo para o mundo"**. Dezembro de 2011. Disponível em:

<http://revistaepoca.globo.com/Negocios-e-carreira/noticia/2011/11/diretora-do-fmi->

elogia-brasil-e-chama-bolsa-familia-de-modelo-para-o-mundo.html. Acesso em: 22/02/2012.

LENIN. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 2.ed. São Paulo: global, 1982. 127p.

LESSA, Carlos. **Crise, Estado e Desenvolvimento**. In.: **Audiência preparatória à bancada do Parlamento do Mercosul**. Senado da República Federativa do Brasil. 18 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/BLOG/posts/audincia-preparatoria-discute-temas-sobre-o-seminario-crise-estado-e-desenvolvimento.aspx>. Acesso em: 19-05-2012.

LIMA FILHO, Paulo Alves. **A Economia Política do Complexo industrial-militar**: o caso brasileiro. TESE, Araraquara, São Paulo. 1993. 436p.

_____. **O golpe de 1964**: a vitória e a vitória da ditadura. In. Revista Projeto História: cultura e poder - o golpe de 1964 - 40 anos depois. São Paulo: Universidade Pontifícia Católica, Nº 29, julho a dezembro de 2004. p. 513-126.

_____. **El polvo de los mitos**: revolución y contra-revolución en los capitalismos de la miseria. 2010. Disponível em: http://www.argenpress.info/2009/12/el-polvo-de-los-mitos-revolucion-y_17.html. Acesso em: 10-01-2011. 11p.

_____; MACEDO, Rogério Fernandes Macedo. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismos da miséria. In.: BENINI, Edi *et all.* (Org.), **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-301.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio; CAMARGO, José Alberto de. **Projeto Fome Zero** - uma estratégia de política de segurança alimentar para o Brasil. Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.icidadania.org.br/>. Acesso em: 01-05-2012. 118p.

_____. **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao fazer a doação para o Fundo Mundial de Combate à Fome e à Miséria.** Sede da ONU, Nova Iorque, EUA, 25 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/25-09-2003-palavras-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-fazer-a-doacao-para-o-fundo-mundial-de-combate-a-fome-e-a-miseria/view?searchterm=25/09/2003>. Acesso em: 22/02/2012.

_____. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de comemoração do 35º aniversário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).** Palácio do Planalto, 23 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/search?SearchableText=Discurso+do+Presidente+da+Rep%C3%BAblica%2C+Luiz+In%C3%A1cio+Lula+da+Silva%2C+durante+cerim%C3%B4nia+de+comemora%C3%A7%C3%A3o+do+35%C2%BA+anivers%C3%A1rio+da+Empresa+Brasileira+de+Pesquisa+Agropecu%C3%A1ria+%28Embrapa%29>. Acesso em: 04-05-2012. 8p.

_____. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do seminário Investing in Brazil Summit Identifying Opportunities in the New Economic.** Londres, Inglaterra, 23 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/05-11-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-seminario-investing-in-brazil-summit-identifying-opportunities-in-the-new-economic/view>. Acesso em: 04-05-2012. 19p.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital.** Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 226p.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. São Paulo: Hucitec, 1978. 232p.

_____ e Sweezy, Paul M. **O fim da prosperidade**: a economia americana na década de 1970. Rio de Janeiro: Campus, 1978a. (Contribuições em economia). 152p.

MAGDOFF, Fred. **The World Food Crisis: Sources and Solutions**. <http://monthlyreview.org/2008/05/01/the-world-food-crisis-sources-and-solutions>. Maio de 2008. Acesso em: 22/02/2012.

MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquilas. **Sobre a política de combate à pobreza no governo Lula**. In.: Revista de Economia, Vol. 34, Nº 3, ano 32, set./dez. 2008. Curitiba: Editora UFPR. p. 91-112.

MARTINI, Ricardo Agostini. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza**. In. Revista Economia Ensaios, Vol 24, Nº2, 2010. 22p. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/8147/7859>. Acesso em: 01-05-2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política do capital. Vol. I, Livro I, Tomo 2, 2.ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os economistas). 306p.

_____ e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005, 256p.

MATTEI, Lauro e MAGALHÃES, Luis Felipe. A política econômica durante o governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In.: DE PAULA, Marilene (Org.). **“Nunca antes na história desse país”...? Um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011. p. 135-151.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 104p.

_____. **Para além do capital:** rumo ao uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004. 566p.

_____. **O século XXI - socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2006. 117p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007 (Coleção Mundo do trabalho). 396p.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009 (Coleção Mundo do trabalho). 136p.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo:** de Bretton Woods à beira da insolvência. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. 279p. (Coleção O mundo hoje).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2009. 334p.

OBAMA, Barack. **Discurso de Obama no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.** Março de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/obama-no-brasil/noticia/2011/03/leia-integra-do-discurso-de-barack-obama-no-theatro-municipal.html>. Acesso em: 22/02/2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista - o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003. 150p.

_____. Hegemonia às avessas. In.: _____.; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas - economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-27. (Estado de Sítio).

PANDOLFE, D. C. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PAULANI, Leda Maria; PATO, Christy Ganzert. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In.: DE PAULA, João Antônio. **Adeus ao desenvolvimento** - a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.37-65.

_____. Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo; Boitempo, 2008. 150p. (Estado de sítio).

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In.: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.).

Hegemonia às avessas - economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-134. (Estado de Sítio).

POLANYI, Karl. **A grande transformação** - as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306p.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital** - uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho). 140p.

_____. A ideologia da crise e o surto incontrolável da irrazão. In. SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de. **Capitalismo em crise**: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009a. p.75-96.

_____. **O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política**. In: Revista Herramienta, Nº 46, março de 2011, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>. Acesso em: 21-04-2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1966, 332 p

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1970, 342p.

_____. **História e desenvolvimento** - a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972. 92p.

PUREZA, Maria Emilia Miranda. **Impacto do Reajuste no Programa Bolsa Família sobre o Orçamento da União**. Nota Técnica n.º 5 de 2011, Câmara dos Deputados: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Abril de 2011. 13p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 435p. (Companhia de bolso).

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil - afinal de que se trata?** 3.ed. Rio de Janeiro: FVG Editora. 2007. 244p.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de. **Capitalismo do século XXI: crise e barbárie**. In.: _____. **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009. p.117-140.

_____. **“O Brasil nunca esteve fora da crise internacional”**. In.: Jornal Opção, Edição 1891, de 2 a 8 de outubro de 2011. Goiânia, Brasil. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/entrevista/o-brasil-nunca-esteve-fora-da-crise-internacional>. Acesso em: 10-10-2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O que está em causa**. 12 de jan. de 2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17297 Acesso em: 30-01-2011.

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. 2ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2011. 314p.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **O Bolsa Família no Enfrentamento a Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008. 224p.

_____. (Coord.) e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. **Avaliando o bolsa família**, unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010. 135p.

SIS - **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. In. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas Informação - Demográfica e Socioeconômica. Nº 27, Rio de Janeiro, 2010. 317p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. 406p.

_____. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1968, 415p.

_____. **Vida e morte da ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 133p.

_____. **Brasil: radiografia de um modelo**. Editora Bertrand Brasil S.A: Rio de Janeiro, 1987. 169p.

_____. **O governo militar secreto**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1987a. 163p.

_____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia. 1997. 167p.

SOUZA, Salviana de Maria Pastor Santos. **Fundo de combate e erradicação da pobreza: articulando pobreza e proteção social no Brasil contemporâneo**. 2011. Disponível em: http://www.gaepf.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=226. Acesso em: 11/01/2012.

STRAUSS-KAHN, Dominique. **O Bolsa Família é um ótimo exemplo para o mundo**. In.: O outro lado da notícia. Março de 2011. Disponível em: <http://www.outroladodanoticia.com.br/inicial/9134-o-bolsa-familia-e-um-otimo-exemplo-para-o-mundo.html>. Acesso em: 22/02/2012.

TRIFFIN, Robert. **O sistema monetário internacional**. São Paulo: Expressão e Cultura. 1972. 235p.

U.S.A. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Robert S. McNamara**. Disponível em: http://www.defense.gov/specials/secdef_histories/bios/mcnamara.htm. Acesso em: 13-05-2012.

WACHTEL, Howard M. **Os mandarins do dinheiro: as origens da nova ordem econômica supranacional**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988. 214p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência** - Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil, 1ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. 243p.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2010. 192p.

ZOELLICK, Robert. **Presidente do Banco Mundial elogia o Bolsa-Família no País.**

Abril de 2009. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,presidente-do-banco-mundial-elogia-o-bolsa-familia-no-pais,359299,0.htm>. Acesso em: 22/02/2012.